



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS

31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004

Valores em Euros	Nota	IFRS	
		2005	2004
Réditos	4		
Vendas		1.487.474.720	716.823.947
Prestações de Serviços		42.240.217	19.953.185
Outros proveitos	5		
Ganhos na alienação de activos não correntes		387.071.944	175.474.162
Outros proveitos operacionais		58.757.709	34.840.020
Gastos e perdas	6		
Inventários consumidos e vendidos		(461.440.124)	(221.605.204)
Materiais e serviços consumidos		(450.119.713)	(214.686.749)
Gastos com o pessoal		(295.154.598)	(106.979.053)
Outros gastos e perdas		(41.951.466)	(50.311.035)
Depreciações, amortizações e perdas por imparidade	8	(169.080.738)	(77.709.510)
Resultados operacionais		557.797.951	275.799.763
Apropriação de resultados em empresas associadas	9	1.639.816	8.091.844
Resultados financeiros líquidos	10	(100.654.043)	(35.929.489)
Resultados antes de impostos		458.783.724	247.962.118
Imposto sobre o rendimento	11	(60.066.170)	(39.336.922)
Lucros retidos do exercício		398.717.554	208.625.196
Lucros retidos do exercício			
Atribuível aos accionistas da Semapa		334.184.466	189.419.074
Atribuível a interesses minoritários	13	64.533.088	19.206.122
Resultados por acção			
Resultados básicos por acção, Eur	12	2,89	1,64
Resultados diluídos por acção, Eur	12	2,89	1,64

BALANÇO CONSOLIDADO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004

Valores em Euros	Nota	IFRS	
		2005	2004
ACTIVO			
Activos não correntes			
Goodwill	15	331.502.916	334.744.698
Outros activos intangíveis	16	151.517.085	169.181.580
Terrenos, edifícios e equipamentos	17	1.920.543.178	2.283.749.629
Propriedades de investimento	18	379.902	395.899
Activos biológicos	19	136.238.875	134.025.278
Investimentos em associadas	20	46.138.309	44.315.520
Activos disponíveis para venda	21	18.584.241	24.211.343
Activos por impostos diferidos	28	91.136.147	107.228.084
Outros activos não correntes	22	1.719.763	1.213.376
		2.697.760.416	3.099.065.407
Activos correntes			
Existências	23	184.361.145	187.978.180
Valores a receber correntes	24	329.874.571	322.463.269
Estado	25	48.297.866	93.423.121
Caixa e seus equivalentes	31	213.351.691	134.185.308
		775.885.273	738.049.878
Activo total		3.473.645.689	3.837.115.285
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital e reservas			
Capital social	26	118.332.445	118.332.445
Acções próprias		(10.399.412)	(10.399.412)
Prémios de emissão de acções		3.923.459	3.923.459
Reservas de justo valor e outras Reservas	27	268.279.247	108.226.550
Lucros retidos		(11.044.472)	(23.358.682)
Lucros retidos do exercício		334.184.466	189.419.074
Capital Próprio atribuível ao Grupo		703.275.733	386.143.434
Interesses minoritários	13	543.277.105	497.906.933
Capital Próprio total		1.246.552.838	884.050.367
Passivos não correntes			
Passivos por impostos diferidos	28	316.973.322	287.993.188
Pensões e outros benefícios pós-emprego	29	156.819.936	68.675.324
Provisões	30	7.470.531	4.654.909
Passivos remunerados	31	1.289.105.052	1.853.345.209
Outros passivos		1.885.288	5.493.915
		1.772.254.129	2.220.162.545
Passivos correntes			
Passivos remunerados	31	146.631.770	386.308.614
Valores a pagar correntes	32	265.652.628	304.991.983
Estado	25	42.554.324	41.601.776
		454.838.722	732.902.373
Passivo total		2.227.092.851	2.953.064.918
Capital Próprio e passivo total		3.473.645.689	3.837.115.285

DEMONSTRAÇÃO DE RENDIMENTOS E GASTOS CONSOLIDADOS RECONHECIDOS NO EXERCÍCIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004

Valores em Euros	IFRS	
	2005	2004
Justo valor de instrumentos financeiros derivados	(2.367.180)	(1.182.324)
Justo valor de investimentos financeiros disponíveis para venda	2.096.986	-
Ganhos e Perdas Actuarias	(16.520.663)	(10.530.088)
Impostos sobre itens incluídos directamente no capital próprio	5.194.157	3.220.913
Rendimento reconhecido directamente no capital próprio	(11.596.700)	(8.491.499)
Lucros retidos do exercício sem interesses minoritários	398.717.554	208.625.196
Total dos Rendimentos e gastos reconhecidos no exercício	387.120.854	200.133.697
Atribuível a:		
Accionistas da Semapa	326.791.099	184.668.389
Interesses minoritários	60.329.755	15.465.308
	387.120.854	200.133.697

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS CONSOLIDADOS

DE 1 DE JANEIRO DE 2004 A 31 DE DEZEMBRO DE 2005

	Capital social	Acções próprias	Prémios de emissão	Reservas de justo valor e outras reservas	Reservas de conversão cambial	Lucros retidos	Lucros retidos exercício	Total	Interesses minoritários	Total
Capital próprio POC em 31.12.2003	118.332.445	(10.399.412)	3.923.459	97.629.923	(11.707.344)	39.846.435	-	237.625.506	7.397.926	245.023.432
<i>Ajustamentos de transição:</i>										
Desreconhecimento de activos intangíveis	-	-	-	-	-	(809.731)	-	(809.731)	(42.429)	(852.160)
Desreconhecimento de custos diferidos	-	-	-	-	-	(1.532.109)	-	(1.532.109)	(22.371)	(1.554.480)
Reconhecimento de "Diferenças de consolidação negativas" nos resultados	-	-	-	-	-	517.195	-	517.195	-	517.195
Mensuração de investimentos detidos para negociação ao justo valor	-	-	-	-	-	21.797.108	-	21.797.108	-	21.797.108
Ajustamento cambial dos valores contabilísticos:										
- das "diferenças de consolidação"	-	-	-	-	(13.244.467)	950.372	-	(12.294.095)	-	(12.294.095)
- do "justo valor"	-	-	-	-	(18.254.118)	845.769	-	(17.408.349)	1.113.413	(16.294.936)
Perdas por imparidade	-	-	-	-	-	(17.137.627)	-	(17.137.627)	-	(17.137.627)
Inclusão da Tecnosecil, S.A.R.L. no perímetro de consolidação	-	-	-	-	(238.442)	(2.428.042)	-	(2.666.484)	(1.064.129)	(3.730.613)
Inclusão da Enersis II no perímetro de consolidação	-	-	-	-	-	2.700.636	-	2.700.636	5.597.130	8.297.766
Alteração do critério de amortização das imobilizações corpóreas	-	-	-	-	-	9.507.949	-	9.507.949	116.944	9.624.893
Transferência das Reservas de conversão cambial acumuladas para Resultados transitados	-	-	-	-	43.444.371	(43.444.371)	-	-	-	-
Transferência das Reserva de reavaliação acumulada para Resultados transitados	-	-	-	(8.986.163)	-	8.986.163	-	-	-	-
Gratificações sobre resultados de 2003	-	-	-	-	-	(2.000.000)	-	(2.000.000)	-	(2.000.000)
Outros ajustamentos	-	-	-	-	-	222.018	-	222.018	(15.920)	206.098
Capital próprio IFRS em 01.01.2004	118.332.445	(10.399.412)	3.923.459	88.643.760	-	18.021.765	-	218.522.017	13.080.564	231.602.581
<i>Transposição das demonstrações financeiras das empresas estrangeiras:</i>										
- Subsidiárias	-	-	-	-	(5.338.961)	-	-	(5.338.961)	(443.196)	(5.782.157)
- Associadas	-	-	-	-	(460.595)	-	-	(460.595)	-	(460.595)
Alienação de 49% da subsidiária Secil	-	-	-	-	-	-	-	-	163.316.051	163.316.051
Alteração de perímetro por aquisição da Portucel	-	-	-	-	-	-	-	-	306.488.206	306.488.206
<i>Aplicação do resultado líquido do exercício 2003:</i>										
- Transferência para reservas	-	-	-	26.239.531	-	(26.239.531)	-	-	-	-
- Dividendos pagos	-	-	-	-	-	(11.833.245)	-	(11.833.245)	-	(11.833.245)
Alteração de pressupostos nos estudos actuariais*	-	-	-	-	-	(3.893.500)	-	(3.893.500)	(3.740.814)	(7.634.314)
Dividendos distribuídos à subsidiária Seminv, SGPS, SA	-	-	-	-	-	272.797	-	272.797	-	272.797
Justo valor dos instrumentos financeiros*	-	-	-	(857.185)	-	-	-	(857.185)	-	(857.185)
Outros movimentos	-	-	-	-	-	313.032	-	313.032	-	313.032
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	189.419.074	189.419.074	19.206.122	208.625.196
Capital próprio em 31.12.2004	118.332.445	(10.399.412)	3.923.459	114.026.106	(5.799.556)	(23.358.682)	189.419.074	386.143.434	497.906.933	884.050.367
<i>Transposição das demonstrações financeiras das empresas estrangeiras:</i>										
- Subsidiárias	-	-	-	-	559.442	-	-	559.442	15.761	575.203
- Associadas	-	-	-	-	1.536.541	-	-	1.536.541	2.013.787	3.550.328
Transferência do resultado transitado para RCC	-	-	-	-	83.767	(83.767)	-	-	-	-
<i>Aplicação do resultado líquido do exercício 2004:</i>										
- Transferência para reservas	-	-	-	156.957.153	-	19.445.352	(176.402.505)	-	-	-
- Dividendos pagos	-	-	-	-	-	-	(13.016.569)	(13.016.569)	-	(13.016.569)
Dividendos pagos pelas subsidiárias aos minoritários	-	-	-	-	-	-	-	-	(22.053.053)	(22.053.053)
Alteração de pressupostos nos estudos actuariais*	-	-	-	-	-	(7.311.324)	-	(7.311.324)	(4.666.157)	(11.977.481)
Justo valor dos instrumentos financeiros*	-	-	-	(1.970.460)	-	-	-	(1.970.460)	(564.699)	(2.535.159)
Varição do justo valor de activos detidos para venda	-	-	-	1.069.463	-	-	-	1.069.463	1.027.523	2.096.986
Varição de perímetro	-	-	-	1.816.791	-	-	-	1.816.791	5.050.577	6.867.368
Dividendos distribuídos à subsidiária Seminv, SGPS, SA	-	-	-	-	-	300.683	-	300.683	-	300.683
Outros movimentos	-	-	-	-	-	(36.734)	-	(36.734)	13.346	(23.388)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	334.184.466	334.184.466	64.533.088	398.717.554
Capital próprio em 31.12.2005	118.332.445	(10.399.412)	3.923.459	271.899.053	(3.619.806)	(11.044.472)	334.184.466	703.275.733	543.277.105	1.246.552.838

* Líquido de impostos diferidos

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005

Valores em Euros	Notas	2005				
		Cimento	Papel	Energia	Holding	Total
ATIVIDADES OPERACIONAIS						
Recebimentos de clientes		526.489.106	1.035.443.745	45.253.552	-	1.607.186.403
Pagamentos a fornecedores		(304.751.209)	(651.584.896)	(12.217.301)	(2.853.989)	(971.407.395)
Pagamentos ao pessoal		(51.861.814)	(121.196.084)	(4.767.842)	(18.595.060)	(196.420.800)
Fluxos gerados pelas operações		169.876.083	262.662.765	28.268.409	(21.449.049)	439.358.208
(Pagamentos)/recebimentos do imposto sobre o rendimento		(16.539.082)	29.057.381	(3.493.400)	(1.515.683)	7.509.216
Outros (pagamentos)/recebimentos da actividade operacional		(99.382.934)	(17.300.030)	(1.687.977)	(2.418.741)	(120.789.682)
Fluxos das actividades operacionais (1)		53.954.067	274.420.116	23.087.032	(25.383.473)	326.077.742
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO						
Recebimentos provenientes de:						
Investimentos financeiros		5.044.839	-	1.739.490	434.330.536	441.114.865
Saldos de caixa e equivalentes por variação de perímetro		-	-	(16.579.171)	16.579.171	-
Imobilizações corpóreas		2.100.508	4.296.764	1.763.151	1.000	8.161.423
Subsídios de investimento		-	1.065.397	533.911	-	1.599.308
Juros e proveitos similares		815.726	2.273.541	152.243	504.361	3.745.871
Dividendos		4.590.567	154.800	-	132.996	4.878.363
		12.551.640	7.790.502	(12.390.376)	451.548.064	459.499.830
Pagamentos respeitantes a:						
Investimentos financeiros		(12.798.035)	(335.806)	(10.857.855)	(6.000.000)	(29.991.696)
Imobilizações corpóreas		(48.746.390)	(85.602.428)	(193.578.412)	(678.705)	(328.605.935)
		(61.544.425)	(85.938.234)	(204.436.267)	(6.678.705)	(358.597.631)
Fluxos das actividades de investimento (2)		(48.992.785)	(78.147.732)	(216.826.643)	444.869.359	100.902.199
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO						
Recebimentos provenientes de:						
Empréstimos obtidos		628.793.901	727.505.736	197.230.368	48.408.667	1.601.938.672
Aumentos de capital e prestações suplementares		40.500	-	-	-	40.500
		628.834.401	727.505.736	197.230.368	48.408.667	1.601.979.172
Pagamentos respeitantes a:						
Empréstimos obtidos		(581.083.830)	(843.246.600)	(194.191)	(407.012.480)	(1.831.537.101)
Amortização de contratos de locação financeira		(214.710)	(47.931)	-	-	(262.641)
Juros e custos similares		(14.875.903)	(34.151.043)	(5.857.115)	(29.580.783)	(84.464.844)
Dividendos		(11.279.522)	(9.368.405)	(292.624)	(12.716.492)	(33.657.043)
		(607.453.965)	(886.813.979)	(6.343.930)	(449.309.755)	(1.949.921.629)
Fluxos das actividades de financiamento (3)		21.380.436	(159.308.243)	190.886.438	(400.901.088)	(347.942.457)
VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES (1)+(2)+(3)						
EFEITO DAS DIFERENÇAS DE CÂMBIO		26.341.718	36.964.141	(2.853.173)	18.584.798	79.037.484
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO INÍCIO DO EXERCÍCIO		122.494	-	-	-	122.494
PROVISÕES PARA TÍTULOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS		30.165.922	76.546.531	2.853.173	24.619.682	134.185.308
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO EXERCÍCIO	31	-	-	-	6.405	6.405
		56.630.134	113.510.672	-	43.210.885	213.351.691

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004

Valores em Euros	Notas	2004				
		Cimento	Papel	Energia	Holding	Total
ATIVIDADES OPERACIONAIS						
Recebimentos de clientes		497.939.979	242.242.196	34.628.264	-	774.810.439
Pagamentos a fornecedores		(282.355.928)	(203.786.669)	(4.144.000)	(4.742.679)	(495.029.276)
Pagamentos ao pessoal		(47.120.907)	(31.819.839)	(3.969.000)	(5.482.864)	(88.392.610)
Fluxos gerados pelas operações		168.463.144	6.635.688	26.515.264	(10.225.543)	191.388.553
(Pagamentos)/recebimentos do imposto sobre o rendimento		(19.421.545)	(6.866.438)	(5.167.000)	(645.363)	(32.100.346)
Outros (pagamentos)/recebimentos da actividade operacional		(51.348.255)	65.048.803	917.173	(4.655.468)	9.962.253
Fluxos das actividades operacionais (1)		97.693.344	64.818.053	22.265.437	(15.526.374)	169.250.460
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO						
Recebimentos provenientes de:						
Investimentos financeiros		316.940.187	22.837.642	4.160.000	329.713.446	673.651.275
Saldos de caixa e equivalentes por variação de perímetro						
Imobilizações corpóreas		5.823.579	1.851.574	84.000	38.410	7.797.563
Subsídios de investimento		2.500.991	-	295.000	-	2.795.991
Juros e proveitos similares		1.632.819	-	399.000	534.280	2.566.099
Dividendos		14.311.543	244.512	-	31	14.556.086
		341.209.119	24.933.728	4.938.000	330.286.167	701.367.014
Pagamentos respeitantes a:						
Investimentos financeiros		(46.657.811)	(50.000)	(46.411.000)	(743.772.870)	(836.891.681)
Saldos de caixa e equivalentes por variação de perímetro		-	64.441.147	-	(64.441.147)	-
Imobilizações corpóreas		(48.792.114)	(14.515.838)	(167.472.000)	(71.298)	(230.851.250)
		(95.449.925)	49.875.309	(213.883.000)	(808.285.315)	(1.067.742.931)
Fluxos das actividades de investimento (2)		245.759.194	74.809.037	(208.945.000)	(477.999.148)	(366.375.917)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO						
Recebimentos provenientes de:						
Empréstimos obtidos		609.462.335	451.300.000	162.014.932	827.763.371	2.050.540.638
Subsídios e doações		56.516	-	-	-	56.516
Aumentos de capital e prestações suplementares		63.602	-	25.415.000	-	25.478.602
		609.582.453	451.300.000	187.429.932	827.763.371	2.076.075.756
Pagamentos respeitantes a:						
Empréstimos obtidos		(866.699.673)	(528.192.371)	-	(356.536.858)	(1.751.428.902)
Amortização de contratos de locação financeira		(40.518)	(463.924)	-	-	(504.442)
Juros e custos similares		(10.001.247)	(8.521.657)	(9.294.010)	(29.646.631)	(57.463.545)
Dividendos		(10.029.772)	-	(14.236.000)	(11.560.447)	(35.826.219)
		(886.771.210)	(537.177.952)	(23.530.010)	(397.743.936)	(1.845.223.108)
Fluxos das actividades de financiamento (3)		(277.188.757)	(85.877.952)	163.899.922	430.019.435	230.852.648
VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES (1)+(2)+(3)						
EFEITO DAS DIFERENÇAS DE CÂMBIO		66.263.781	53.749.138	(22.779.641)	(63.506.087)	33.727.191
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO INÍCIO DO EXERCÍCIO		(158.495)	-	-	-	(158.495)
PROVISÕES PARA TÍTULOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS		99.066.939	-	2.139.736	(639.670)	100.567.005
VARIAÇÃO DE PERÍMETRO		-	-	-	(6.405)	(6.405)
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO EXERCÍCIO		53.006	-	-	3.006	56.012
31		165.225.231	53.749.138	(20.639.905)	(64.149.156)	134.185.308

ÍNDICE DAS NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1.	Resumo das principais políticas contabilísticas ..	9	2.2.5	Legislação ambiental	20
1.1	Bases de preparação	9	3.	Estimativas e julgamentos contabilísticos	
1.2	Alterações de políticas contabilísticas.....	10	relevantes		20
1.3	Bases de Consolidação	10	3.1	Estimativa de imparidade do Goodwill.....	20
1.3.1	Subsidiárias	10	3.2	Estimativa de imparidade das Marcas.....	21
1.3.2	Associadas	10	3.3	Imposto sobre o Rendimento	21
1.3.3	Empreendimentos conjuntos	11	3.4	Pressupostos actuariais	21
1.4	Relato por segmentos	11	4.	Relato por segmentos	22
1.5	Conversão cambial	11	5.	Outros proveitos operacionais	23
1.5.1	Moeda Funcional e de Relato.....	11	6.	Gastos e perdas.....	23
1.5.2	Saldos e transacções expressos em		7.	Remuneração dos membros dos órgãos sociais ..	23
moedas estrangeiras	11		8.	Depreciações, amortizações e perdas por	
1.5.3	Empresas do Grupo	12	imparidade.....		24
1.6	Activos intangíveis	12	9.	Apropriação de resultados em empresas	
1.7	Goodwill	12	associadas.....		24
1.8	Terrenos, Edifícios e Equipamentos	12	10.	Resultados financeiros Líquidos	24
1.9	Propriedades de investimento	12	11.	Imposto sobre o rendimento.....	24
1.10	Imparidade de activos não correntes	13	12.	Resultados por acção.....	25
1.11	Activos biológicos.....	13	13.	Interesses minoritários	25
1.12	Investimentos financeiros.....	13	14.	Aplicação do resultado do exercício anterior	26
Empréstimos concedidos e contas a receber.....	13		15.	Goodwill	26
Activos financeiros ao justo valor através de			16.	Outros activos intangíveis	27
resultados	13		17.	Terrenos, edifícios e outros equipamentos ..	28
Investimentos detidos até à maturidade	14		18.	Propriedades de investimento	29
Activos financeiros disponíveis para venda.....	14		19.	Activos biológicos.....	29
1.13	Instrumentos financeiros derivados.....	14	20.	Investimentos em associadas	29
1.14	Imposto sobre o rendimento	14	21.	Activos disponíveis para venda	29
1.15	Existências	15	22.	Outros activos não correntes	30
1.16	Valores a receber correntes	15	23.	Existências	30
1.17	Caixa e seus equivalentes	15	24.	Valores a receber correntes	30
1.18	Capital Social e Acções Próprias	15	25.	Estado	31
1.19	Passivos remunerados	15	26.	Capital social e acções próprias.....	32
1.20	Encargos financeiros com empréstimos .	15	27.	Reserva de justo valor e outras reservas	32
1.21	Provisões	16	28.	Impostos diferidos	33
1.22	Pensões e outros benefícios pós-emprego .	16	29.	Pensões e outros benefícios pós-emprego ..	35
1.22.1	Planos de pensões de benefícios		30.	Provisões	38
definidos	16		31.	Passivos remunerados	38
1.22.2	Outros benefícios pós emprego	17	32.	Valores a pagar correntes	39
1.22.3	Férias e subsídio de férias	17	33.	Instrumentos financeiros derivados.....	39
1.23	Valores a pagar correntes	17	34.	Saldos e transacções com partes relacionadas	40
1.24	Subsídios	17			40
1.25	Locações.....	17	35.	Alterações no perímetro de consolidação	40
1.26	Distribuição de dividendos	17	36.	Dispêndios em matérias ambientais.....	42
1.27	Rédito e especialização dos exercícios ..	18	37.	Custos suportados com auditoria e revisão	
1.28	Activos e passivos contingentes	18	legal de contas		42
1.29	Licenças de emissão de CO2	18	38.	Número médio de pessoal	42
1.30	Eventos subsequentes	18	39.	Compromissos	42
1.31	Novos IFRS e IFRICs de aplicação não		40.	Outros compromissos assumidos pelas	
mandatária em 31 de Dezembro de 2005	18		empresas do Grupo.....		43
1.31.1	Alterações à IAS 19.....	18	41.	Activos contingentes	44
1.31.2	Interpretação IFRIC 4.....	18	42.	Passivos contingentes.....	45
1.31.3	Outras normas/interpretações emitidas		43.	Cotações utilizadas	45
ou alteradas.....	19		44.	Eventos subsequentes	45
2.	Gestão do Risco	19	45.	Empresas incluídas na consolidação	46
2.1	Factores do risco financeiro	19	46.	Empresas excluídas da consolidação	48
2.1.1	Risco cambial	19	47.	Impactos nas demonstrações financeiras do	
2.1.2	Risco de preço	19	exercício de 2004 resultantes da transição para o		
2.1.3	Risco de taxa de juro.....	19	normativo IFRS.....		49
2.1.4	Risco de crédito	20			
2.1.5	Risco de liquidez	20			
2.2	Factores do risco operacional	20			
2.2.1	Abastecimento de matérias-primas	20			

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO
DE 2005

(Nas notas, todos os montantes são apresentados em euros, salvo se indicado o contrário.)

O Grupo SEMAPA (Grupo) é constituído pela Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A. (Semapa) e Subsidiárias. A Semapa foi constituída em 21 de Junho de 1991 e tem como objecto social a gestão de participações sociais noutras sociedades como forma indirecta de exercício de actividades económicas.

Sede Social: Av. Fontes Pereira de Melo, 14, Lx
Capital Social: Euros 118.332.445
N.I.P.C.: 502 593 130

A Semapa lidera um Grupo Empresarial com actividades em dois ramos de negócio distintos: cimentos e derivados e pasta e papel, desenvolvidos, respectivamente, sob a égide da Secil – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A. e Portucel – Empresa Produtora de Pasta e Papel, S.A., e respectivas subsidiárias.

Até Dezembro de 2005, o Grupo desenvolvia ainda a produção de energia eléctrica a partir de fontes renováveis, através da subsidiária Enersis II, SGPS, S.A. e respectivas subsidiárias.

Em Dezembro de 2005, o Grupo, através da sua subsidiária CMP BV, alienou a posição detida na Enersis II - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., a qual correspondia a 89,92% do capital social desta sociedade.

Desta forma, na leitura das demonstrações financeiras consolidadas deve ser tomado em consideração o facto da informação apresentada para efeitos de balanço a 31 de Dezembro de 2005 já não incluir os activos e passivos daquele sub-grupo, enquanto que na demonstração dos resultados, estão integralmente consolidados onze meses dos resultados consolidados desta subsidiária.

No decurso do exercício de 2004 e no âmbito da segunda fase de privatização da Portucel, o Grupo adquiriu indirectamente através das suas subsidiárias, 67,1% do capital social daquela sociedade. Uma vez que o controlo económico efectivo apenas se efectuou em Outubro de 2004, os resultados consolidados do subgrupo Portucel, entre aquela data e o final do exercício, estão incluídos nos resultados consolidados do Grupo (com referência ao exercício de 2004) pelo método de consolidação integral.

O período compreendido entre 1 de Junho e 30 de Setembro de 2004, encontra-se relevado na demonstração dos resultados consolidados pelo método de equivalência patrimonial, apropriando-se o Grupo de 30% dos resultados da Portucel no referido período, no montante de Euros 4.345.548.

Desta forma, e na leitura das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, deve ser tomado em consideração o facto da informação comparativa apresentada para efeitos de balanço a 31 de Dezembro de 2004 incluir integralmente os activos e passivos daquele subgrupo, enquanto que na demonstração dos resultados, estão integralmente consolidados apenas três meses dos resultados consolidados desta subsidiária.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 7 de Março de 2006 e serão apresentadas à Assembleia Geral de accionistas convocada para o dia 3 de Abril de 2006.

1. Resumo das principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras consolidadas estão descritas abaixo.

1.1 Bases de preparação

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro adoptadas pela União Europeia (“IFRS” – anteriormente designadas Normas Internacionais de Contabilidade – “IAS”) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (“IASB”) e Interpretações emitidas pelo “International Financial Reporting Interpretations Committee” (“IFRIC”) ou pelo anterior “Standing Interpretations Committee” (“SIC”), em vigor à data da preparação das referidas demonstrações financeiras.

A adopção das Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) ocorre pela primeira vez em 2005, pelo que a data de transição dos princípios contabilísticos portugueses para esse normativo é 1 de Janeiro de 2004, tal como estabelecido pelo IFRS 1 – “Adopção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro”.

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo referentes ao exercício de 2004 foram preparadas em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, que diferem dos IFRS em algumas áreas. Na preparação das demonstrações financeiras anexas, o Grupo efectuou os ajustamentos necessários às demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para a adopção dos IFRS.

Os comparativos apresentados referentes a 2004, foram reexpressos de forma a permitir reflectir esses ajustamentos.

Os efeitos reportados à data de transição para IFRS (1 de Janeiro de 2004) foram registados em Capitais Próprios e encontram-se detalhados na Demonstração de alterações dos capitais próprios consolidados, explicitando-se igualmente na nota 47 os ajustamentos efectuados nas últimas demonstrações financeiras anuais apresentadas (31 de Dezembro de 2004).

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Nota 45), e tomando por base o custo histórico, excepto para os instrumentos financeiros e activos biológicos que se encontram registados ao justo valor (Notas 19, 21 e 33).

A preparação das demonstrações financeiras exige a utilização de estimativas e julgamentos relevantes na aplicação das políticas contabilísticas do Grupo. As principais asserções que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade, ou os pressupostos e estimativas mais significativas para a preparação das referidas demonstrações financeiras, estão divulgados na Nota 3.

1.2 Alterações de políticas contabilísticas

Não ocorreram durante o exercício alterações de políticas contabilísticas ou correcções a erros materiais de exercícios anteriores, para além da adopção de novo referencial contabilístico (IFRS), conforme divulgado em detalhe na nota 47 e da alteração no registo dos desvios actuariais conforme nota 1.31.1.

1.3 Bases de Consolidação

1.3.1 Subsidiárias

Subsidiárias são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem o poder de decisão sobre as políticas financeiras e operacionais, geralmente representado por mais de metade dos direitos de voto. A existência e o efeito dos direitos de voto potenciais que sejam correntemente exercíveis ou convertíveis são considerados quando se avalia se o Grupo detém o controlo sobre outra entidade. As subsidiárias são consolidadas, pelo método integral, a partir da data em que o controlo é transferido para o Grupo, sendo excluídas da consolidação a partir da data em que o controlo cessa.

O capital próprio e o resultado líquido destas empresas correspondentes à participação de terceiros nas mesmas são apresentados nas rubricas de interesses minoritários, respectivamente, no balanço consolidado de forma autónoma no capital próprio e na demonstração de resultados consolidada. As empresas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas encontram-se detalhadas na Nota 45.

É utilizado o método de compra para contabilizar a aquisição de subsidiárias. O custo de uma aquisição é mensurado pelo justo valor dos bens entregues, dos instrumentos de capital emitidos e dos passivos incorridos, ou assumidos na data de aquisição,

adicionados dos custos directamente atribuíveis à aquisição.

Os activos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos numa concentração empresarial são mensurados inicialmente ao justo valor na data de aquisição, independentemente da existência de interesses minoritários. O excesso do custo de aquisição relativamente ao justo valor da parcela do Grupo dos activos e passivos identificáveis adquiridos é registado como Goodwill que se encontram detalhadas na nota 15.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos activos líquidos da subsidiária adquirida (Goodwill negativo), a diferença é reconhecida directamente na Demonstração de Resultados na rubrica Outros proveitos operacionais.

As transacções internas, saldos, ganhos não realizados em transacções e dividendos distribuídos entre empresas do grupo são eliminados. As perdas não realizadas são também eliminadas, excepto se a transacção revelar evidência de imparidade de um activo transferido.

Alguns investimentos financeiros em empresas subsidiárias, por serem considerados imateriais, estão registados pelo método de equivalência patrimonial na rubrica Investimentos em associadas e encontram-se divulgados na Nota 46.

As políticas contabilísticas das subsidiárias foram alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir consistência com as políticas adoptadas pelo Grupo.

1.3.2 Associadas

Associadas são todas as entidades sobre as quais o grupo exerce influência significativa mas não possui controlo, geralmente com investimentos representando entre 20% a 50% dos direitos de voto. Os investimentos em associadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial.

De acordo com o método de equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação do Grupo nas variações dos capitais próprios (incluindo o resultado líquido) das associadas, por contrapartida de ganhos ou perdas do período, e pelos dividendos recebidos.

As diferenças entre o custo de aquisição e o justo valor dos activos e passivos identificáveis da associada na data de aquisição, se positivas são reconhecidas como Goodwill e mantidas no valor de investimento em associadas. Se essas diferenças forem negativas são registadas como proveito do período na rubrica Apropriação de resultados em empresas associadas.

É feita uma avaliação dos investimentos em associadas quando existem indícios de que o activo possa estar em imparidade sendo registadas como custo as perdas por imparidade que se demonstrem existir também naquela rubrica.

Quando as perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores deixam de existir são objecto de reversão.

Quando a participação do Grupo nas perdas da associada iguala ou ultrapassa o seu investimento na associada, o Grupo deixa de reconhecer perdas adicionais, excepto se tiver incorrido em responsabilidades ou efectuado pagamentos em nome da associada.

Os ganhos não realizados em transacções com as associadas são eliminados na extensão da participação do Grupo nas associadas. As perdas não realizadas são também eliminadas, excepto se a transacção revelar evidência de imparidade de um bem transferido.

As políticas contabilísticas de associadas foram alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir consistência com as políticas adoptadas pelo Grupo.

Os investimentos em associadas encontram-se detalhados na Nota 20.

1.3.3 **Empreendimentos conjuntos**

Uma entidade conjuntamente controlada é um empreendimento conjunto que envolve o estabelecimento de uma sociedade, de uma parceria ou de outra entidade em que o Grupo tenha um interesse.

As entidades conjuntamente controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de consolidação proporcional sendo os activos, passivos e rendimentos e gastos das entidades conjuntamente controladas reconhecidos linha a linha nas demonstrações financeiras consolidadas.

1.4 **Relato por segmentos**

Segmento de negócio é um grupo de activos e operações do Grupo que estão sujeitos a riscos e retornos diferentes dos de outros segmentos de negócio.

Foram identificados três segmentos de negócio: Pasta e Papel, Cimento e derivados e Energia, neste último caso para o período compreendido entre 1 de Janeiro e 30 de Novembro de 2005.

Pasta e Papel

A Portucel – Empresa Produtora de Pasta e Papel, S.A. é a subsidiária, cuja participação maioritária foi adquirida em 2004, que lidera o Grupo Empresarial conexo à produção e comercialização, em Portugal bem como na Alemanha, Espanha, França, Itália, Grã-Bretanha, Holanda, Áustria entre outros de menor relevância, de pastas celulósicas, papel e seus derivados ou afins, aquisição de madeiras, produção florestal e agrícola, corte das florestas da produção e comercialização de pasta e papel, actividades exercidas em Portugal essencialmente por si e pelas suas subsidiárias Soporcel – Sociedade Portuguesa de Papel, S.A. e Portucel Florestal, S.A., entre outras.

Cimento e derivados

A Secil – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A. é a subsidiária que lidera o Grupo Empresarial dos cimentos e derivados e exerce a sua actividade em Portugal, Tunísia, Espanha, Angola, Holanda, Luxemburgo, França, Líbano e Cabo Verde, destacando-se a produção de cimento, através das suas subsidiárias, nas fábricas de Maceira, Pataias, Gabés (Tunísia) e Lobito (Angola) e a produção e comercialização de betão, inertes e exploração de pedreiras, através das suas subsidiárias, cujas participações se encontram, essencialmente, concentradas na Sub-Holding Secil Betões e Inertes, SGPS, S.A..

Energia

A Enersis II – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. exerce as suas actividades de produção de energia eléctrica através da exploração de mini-hídricas em Portugal e Espanha e de parques eólicos em Portugal, Espanha e França. Este segmento foi alienado pelo Grupo em Dezembro de 2005.

Segmento geográfico é uma área individualizada comprometida em fornecer produtos ou serviços num ambiente económico particular e que está sujeito a riscos e benefícios diferentes daqueles dos segmentos que operam em outros ambientes económicos.

As políticas contabilísticas do relato por segmentos são as utilizadas de forma consistente no Grupo. Todas as vendas e prestações de serviços intersegmentais são a preços de mercado e todas as vendas e prestações de serviços intersegmentais são eliminadas na consolidação.

A informação relativa aos segmentos identificados encontra-se apresentada na Nota 4.

1.5 **Conversão cambial**

1.5.1 **Moeda Funcional e de Relato**

Os elementos incluídos nas Demonstrações Financeiras de cada uma das entidades do Grupo são mensurados utilizando a moeda do ambiente económico em que a entidade opera (moeda funcional). As Demonstrações Financeiras consolidadas são apresentadas em Euros, sendo esta a moeda funcional e de relato do Grupo.

1.5.2 **Saldos e transacções expressos em moedas estrangeiras**

Todos os activos e passivos do Grupo expressos em moedas estrangeiras foram convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data do balanço. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, foram registadas como proveitos e custos na demonstração dos resultados consolidados do exercício.

1.5.3 Empresas do Grupo

Os resultados e a posição financeira de todas as entidades do Grupo que possuam uma moeda funcional diferente da moeda de relato do Grupo são convertidas para a moeda de relato como segue:

- (i) Os activos e passivos de cada Balanço são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data das Demonstrações Financeiras;
- (ii) Os rendimentos e os gastos de cada Demonstração de Resultados são convertidos pela taxa de câmbio média (a não ser que a taxa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas em vigor nas datas das transacções, sendo neste caso os rendimentos e os gastos convertidos pelas taxas de câmbio em vigor nas datas das transacções); e
- (iii) As diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como componente separada no Capital Próprio, na rubrica reservas de conversão cambial.

1.6 Activos intangíveis

Os activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido de amortizações, pelo método das quotas constantes durante um período que varia entre 3 e 5 anos, e de perdas por imparidade.

No caso de marcas e patentes sem vida útil definida, não são calculadas amortizações sendo o seu valor objecto de testes de imparidade numa base anual.

1.7 Goodwill

O Goodwill representa o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos activos e passivos identificáveis das subsidiárias na data de aquisição.

O Goodwill não é amortizado e encontra-se sujeito a testes por imparidade, numa base mínima anual. As perdas por imparidade relativas a Goodwill não podem ser revertidas.

Ganhos ou perdas decorrentes da venda de uma entidade incluem o valor do Goodwill que lhe correspondem.

1.8 Terrenos, Edifícios e Equipamentos

Os terrenos, edifícios e equipamentos adquiridos até 1 de Janeiro de 2004 (data de transição para IFRS), encontram-se registados ao custo de aquisição, ou custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

No que respeita às empresas subsidiárias CMP, Société des Ciments de Gabés (SCG), Portucel e Soporcel, o custo das imobilizações corpóreas na data de aquisição destas subsidiárias foi determinado com base em avaliações efectuadas por entidades independentes.

Os activos fixos tangíveis adquiridos posteriormente à data de transição são apresentados ao custo de aquisição deduzido de depreciações e perdas de imparidade. O custo de aquisição inclui todos os dispêndios directamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos subsequentes são incluídos no custo de aquisição do bem ou reconhecidos como activos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos futuros fluirão para a empresa e o respectivo custo possa ser mensurado com fiabilidade. Os demais dispêndios com reparações e manutenção são reconhecidos como um gasto no período em que são incorridos.

As amortizações são calculadas sobre o custo de aquisição, sendo utilizado essencialmente o método das quotas constantes por duodécimos, a partir da data de entrada em funcionamento dos bens, utilizando-se as taxas que melhor reflectem a sua vida útil estimada, como segue:

	Anos médios de vida útil
Terrenos de exploração	14
Edifícios e outras construções	12 – 30
Equipamentos:	
Equipamento básico	6 – 25
Equipamento de transporte	5 - 9
Ferramentas e utensílios	2 - 8
Equipamento administrativo	4 - 8
Taras e vasilhames	6
Outras imobilizações corpóreas	4 - 10

Os valores residuais dos activos e as respectivas vidas úteis são revistos e ajustados, se necessário, na data do balanço. Se a quantia escriturada é superior ao valor recuperável do activo, procede-se ao seu reajustamento para o valor recuperável estimado mediante o registo de perdas por imparidade (Nota 1.10).

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações e a quantia escriturada do activo, e são reconhecidos na demonstração dos resultados, como outros proveitos ou outros custos operacionais.

1.9 Propriedades de investimento

As propriedades de investimento são valorizadas ao custo de aquisição líquido de amortizações e perdas por imparidade sendo que, para as adquiridas até 1 de Janeiro de 2004 (data de transição para IFRS), o custo de aquisição corresponde ao custo de aquisição histórico ou custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data.

1.10 Imparidade de activos não correntes

Os activos não correntes que não têm uma vida útil definida não estão sujeitos a amortização, mas são objecto de testes por imparidade anuais. Os activos sujeitos a amortização são revistos quanto à imparidade sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor pelo qual se encontram escriturados possa não ser recuperável.

Uma perda por imparidade é reconhecida pelo montante do excesso da quantia escriturada do activo face ao seu valor recuperável. A quantia recuperável é a mais alta de entre o justo valor de um activo, deduzidos os gastos para venda, e o seu valor de uso. Para realização de testes por imparidade, os activos são agrupados ao mais baixo nível no qual se possam identificar separadamente fluxos de caixa (unidades geradoras de fluxos de caixa a que pertence o activo), quando não seja possível fazê-lo individualmente, para cada activo.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram (com excepção das perdas por imparidade do Goodwill – ver Nota 1.7).

Esta análise é efectuada sempre que existam indícios que a perda por imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração de resultados como Outros proveitos operacionais, a não ser que o activo tenha sido reavaliado, situação em que a reversão corresponderá a um acréscimo da reavaliação. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

1.11 Activos biológicos

Os activos biológicos são mensurados ao justo valor, deduzido dos custos estimados de venda no momento da colheita. Os activos biológicos do Grupo correspondem às florestas detidas para produção de madeira.

Na determinação do justo valor das florestas foi utilizado o método do valor presente de fluxos de caixa descontados, os quais foram apurados através de um modelo desenvolvido internamente, no qual foram considerados pressupostos correspondentes à natureza dos activos em avaliação, nomeadamente, a produtividade das florestas, o preço de venda da madeira deduzido do custo de corte, recheia e transporte, os custos de plantação e manutenção e a taxa de desconto. A taxa de desconto utilizada (5,5%) corresponde a uma taxa de mercado, determinada tendo em consideração a rentabilidade que o Grupo espera obter dos activos florestais.

O justo valor das florestas é reconhecido em custo das vendas no momento do corte da madeira.

As alterações ao justo valor resultantes de alterações de estimativas de crescimento, período de corte, preço, custo e outras premissas são reconhecidas como outros proveitos / (gastos) operacionais.

No momento do corte, a madeira é valorizada pelo justo valor menos os custos estimados no ponto de venda.

1.12 Investimentos financeiros

O Grupo classifica os seus investimentos nas seguintes categorias: activos financeiros ao justo valor através de resultados, empréstimos concedidos e contas a receber, investimentos detidos até à maturidade e activos financeiros disponíveis para venda. A classificação depende do objectivo de aquisição do investimento. Os gestores determinam a classificação no momento de reconhecimento inicial dos investimentos e reavaliam essa classificação em cada data de relato.

Todas as aquisições e alienações destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respectivos contratos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, sendo o justo valor equivalente ao preço pago, incluindo despesas de transacção. A mensuração subsequente depende da categoria em que o investimento se insere, como segue:

Empréstimos concedidos e contas a receber

Os empréstimos concedidos e contas a receber são activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados num mercado activo. São originados quando o Grupo fornece dinheiro, bens ou serviços directamente a um devedor, sem intenção de negociar a dívida.

São incluídos nos activos correntes, excepto quanto a maturidades superiores a 12 meses após a data do balanço, sendo nesse caso classificados como activos não-correntes.

Empréstimos concedidos e contas a receber são incluídos no balanço em Valores a receber correntes.

Activos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta categoria é subdividida em duas: activos financeiros detidos para negociação e aqueles que são designados ao justo valor através de resultados desde o seu início. Um activo financeiro é classificado nesta categoria se adquirido principalmente com o objectivo de venda a curto prazo ou se assim designado pelos gestores. Os activos desta categoria são classificados como correntes se forem detidos para negociação ou sejam realizáveis no período até 12 meses da data de balanço. Estes investimentos são mensurados ao justo valor através da demonstração de resultados.

Investimentos detidos até à maturidade

Os investimentos detidos até à maturidade são activos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades fixas, que o Grupo tem intenção e capacidade para manter até à maturidade. Esta categoria de investimento está registada ao custo amortizado pelo método da taxa de juro efectiva.

Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que são designados nesta categoria ou não são classificados em nenhuma das outras categorias.

São incluídos em activos não correntes, excepto se os gestores entenderem alienar o investimento num prazo até 12 meses após a data do balanço. (Nota 21)

Estes investimentos financeiros são contabilizados ao valor de mercado, entendido como o respectivo valor de cotação à data de balanço.

Se não existir mercado activo, o Grupo determina o justo valor através da aplicação de técnicas de avaliação, que incluem o uso de transacções comerciais recentes, a referência a outros instrumentos com características semelhantes, a análise de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções modificados para incorporar as características específicas do emitente.

As mais e menos valias potenciais resultantes são registadas directamente na reserva de justo valor até que o investimento financeiro seja vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, momento em que o ganho ou perda acumulado, anteriormente reconhecido na reserva de justo valor é incluído no resultado líquido do período. (Nota 27)

Caso não exista um valor de mercado ou não o seja possível determinar, os investimentos em causa são mantidos ao custo de aquisição. São reconhecidas perdas por imparidade para a redução de valor nos casos que se justifiquem.

O Grupo avalia, em cada data de balanço, se há uma evidência objectiva de que um activo financeiro ou um grupo de activos financeiros sofreram uma perda por imparidade. Se existir uma diminuição no justo valor por um período prolongado dos activos disponíveis para venda, a perda cumulativa – calculada pela diferença entre o custo de aquisição e o justo valor corrente, menos qualquer perda por imparidade nesse activo financeiro que já foi reconhecida em resultados – é anulada através do capital próprio e reconhecida no resultado do período.

Uma perda por imparidade reconhecida relativamente a activos financeiros disponíveis para venda é revertida se a perda tiver sido causada por eventos externos específicos de natureza excepional que não se espera que se repitam mas que acontecimentos externos posteriores tenham feito reverter, sendo que nestas circunstâncias a reversão não afecta a demonstração

de resultados, registando-se a subsequente flutuação positiva do activo na reserva de justo valor.

1.13 Instrumentos financeiros derivados

O Grupo utiliza derivados com o objectivo de gerir os riscos financeiros a que se encontra sujeito.

Sempre que as expectativas de evolução de taxas de juro e de câmbio o justifiquem, o Grupo procura contratar operações de protecção contra movimentos adversos, através de instrumentos derivados, tais como interest rate swaps (IRS), caps e floors, forwards, etc.

Na selecção de instrumentos financeiros derivados são essencialmente valorizados os aspectos económicos dos mesmos.

As operações que qualifiquem como instrumentos de cobertura em relações de cobertura de fluxo de caixa são registadas no balanço pelo seu justo valor. Na medida em que sejam consideradas coberturas eficazes, as variações no justo valor dos IRS são inicialmente registadas por contrapartida de capitais próprios e posteriormente reclassificadas para a rubrica Comissões e perdas em instrumentos financeiros em Resultados financeiros líquidos.

Desta forma e em termos líquidos, os custos associados aos financiamentos cobertos são periodificados à taxa inerente à operação de cobertura contratada. Os ganhos ou perdas decorrentes de rescisão antecipada deste tipo de instrumento são reconhecidos em resultados aquando da sua ocorrência.

Apesar de os derivados contratados pelo Grupo corresponderem a instrumentos eficazes na cobertura económica de riscos, nem todos qualificam como instrumentos de cobertura contabilística de acordo com as regras e requisitos do IAS 39. Os instrumentos que não qualifiquem como instrumentos de cobertura contabilística são registados no balanço pelo seu justo valor e as variações no mesmo são reconhecidas em Comissões e perdas em instrumentos financeiros. (Nota 10)

Sempre que possível, o justo valor dos derivados é estimado com base em instrumentos cotados. Na ausência de preços de mercado, o justo valor dos derivados é estimado através do método de fluxos de caixa descontados e modelos de valorização de opções, de acordo com pressupostos geralmente utilizados no mercado. O justo valor dos instrumentos financeiros derivados encontra-se incluído, essencialmente nas rubricas de Valores a receber correntes e de Valores a pagar correntes.

1.14 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento inclui imposto corrente e imposto diferido. O imposto corrente sobre o rendimento é determinado com base nos resultados líquidos, ajustados em conformidade com a legislação fiscal vigente à data de balanço.

O imposto diferido é calculado com base na responsabilidade de balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a respectiva base de tributação. Para a determinação do imposto diferido é utilizada a taxa fiscal que se espera estar em vigor no período em que as diferenças temporárias serão revertidas.

São reconhecidos impostos diferidos activos sempre que exista razoável segurança de que serão gerados lucros futuros contra os quais poderão ser utilizados.

Os impostos diferidos activos são revistos periodicamente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os mesmos possam ser utilizados.

Os impostos diferidos são registados como custo ou proveito do exercício, excepto se resultarem de valores registados directamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

1.15 Existências

As existências encontram-se valorizadas de acordo com os seguintes critérios:

i) Mercadorias e matérias-primas

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao mais baixo entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio.

ii) Produtos acabados e produtos e trabalhos em curso

Os produtos acabados e intermédios e os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao mais baixo de entre o custo de produção (que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico, tomando por base o nível normal de produção) e o valor realizável líquido.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado deduzido dos custos estimados de acabamento e de comercialização. As diferenças entre o custo e o valor realizável líquido, se inferior, são registadas em Inventários consumidos e vendidos.

1.16 Valores a receber correntes

Os saldos de clientes e outros valores a receber correntes são contabilizados pelo valor nominal deduzido de perdas por imparidade, necessárias para os colocar ao seu valor realizável líquido esperado. (Nota 24)

As perdas por imparidade são registadas quando existe uma evidência objectiva de que o Grupo não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das contas a receber.

1.17 Caixa e seus equivalentes

A rubrica de caixa e equivalentes de caixa inclui caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo com maturidade inicial até 3 meses, que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor. Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa esta rubrica inclui também os descobertos bancários, os quais são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica Passivos remunerados.

1.18 Capital Social e Acções Próprias

As acções ordinárias são classificadas no capital próprio (Nota 26).

Os custos directamente atribuíveis à emissão de novas acções ou outros instrumentos de capital próprio são apresentados como uma dedução, líquida de impostos, ao valor recebido resultante desta emissão.

Os custos directamente imputáveis à emissão de novas acções ou opções, para a aquisição de um negócio são incluídos no custo de aquisição, como parte do valor da compra.

Quando alguma empresa do Grupo adquire acções da empresa-mãe (acções próprias) o pagamento, que inclui os custos incrementais directamente atribuíveis (líquidos de impostos), é deduzido ao capital próprio atribuível aos detentores do capital da empresa-mãe até que as acções sejam canceladas, reemitidas ou alienadas.

Quando tais acções são subsequentemente vendidas ou reemitidas, qualquer recebimento, líquido de custos de transacção directamente atribuíveis e de impostos, é reflectido no capital próprio dos detentores do capital da empresa, em outras reservas, no capital próprio.

1.19 Passivos remunerados

Os passivos remunerados são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transacção incorridos sendo, subsequentemente apresentados ao custo amortizado. Qualquer diferença entre os recebimentos (líquidos de custos de transacção) e o valor de reembolso é reconhecido na demonstração de resultados ao longo do período da dívida, utilizando o método da taxa de juro efectiva.

A dívida remunerada é classificada no passivo corrente, excepto se o Grupo possuir um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. (Nota 31)

1.20 Encargos financeiros com empréstimos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos são geralmente reconhecidos como custos financeiros, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. (Nota 10)

Os encargos financeiros de empréstimos directamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de activos fixos são capitalizados, fazendo parte do custo do activo.

A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das actividades de construção ou desenvolvimento do activo e é interrompida após o início de utilização ou quando o projecto em causa se encontre suspenso.

Quaisquer proveitos financeiros gerados por empréstimos, directamente relacionados com um investimento específico, são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

1.21 Provisões

São reconhecidas provisões sempre que o Grupo tenha uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados, seja provável que uma saída de fluxos de recursos se torne necessária para liquidar a obrigação e possa ser efectuada uma estimativa fiável do montante da obrigação.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras. As provisões são revistas na data de balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data. (Nota 30)

O Grupo incorre em dispêndios e assume passivos de carácter ambiental. Assim, os dispêndios com equipamentos e técnicas operativas que assegurem o cumprimento da legislação e dos regulamentos aplicáveis (bem como a redução dos impactos ambientais para níveis que não excedam os correspondentes a uma aplicação viável das melhores tecnologias disponíveis desde as referentes à minimização do consumo energético, das emissões atmosféricas, da produção de resíduos e do ruído, às estabelecidas para a execução de planos de requalificação visual e paisagística) são capitalizados quando se destinem a servir de modo duradouro a actividade do Grupo, bem como se relacionem com benefícios económicos futuros e que permitam prolongar a vida, aumentar a capacidade ou melhorar a segurança ou eficiência de outros activos detidos pelo Grupo. (Notas 30 e 36)

Adicionalmente, os terrenos utilizados em exploração de pedreiras têm de ser sujeitos a reconstituição ambiental, sendo prática do Grupo a reconstituição continuada e progressiva dos espaços libertos pelas pedreiras, reconhecendo nos resultados, nesse mesmo período, os dispêndios incorridos. No caso das pedreiras cuja reconstituição apenas é possível no fim da exploração, o Grupo solicitou a entidades independentes e especializadas a avaliação dessas responsabilidades, bem como o período estimado de exploração, tendo para o efeito reconhecido uma provisão na rubrica "Provisões" (Nota 30).

1.22 Pensões e outros benefícios pós-emprego

1.22.1 Planos de pensões de benefícios definidos

Algumas subsidiárias do Grupo assumiram o compromisso de pagar aos seus empregados prestações pecuniárias a título de complementos de pensões de reforma por velhice, invalidez, reforma antecipada e pensões de sobrevivência, constituindo planos de pensões de benefícios definidos.

Conforme referido na Nota 29, o Grupo constituiu Fundos de Pensões autónomos como forma de financiar uma parte das suas responsabilidades por aqueles pagamentos.

De acordo com o IAS 19, as empresas com planos de pensões reconhecem os custos com a atribuição destes benefícios à medida que os serviços são prestados pelos empregados beneficiários. Deste modo a responsabilidade total do Grupo é estimada, pelo menos, semestralmente, à data dos fechos intercalar e anuais de contas, para cada plano separadamente, por uma entidade especializada e independente de acordo com o método das unidades de crédito projectadas.

Os custos por responsabilidades passadas, que resultem da implementação de um novo plano ou acréscimos nos benefícios atribuídos, são reconhecidos imediatamente, nas situações em que os benefícios se encontrem a ser pagos ou se encontrem vencidos.

A responsabilidade assim determinada é apresentada no Balanço, deduzida do valor de mercado dos fundos constituídos, na rubrica Pensões e outros benefícios pós-emprego, nos passivos não correntes.

Os desvios actuariais, resultantes das diferenças entre os pressupostos utilizados para efeito de apuramento de responsabilidades e o que efectivamente ocorreu (bem como de alterações efectuadas aos mesmos e do diferencial entre o valor esperado da rentabilidade dos activos dos fundos e a rentabilidade real) são reconhecidos, quando incorridos, directamente em capitais próprios (Ver Nota 1.31.1).

Os ganhos e perdas gerados por um corte ou uma liquidação de um plano de pensões de benefícios definidos são reconhecidos em resultados do exercício quando o corte ou a liquidação ocorrer.

Um corte ocorre quando se verifica uma redução material no número de empregados ou o plano é alterado de forma a que os benefícios atribuídos sejam reduzidos, com efeito material.

1.22.2 Outros benefícios pós emprego

Adicionalmente, o Grupo atribui os seguintes benefícios pós-emprego:

Subsídio de reforma e morte

A empresa subsidiária CMP – Cimentos Maceira e Pataias, S.A. assumiu com os seus trabalhadores a responsabilidade pelo pagamento de (i) um subsídio de reforma por velhice e por invalidez, o qual representa 3 meses do último salário auferido e (ii) um subsídio por morte do trabalhador activo, de valor igual a 1 mês do último salário auferido.

Prémio de antiguidade

As subsidiárias Secil – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A. e CMP – Cimentos Maceira e Pataias, S.A. assumiram com os seus trabalhadores a responsabilidade pelo pagamento de prémios: na Secil àqueles que atingem 25, 35 e 40 anos de antiguidade e (ii) na CMP àqueles que atingem 20 e 35 anos, calculados com base na remuneração base mensal, até 3 salários.

Assistência na doença

As subsidiárias Secil – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A. e CMP – Cimentos Maceira e Pataias, S.A., mantêm para com os seus empregados um regime de assistência na doença, de natureza supletiva relativamente aos serviços oficiais de Saúde e Segurança Social, extensivo a familiares, reformados e viúvas. Sob este regime, vêm sendo comparticipados custos de determinados cuidados de saúde: (i) na Secil através do Seguro de Saúde, contratado pela Empresa e (ii) na CMP, através da “Cimentos – Federação das Caixas de Previdência”, para os trabalhadores nela incluídos, bem como, mediante aprovação prévia dos serviços médicos da empresa, para os restantes trabalhadores.

Bónus e Gratificações

Algumas empresas do Grupo prevêem nos seus estatutos, a distribuição aos trabalhadores, de uma parcela do resultado líquido. Desta forma, o Grupo reconhece como um passivo por contrapartida da demonstração de resultados no ano a que respeitam, o valor destas responsabilidades, quando exista uma obrigação contratual ou construtiva, baseada na prática passada.

1.22.3 Férias e subsídio de férias

De acordo com a legislação vigente, os trabalhadores têm, anualmente, direito a 25 dias úteis de férias, bem como a um mês subsídio de férias, direito esse adquirido no ano anterior ao do seu pagamento. Assim, estas responsabilidades são registadas em custos com o pessoal no período em que os trabalhadores adquirem o respectivo direito, independentemente da data do seu pagamento, e o saldo por liquidar à data de balanço está relevado na rubrica de Valores a pagar correntes.

1.23 Valores a pagar correntes

Os saldos de fornecedores e valores a pagar correntes são registados pelo seu valor nominal. (Nota 32)

1.24 Subsídios

Os subsídios estatais só são reconhecidos após existir segurança de que o Grupo cumprirá as condições inerentes aos mesmos e que os subsídios serão recebidos.

Os subsídios à exploração, recebidos com o objectivo de compensar o Grupo por custos incorridos, são registados na demonstração dos resultados de forma sistemática durante os períodos em que são reconhecidos os custos que aqueles subsídios visam compensar.

Os subsídios relacionados com activos biológicos valorizados pelo seu justo valor, conforme o IAS 41, são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os termos e condições de atribuição do subsídio estiverem satisfeitos

Os subsídios ao investimento recebidos com o objectivo de compensar o Grupo por investimentos efectuados em activos imobilizados são incluídos na rubrica Valores a pagar correntes e são reconhecidos em resultados na rubrica Outros proveitos operacionais, durante a vida útil estimada do respectivo activo subsidiado.

1.25 Locações

Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira bem como as correspondentes responsabilidades são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método o custo do activo é registado no imobilizado corpóreo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo na rubrica de empréstimos, os juros incluídos no valor das rendas e a amortização do activo, calculada conforme descrito na Nota 1.8, são registados como custos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

As locações em que uma parte significativa dos riscos e benefícios da propriedade é assumida pelo locador sendo o Grupo locatário, são classificadas como locações operacionais. Os pagamentos efectuados nas locações operacionais, líquidos de quaisquer incentivos recebidos do locador, são registados na demonstração dos resultados pelo método das quotas constantes durante o período da locação.

1.26 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos aos detentores do capital é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo no período em que os dividendos são aprovados pelos accionistas e até ao momento da sua liquidação.

1.27 Rédito e especialização dos exercícios

Os proveitos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração de resultados consolidada quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos activos são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Os proveitos decorrentes da prestação de serviços são reconhecidos na demonstração de resultados consolidada com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço. A receita com os dividendos de associadas é reconhecida quando é atribuído aos sócios ou accionistas, o direito de receberem os dividendos.

Os juros recebidos são reconhecidos pelo princípio da especialização do exercício, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa de juro efectiva durante o período até à maturidade.

As empresas do Grupo registam os seus custos e proveitos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual os custos e proveitos são reconhecidos à medida em que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes custos e proveitos são registadas nas rubricas Valores a receber correntes e Valores a pagar correntes (Notas 24 e 32 respectivamente).

1.28 Activos e passivos contingentes

Os passivos contingentes em que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja apenas possível, não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo divulgados nas notas, a menos que a possibilidade de se concretizar a saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objecto de divulgação. São reconhecidas provisões para passivos que satisfaçam as condições previstas na Nota 1.21.

Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

1.29 Licenças de emissão de CO2

As emissões de CO2 efectuadas pelo Grupo e as “licenças de emissão de CO2” que lhe são atribuídas no âmbito do Plano Nacional de Atribuição de Licenças de Emissão de CO2, a título gratuito, não dão origem a qualquer registo contabilístico, desde que não se estime como provável a existência de custos a incorrer pelo Grupo com a aquisição de licenças de emissão no mercado, situação em que é constituída uma provisão, ou as mesmas não sejam alienadas.

1.30 Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são reflectidos nas demonstrações financeiras consolidadas.

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas, se materiais.

1.31 Novos IFRS e IFRICs de aplicação não mandatária em 31 de Dezembro de 2005

1.31.1 Alterações à IAS 19

Em 16 de Dezembro de 2004 o IASB emitiu uma alteração à IAS 19, na qual é introduzida uma opção quanto ao reconhecimento dos ganhos ou perdas actuariais de planos de benefícios definidos.

Esta alteração, que vem permitir o reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais directamente numa rubrica de capitais próprios fora do resultado líquido, foi adoptada pela União Europeia no segundo semestre de 2005, em conformidade com o regulamento (CE) nº 1910/2005 da Comissão, de 8 de Novembro.

O Grupo procedeu à adopção da alteração desta norma, pelo que reconheceu os ganhos ou perdas actuariais directamente em capitais próprios, nos resultados transitados, retrospectivamente a 1 de Janeiro de 2004. Os impactos no exercício findo em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 encontram-se evidenciados na Demonstração de Rendimentos e Gastos consolidados.

1.31.2 Interpretação IFRIC 4

O regulamento (CE) nº 1910/2005 da Comissão, de 8 de Novembro vem igualmente adoptar o texto da interpretação IFRIC 4 – Determinar se um acordo contém uma locação, o qual proporciona orientação sobre como avaliar se um acordo contém uma Locação, com efeitos a 1 de Janeiro de 2006. O Grupo optou por não adoptar antecipadamente esta interpretação.

Caso tivesse optado pela sua adopção antecipada, os impactos nas demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2005 resultariam da aplicação da interpretação IFRIC 4 ao contrato de fornecimento de energia eléctrica e vapor celebrado pela subsidiária Soporcel com a Soporgen (sociedade na qual o Grupo detém 8% do capital social), empresa de co-geração do Grupo EDP constituída em 1999 com o propósito de assegurar o fornecimento de energia eléctrica e vapor à subsidiária referida, conforme segue:

- Aumento do total do activo líquido, no montante de Euros 27.409.750;
- Aumento do passivo (outros passivos correntes) no montante de Euros 30.065.568;
- Diminuição do resultado líquido do exercício no montante de Euros 234.874 (dos quais Euros 77.283 atribuível a interesses minoritários);
- Diminuição do total dos capitais próprios no montante de Euros 2.655.818 (dos quais Euros 873.870 atribuível a interesses minoritários).

Os impactos descritos correspondem ao reconhecimento dos activos afectos ao contrato sob a forma de uma locação financeira nas Demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

1.31.3 Outras normas/interpretações emitidas ou alteradas

Adicionalmente, o regulamento (CE) nº 1910/2005 da Comissão, de 8 de Novembro adoptou a IFRS 6 – Exploração e Avaliação de Recursos Minerais e a IFRIC 5 – Direitos e Interesses resultantes de Fundos de Descomissionamento, Restauração e Reabilitação Ambiental e introduziu alterações à IAS 39 – Instrumentos Financeiros (Reconhecimento e Mensuração), cuja aplicação ainda não é mandatória em 31 de Dezembro de 2005. O Grupo não aplicou estes novos normativos ou as alterações a normativos já em vigor, nem a sua aplicação terá um efeito relevante nas presentes demonstrações financeiras.

2. Gestão do Risco

2.1 Factores do risco financeiro

As actividades do Grupo estão expostas a uma variedade de factores de riscos financeiros: risco cambial, risco de preço, risco de taxa de juro, risco de crédito e risco de liquidez. O Grupo detém um programa de gestão do risco que foca a sua análise nos mercados financeiros procurando minimizar os potenciais efeitos adversos na performance financeira do Grupo.

A gestão do risco é conduzida pela Direcção Financeira da *holding* e das principais subsidiárias de acordo com políticas aprovadas pela Administração. A Direcção Financeira avalia e realiza coberturas de riscos financeiros em estrita cooperação com as unidades operacionais do Grupo.

A Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito, o uso de derivados e outros instrumentos financeiros não derivados e o investimento do excesso de liquidez.

2.1.1 Risco cambial

A variação da taxa de câmbio do euro face a outras moedas pode afectar as receitas da empresa de diversas formas. Por um lado, o preço da pasta no mercado mundial é tradicionalmente fixado em USD, bem como as vendas da actividade cimenteira em Angola, pelo que a evolução do euro face ao USD poderá ter um impacto nas vendas futuras da empresa, independentemente das vendas serem denominadas em euros ou noutra moeda.

Por outro lado, uma parte significativa das vendas de pasta e papel, bem como de cimento é denominada em moedas diferentes do euro, mais uma vez com especial destaque para o USD e para o Dinar Tunisino no último caso. Por esta via também a evolução do euro face a estas moedas poderá ter um impacto nas vendas futuras da empresa.

Adicionalmente, e uma vez concretizada uma venda em moeda diferente do euro, a empresa incorre em risco cambial até ao recebimento do montante dessa venda. Deste modo, existe permanentemente, no activo da empresa, um montante significativo de créditos a receber que estão sujeitos a risco cambial.

O Grupo detém investimentos em operações externas que são materialmente relevantes e cujos activos líquidos estão expostos ao risco cambial nomeadamente na Tunísia, Angola e Líbano.

A gestão do risco cambial no Grupo é efectuada através da utilização de instrumentos financeiros derivados, de acordo com uma política definida periodicamente e que tem como objectivo limitar o risco cambial associado às vendas futuras e o risco cambial associado aos créditos a receber denominados em moedas diferentes do euro.

2.1.2 Risco de preço

O Grupo está exposto ao risco de flutuação dos preços de venda da pasta e do papel, que são determinados no mercado internacional bem como do combustível utilizado na actividade cimenteira (pet coke). A gestão do risco de preço começou a ser efectuada em 2005 através da utilização de instrumentos financeiros derivados, nomeadamente de forwards, com o objectivo de limitar o risco associado às flutuações do preço da pasta.

2.1.3 Risco de taxa de juro

O custo da quase totalidade da dívida financeira contraída pelo Grupo está indexado a taxas de referência de curto prazo, revistas com uma periodicidade inferior a um ano (geralmente seis meses na dívida de médio longo prazo). Deste modo, variações nas taxas de juro podem afectar os resultados da empresa. A gestão do risco de taxa de juro é efectuada através de instrumentos financeiros derivados, nomeadamente “swaps” de taxa de juro, que têm como objectivo fixar a taxa de juro dos empréstimos do Grupo dentro de determinados parâmetros.

2.1.4 Risco de crédito

O Grupo está sujeito a risco no crédito que concede aos seus clientes, tendo adoptado uma política de maximização da cobertura do risco através de um seguro de crédito. As vendas que não estão abrangidas por um seguro de crédito estão sujeitas a regras que asseguram que as vendas são efectuadas a clientes com um histórico de crédito apropriado e que limitam a exposição a montantes máximos pré-definidos e aprovados para cada cliente.

2.1.5 Risco de liquidez

O Grupo gere o risco de liquidez por duas vias. Em primeiro lugar garantindo que a sua dívida financeira tem uma componente elevada de médio e longo prazo com maturidades adequadas às características da indústrias que integra. Nesse sentido, no primeiro semestre de 2005 foram concretizadas um conjunto de operações de financiamento que alongaram significativamente a maturidade da dívida da empresa. Adicionalmente, procurando contratar, com instituições financeiras, facilidades de crédito disponíveis a todo o momento, por um montante que garanta uma liquidez adequada.

2.2 Factores do risco operacional

2.2.1 Abastecimento de matérias-primas

O aprovisionamento de madeiras, nomeadamente de eucalipto, está sujeito a variações de preço e a eventuais dificuldades de abastecimento que poderão ter um impacto significativo nos custos de produção das empresas produtoras de BEKP. A plantação de novas áreas de eucalipto está sujeita a autorização das entidades competentes, pelo que o aumento das áreas florestadas ou a substituição de algumas das actuais áreas não estão dependentes dos produtores de celulose. Em caso de insuficiência da produção nacional, a subsidiária Portucel terá de aumentar as quantidades importadas, o que poderá implicar o aumento do custo médio desta matéria-prima.

2.2.2 Preço de mercado da pasta e do papel

Os preços da pasta e do papel no mercado têm um comportamento marcadamente cíclico, influenciando de forma significativa as receitas do Grupo e a sua rentabilidade. As variações cíclicas do preço da pasta resultam, essencialmente, de alterações da capacidade de produção instalada a nível mundial, criando desequilíbrios na oferta face à procura no mercado.

2.2.3 Procura dos produtos do Grupo

Uma eventual diminuição da procura de BEKP e de papel de impressão e escrita não revestido nos mercados da União Europeia poderá ter um impacto significativo nas vendas da Empresa. A procura da pasta produzida pelo Grupo depende também da evolução da capacidade instalada para produção de papel a nível mundial, pois são os produtores de papel os principais clientes da subsidiária Portucel.

2.2.4 Concorrência

O aumento da concorrência nos mercados da pasta e papel pode ter um impacto significativo nos preços e consequentemente na rentabilidade do Grupo. Os mercados de pasta e papel são altamente competitivos, pelo que a ocorrência de novas capacidades poderá ter um impacto significativo nos preços praticados a nível mundial.

Estes factores têm obrigado o sub-Grupo Portucel a realizar investimentos significativos de modo a manter os seus custos competitivos e a produzir produtos de elevada qualidade, sendo de prever que esta pressão concorrencial se mantenha no futuro.

2.2.5 Legislação ambiental

Nos últimos anos, a legislação da U.E. tem vindo a tornar-se mais limitativa no que respeita ao controlo dos efluentes, tendo em conta o impacto ambiental causado pela produção de pasta e cimento. As empresas do Grupo respeitam a legislação actualmente em vigor, tendo para isso realizado investimentos muito significativos nos últimos anos. Embora não se preveja, num futuro próximo, alterações significativas à actual legislação, existe a possibilidade do Grupo necessitar de realizar investimentos adicionais nesta área, de modo a cumprir com eventuais novos limites que venham a ser aprovados.

3. Estimativas e julgamentos contabilísticos relevantes

A preparação de demonstrações financeiras consolidadas exige que a gestão do Grupo efectue julgamentos e estimativas que afectam os montantes de proveitos, custos, activos, passivos e divulgações à data do balanço. Estas estimativas são determinadas pelos julgamentos da gestão do Grupo, baseado: (i) na melhor informação e conhecimento de eventos presentes e em alguns casos em relatos de peritos independentes e (ii) nas acções que a empresa considera poder vir a desenvolver no futuro. Todavia, na data de concretização das operações, os resultados das mesmas poderão ser diferentes destas estimativas.

As estimativas e as premissas que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico dos activos e passivos no exercício seguinte são apresentadas abaixo:

3.1 Estimativa de imparidade do Goodwill

O Grupo testa anualmente se existe ou não imparidade no Goodwill, de acordo com a política contabilística indicada na Nota 1.7. Os valores recuperáveis das unidades geradoras de fluxos de caixa são determinados com base no cálculo de valores de uso. Esses cálculos exigem o uso de estimativas.

3.2 Estimativa de imparidade de Activos intangíveis de vida indefinida

O Grupo testa anualmente se existe ou não imparidade nos seus activos intangíveis de vida indefinida, nomeadamente nas marcas, de acordo com a política contabilística indicada na Nota 1.6, procedendo igualmente à revisão dos critérios para qualificação da vida útil como indefinida. Esses cálculos exigem o uso de estimativas.

3.3 Imposto sobre o Rendimento

O Grupo reconhece passivos para liquidações adicionais de impostos que possam resultar de revisões pelas autoridades fiscais. Quando o resultado final destas situações é diferente dos valores inicialmente registados, as diferenças terão impacto no imposto sobre o rendimento e nos impostos diferidos, no período em que tais diferenças são identificadas.

3.4 Pressupostos actuariais

As responsabilidades com benefícios definidos são calculados com base em determinados pressupostos actuariais. Alterações nestes pressupostos podem ter um impacto relevante naquelas responsabilidades.

4. Relato por segmentos

A informação por segmentos é apresentada em relação aos segmentos de negócio identificados nomeadamente Pasta e Papel, Cimento e Derivados e Energia. Os resultados, activos e passivos de cada segmento correspondem àqueles que lhe são directamente atribuíveis, assim como os que numa base razoável lhes podem ser atribuídos. Os interesses minoritários correspondem aos reconhecidos na demonstração dos resultados de cada sub-Grupo.

A informação financeira por segmentos de negócio, do exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, analisa-se como segue:

Valores em Euros	Cimento e Derivados	Pasta e Papel	Energias	Holding	Consolidado
RÉDITOS					
Réditos totais	461.139.679	1.029.086.149	39.489.109	-	1.529.714.937
Resultados operacionais totais	118.846.600	142.646.739	16.820.483	279.484.129	557.797.951
Resultados financeiros totais	(6.243.155)	(45.928.337)	(9.895.256)	(38.587.295)	(100.654.043)
Parte de lucros líquidos em associadas	1.771.385	(124.182)	(7.387)	-	1.639.816
Imposto sobre o rendimento	(31.489.992)	(25.411.068)	(3.092.218)	(72.892)	(60.066.170)
Resultados actividades ordinárias	82.884.838	71.183.152	3.825.622	240.823.942	398.717.554
Interesses minoritários	(424.641)	5.737	112.174	(64.226.358)	(64.533.088)
Resultado líquido do exercício	82.460.197	71.188.889	3.937.796	176.597.584	334.184.466
OUTRAS INFORMAÇÕES					
Activos do segmento	864.989.321	2.298.624.952	-	310.031.416	3.473.645.689
Investimentos em Associadas	45.778.332	357.526	-	2.451	46.138.309
Passivos do segmento	455.277.398	1.286.177.520	-	485.637.933	2.227.092.851
EBITDA	152.780.391	261.324.651	33.151.067	279.622.580	726.878.689
Dívida Líquida	196.177.075	736.138.164	-	290.069.892	1.222.385.131
Investimentos em activos fixos	59.215.981	41.397.055	-	-	100.613.036
Amortizações e perdas por imparidade	33.933.791	118.677.912	16.330.583	138.452	169.080.738

Relativamente ao segmento Energia, importa referir que o Grupo alienou, em Dezembro de 2005, a posição detida na holding Enersis II pelo que os montantes apresentados no segmento correspondem às operações do mesmo no período compreendido entre 1 de Janeiro e 30 de Novembro de 2005.

Os interesses minoritários no montante de Euros 64.226.358 incluídos no segmento Holding correspondem aos interesses minoritários de 49% nos resultados da subsidiária Secil (Euros 40.405.495), de 32,9% nos resultados da subsidiária Portucel (Euros 23.423.933) e 10,08% nos resultados da subsidiária Enersis II (Euros 396.930), em todos os casos após necessários ajustamentos de harmonização de políticas contabilísticas.

A informação financeira por segmentos de negócio, do exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, analisa-se como segue:

Valores em Euros	Cimento e Derivados	Pasta e Papel	Energias	Holding	Consolidado
RÉDITOS					
Réditos totais	452.972.451	252.637.795	31.166.886	-	736.777.132
Resultados operacionais totais	105.348.149	15.054.690	8.548.669	146.848.255	275.799.763
Resultados financeiros totais	(7.015.643)	(7.776.797)	(6.626.952)	(14.510.097)	(35.929.489)
Parte de lucros líquidos em associadas	3.768.417	-	(30.995)	4.354.422	8.091.844
Imposto sobre o rendimento	(30.631.863)	(8.267.627)	308.744	(746.176)	(39.336.922)
Resultados actividades ordinárias	71.469.060	(989.734)	2.199.466	135.946.404	208.625.196
Interesses minoritários	153.105	(18.095)	(234.761)	(19.106.371)	(19.206.122)
Resultado líquido do exercício	71.622.165	(1.007.829)	1.964.705	116.840.033	189.419.074
OUTRAS INFORMAÇÕES					
Activos do segmento	749.513.559	2.398.555.879	407.552.941	281.492.906	3.837.115.285
Investimentos em Associadas	43.480.136	815.594	17.339	2.451	44.315.520
Passivos do segmento	409.363.752	1.419.584.702	376.386.722	747.729.742	2.953.064.918
EBITDA	137.312.437	47.926.793	21.362.246	146.907.797	353.509.273
Dívida Líquida	202.119.460	870.917.997	335.785.410	696.645.648	2.105.468.515
Investimentos em activos fixos	37.901.387	83.618.216	175.514.192	-	297.033.795
Amortizações e perdas por imparidade	31.964.287	32.872.103	12.813.577	59.543	77.709.510

Segmento geográfico

	Cimentos e Derivados		Pasta e Papel		Energias	
	31-12-2005	31-12-2004	31-12-2005	31-12-2004	30-11-2005	31-12-2004
Vendas e prestações de serviços:						
Portugal	357.975.488	343.822.710	64.323.824	17.521.962	39.073.849	30.632.442
Alemanha	-	-	152.617.380	38.130.500	-	-
Espanha	-	-	121.203.706	29.150.750	415.260	534.444
França	-	-	118.715.438	30.154.363	-	-
Itália	-	-	94.751.830	23.482.079	-	-
Grã-Bretanha	-	-	66.510.442	20.805.406	-	-
EUA	-	-	61.756.446	61.623.000	-	-
Tunísia	50.749.339	50.671.540	-	-	-	-
Angola	13.349.060	7.320.187	-	-	-	-
Outros	39.065.792	51.158.014	349.207.083	31.769.735	-	-
	461.139.679	452.972.451	1.029.086.149	252.637.795	39.489.109	31.166.886

5. Outros proveitos operacionais

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, a rubrica Outros proveitos operacionais decompõe-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2005	31-12-2004
Reversão de ajustamentos	5.075.844	6.171.084
Valor actual da indemnização por nacionalização	16.006.486	-
Varição de justo valor nos activos biológicos	2.213.597	3.558.753
Ganhos em existências	1.900.889	-
Subsídios	4.469.209	10.070
Diferenças de aquisição negativas (Nota 15)	2.845.571	-
Ganhos na alienação de activos não correntes	387.071.944	175.474.162
Outros	26.246.113	25.100.113
	445.829.653	210.314.182

O montante de Euros 16.006.486, reflecte o registo do justo valor, no momento inicial, da indemnização acordada com o Estado Angolano, relativamente aos activos da subsidiária Secil Angola nacionalizados à data da independência, cuja quantia transportada a 31 de Dezembro de 2004, era nula (Ver nota 21). Na determinação daquele justo valor foi utilizado um modelo de *cash flows* estimados descontados à taxa de risco país adequada.

O montante de Euros 2.213.597 evidenciado na rubrica Variação de justo valor dos activos biológicos, em 31 de Dezembro de 2005, corresponde à variação apurada no justo valor dos activos biológicos (florestas) detidos pelas subsidiárias Portucel Florestal e Soporcel em conformidade com a política descrita na Nota 1.11.

A rubrica Ganhos na alienação de activos não correntes inclui, em 31 de Dezembro de 2005, ganhos na alienação de investimentos financeiros, entre os quais um montante de Euros 384.607.117 referente à mais valia líquida apurada na alienação, por parte da subsidiária CMP BV, de 89,92% do capital social detido na subsidiária Enersis, S.A. e na sociedade Telener (Ver nota 35).

Esta rubrica inclui, em 31 de Dezembro de 2004, ganhos na alienação de investimentos financeiros, entre os quais um montante de Euros 160.488.000 referente à mais valia apurada na alienação, por parte da Semapa, SGPS, S.A., de 45,125% do capital social da Secil (49% dos direitos de voto).

6. Gastos e perdas

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, a rubrica Gastos e perdas decompõe-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2005	31-12-2004
Custo das Vendas e Prestações de Serviços		
Inventários consumidos e vendidos	(461.440.124)	(221.605.204)
Materiais e serviços consumidos	(457.308.613)	(221.228.038)
	(918.748.737)	(442.833.242)
Gastos com Pessoal		
Remunerações dos Órgãos Sociais	(25.777.512)	(18.787.102)
Outras remunerações	(122.224.180)	(65.053.751)
Pensões	(85.305.256)	(3.705.506)
Outros gastos com pessoal	(61.863.166)	(19.432.693)
	(295.170.113)	(106.979.053)
Outros Gastos e Perdas Operacionais		
Varição de produção	(3.948.339)	(6.488.077)
Trabalhos para a própria empresa	2.771.217	5.631.852
Quotizações	(810.852)	(1.496)
Donativos	(1.154.590)	(1.800.223)
Pesquisa e desenvolvimento	(2.031.579)	(465.971)
Perdas em existências	(2.880.272)	(4.214.668)
Provisões	(6.305.872)	(2.175.262)
Impostos indirectos	(6.289.865)	(3.809.952)
Perdas na alienação de activos não correntes	(1.835.422)	(1.234.489)
Ajustamentos de existências e dívidas a receber	(4.292.384)	(2.423.134)
Outros gastos operacionais	(7.969.094)	(26.788.326)
	(34.747.051)	(43.769.746)
Total dos Gastos e Perdas	(1.248.665.901)	(593.582.041)

Em 31 de Dezembro de 2005, a rubrica Pensões inclui um montante de Euros 84.295.793 correspondente ao reconhecimento da responsabilidade com serviços passados do fundo de pensões dos Administradores da Semapa (Ver Nota 29).

A rubrica de Outras remunerações inclui um montante de Euros 16.332.619 correspondente a indemnizações pagas por rescisões contratuais por mútuo acordo, pela subsidiária Portucel, ocorridas no decurso do exercício de 2005 (2004: Euros 3.598.167).

De salientar o facto de os valores comparativos, do exercício de 2004, apresentados apenas integram os gastos e perdas do sub-Grupo Portucel correspondentes ao período de três meses compreendidos entre 1 de Outubro de 31 de Dezembro de 2004.

7. Remuneração dos membros dos órgãos sociais

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, a rubrica Remunerações dos membros dos órgãos sociais, incluindo prémios de desempenho (ver nota 32), decompõe-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2005	31-12-2004
Conselho de Administração		
Semapa SGPS, S.A.	15.454.606	10.928.222
Membros do CA da Semapa noutras empresas	4.934.292	4.957.699
Órgãos sociais de outras empresas do Grupo	4.862.352	2.580.891
Fiscal Único / Conselho fiscal	521.762	320.290
Assembleia Geral da Portucel	4.500	-
	25.777.512	18.787.102

Adicionalmente o Conselho de Administração da Semapa beneficia de um plano de pensões conforme descrito na nota 29.

8. Depreciações, amortizações e perdas por imparidade

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, a rubrica Depreciações, amortizações e perdas por imparidade decompõe-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2005	31-12-2004
Depreciações de Terrenos, Edifícios e Equipamentos		
Terrenos	(2.994.858)	(2.826.122)
Edifícios	(28.157.439)	(14.373.341)
Equipamento Básico	(129.548.217)	(57.535.400)
Outros Activos tangíveis	(8.236.397)	(2.229.877)
	(168.936.911)	(76.964.740)
Amortizações de Activos Intangíveis		
Direitos e Patentes	(143.827)	(744.770)
	(143.827)	(744.770)
	(169.080.738)	(77.709.510)

9. Apropriação de resultados em empresas associadas

No decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, o Grupo apropriou-se de resultados em empresas associadas conforme segue:

Valores em Euros		31-12-2005	31-12-2004
Sub-Grupo Portucel			
Portucel International Trading, SA		(124.182)	-
Sub-Grupo Secil			
Carcubos - Calcários, Lda.	b)	(112.878)	-
Sobioen - Soluções de Bioenergia, S.A.	b)	(385.189)	-
Ciment de Sibline S.A.L.		581.523	966.303
Chryso - Aditivos de Portugal, S.A.		(27.174)	985
Setefrete, SGPS, S.A.		(243.154)	360.760
Becim - Mediadora de Seguros, Lda.	a)	-	63.106
Betão Liz, S.A.		1.390.201	755.025
Cimentação - Cimentos dos Açores, Lda.		547.033	859.203
Secil Unicon - S.G.P.S., Lda.	c)	-	(133.352)
Ecoresíduos, Lda.		184.121	140.395
ICV - Inertes de Cabo Verde, Lda.		(42.783)	75.679
Viroc Portugal - Ind. Madeiras e Cimento, S.A.		(343.395)	-
Cimentos Madeira, Lda.		223.080	680.313
Sub-Grupo Enersis	d)		
Hidroeléctrica de Dornelas, Lda.		-	(2.829)
Hidroeléctrica das Trutas, Lda.		(169)	(941)
Parque Eólico de Chiqueiro, Lda.		(143)	(4.002)
Parque Eólico de Zibreiro, Lda.		(1.066)	(2.871)
Parque Eólico de Marco Negro, Lda.		-	(1.321)
Parque Eólico da Penha da Gardunha, Lda.		(264)	(3.994)
Enerfuel - Produção de Biocombustíveis, Lda.		-	(884)
Hidroeléctrica de Janeiro de Baixo, Lda.		(2.181)	(1.168)
Aproveitamento Hidrico Val Rovinhosa, Lda.		(265)	(3.994)
Enerultra - Produção de Energia Eléctrica, Lda.		-	(2.743)
Hidroeléctrica da Mesa do Galo, Lda.		(539)	(3.650)
Parque Eólico Serra da Opa, Lda.		-	(394)
Eólica da Serra Amarela, Lda.		2.210	(2.204)
Parque Eólico de Arganil, Lda.		(1.983)	-
Parque Eólico de Gois, Lda.		(1.418)	-
Ventos da Serra, Produção de Energia, Lda.		(1.536)	-
Parque Eólico Serra da Opa, Lda.		(33)	-
Outros - Portucel, SA (30% pelo MEP)	e)	-	4.354.422
		1.639.816	8.091.844

a) Alienada em 2004

b) Adquirida em 2004

c) Consolidada pelo método proporcional em 2005

d) Sub-Grupo alienado em Dezembro de 2005

e) Consolidada integralmente a partir de Outubro de 2004

10. Resultados financeiros Líquidos

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, os Resultados financeiros líquidos decompõem-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2005	31-12-2004
Juros suportados com empréstimos de accionistas	(829.109)	(857.774)
Juros obtidos com empréstimos a accionistas	4.660	317.539
Juros suportados com outros empréstimos obtidos	(88.171.813)	(44.081.576)
Juros obtidos com empréstimos a empresas associadas	1.265.260	4.858.832
Outros juros obtidos	8.557.016	7.875.491
Rendimentos de títulos de participação	154.800	244.543
Comissões e perdas com instrumentos financeiros	(8.025.320)	(3.813.329)
Diferenças de Câmbio	(13.777.927)	1.001.966
Outros custos e perdas financeiros	(2.171.384)	(6.372.348)
Outros proveitos e ganhos financeiros	2.339.774	4.897.167
	(100.654.043)	(35.929.489)

11. Imposto sobre o rendimento

Os grupos Portucel e Secil encontram-se sujeitos ao regime especial de tributação de grupos de sociedades, constituído pelas empresas com uma participação igual ou superior a 90% e que cumprem as condições previstas no artigo 63º e seguintes do Código do IRC.

As empresas que fazem parte do perímetro do grupo de sociedades sujeitas a este regime apuram e registam o imposto sobre o rendimento tal como se fossem tributadas numa óptica individual. Caso sejam apurados ganhos na aplicação deste regime, estes são registados por dedução ao imposto sobre o rendimento da empresa mãe.

De acordo com a legislação em vigor, os ganhos e perdas em empresas do grupo e associadas, resultantes da aplicação do método da equivalência patrimonial, são deduzidos ou acrescidas, respectivamente, ao resultado do período, para apuramento da matéria colectável.

Os dividendos são considerados no apuramento da matéria colectável do ano em que são recebidos, se as participações detidas forem inferiores a 10% ou o custo de aquisição inferior a Euros 20.000.000 excepto, em ambos os casos, se os activos forem detidos por período inferior a um ano.

As declarações anuais de rendimentos estão sujeitas a revisão e eventual ajustamento por parte das autoridades fiscais durante um período de 4 anos. Contudo, no caso de serem apresentados prejuízos fiscais estes podem ser sujeitos a revisão pelas autoridades fiscais por um período de 6 anos.

O Conselho de Administração entende que eventuais correcções àquelas declarações em resultado de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais não terão efeito nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2005, para além dos divulgados na nota 42, encontrando-se revistos pela Administração Fiscal os exercícios até 2002, inclusive.

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, a rubrica de impostos apresenta o seguinte detalhe:

Valores em Euros	31-12-2005	31-12-2004
Imposto corrente	18.871.874	18.859.753
Provisão para Imposto corrente	2.070.099	4.473.440
Imposto diferido	39.124.197	16.003.729
	60.066.170	39.336.922

A provisão para imposto corrente refere-se ao eventual imposto no exercício em face do entendimento perpetrado pela Administração fiscal relativamente ao benefício contratual ao investimento de que beneficia a subsidiária Soporcel (Nota 25), o qual foi contestado judicialmente.

A reconciliação da taxa efectiva de imposto nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, é evidenciada como segue:

Valores em Euros	2005	2004
Resultado antes de impostos	458.783.724	247.962.118
Imposto esperado	126.165.524	68.189.582
Diferenças (a)	(80.055.866)	(44.085.211)
Prejuízos fiscais recuperáveis de exercícios anteriores	(978.325)	(2.210.032)
Provisões tributadas em exercícios anteriores	-	(676.995)
Prejuízos fiscais não recuperáveis	14.521.675	7.310.964
Alteração taxa imposto	(66.879)	6.956.571
Provisão para imposto corrente	2.070.099	4.473.140
Ajustamentos à colecta	(1.590.058)	(621.097)
	60.066.170	39.336.922
Taxa efectiva de imposto	13,09%	15,86%

(a) Este valor respeita essencialmente a :

	2005	2004
Efeito da aplicação do método da Equivalência Patrimonial	(2.149.187)	(7.592.828)
Mais / (Menos) valias fiscais	(1.613.253)	18.326.783
(Mais) / Menos valias contabilísticas	(380.311.051)	(178.077.118)
Ajustamentos e provisões tributadas	31.929.792	9.070.028
Benefícios fiscais	(67.786)	-
Dividendos de empresas sediadas fora da U.E.	2.875.327	-
Redução de provisões tributadas	(23.155.612)	(5.788.183)
Resultados intra grupo sujeito a tributação	8.508.647	-
Dotações para fundo de pensões	(9.070.172)	-
Responsabilidades com benefícios de reforma (Nota 29)	84.295.795	-
Outros	(2.354.739)	3.751.459
	(291.112.239)	(160.309.859)
Impacto fiscal (27,50%)	(80.055.866)	(44.085.211)

12. Resultados por acção

Não existem instrumentos financeiros convertíveis sobre as acções da Semapa, pelo que não existe diluição dos resultados.

Valores em Euros	31-12-2005	31-12-2004
Resultado atribuível ao Grupo	334.184.466	189.419.074
Número médio ponderado de acções	115.604.470	115.604.470
Resultado básico por acção	2,891	1,639
Resultado diluído por acção	2,891	1,639

O número médio ponderado de acções encontra-se deduzido do número de acções próprias de 2.727.975 detidas pela Seminv, S.A., sociedade subsidiária da Semapa SGPS, S.A..

Conforme proposta de aplicação dos resultados elaborada pelo Conselho de Administração, o dividendo proposto corresponde a Euros 0,42 por acção, os quais não se encontram reconhecidos como passivos financeiros nas presentes demonstrações financeiras consolidadas.

13. Interesses minoritários

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, os Interesses minoritários evidenciados na Demonstração dos resultados detalham-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2005	31-12-2004
Portucel - Empresa de Pasta e Papel, SA	23.423.933	(236.588)
Secil - Companhia Geral de Cal e Cimento, SA	40.405.495	19.144.917
Enersis II, SGPS, SA	a) 396.930	198.042
Enerflora - Produção de Energia Eléctrica, Lda.	b) 40.916	49.558
Enerpro - Projectos de Energias Renováveis, Lda.	b) (227.781)	(454.277)
Entreventos - Energias Renováveis, S.A.	b) 13.420	(26.812)
Hidrotruela - Hidroeléctrica do Tuela, S.A.	b) 944	101.188
Fespect - Serviços de Consultoria, S.A.	b) 116.366	360.663
Monte Agraço - Energias Alternativas, Lda.	b) (24.443)	(10.558)
PESL - Parque Eólico da Serra do Larouco, S.A.	b) (116)	1.849
Hidroeléctrica de Pinhel, Lda.	b) (36.487)	108.798
Hidroeléctrica do Rabaçal-Ponte, Lda.	b) (42.506)	115.625
Ribeira da Teja - Produção de Energia Eléctrica, Lda.	b) -	26.949
Telener Serviços de Telecomunicações, Lda.	b) 46.197	9.973
Hidroólio - Hidroeléctrica do Olo, Lda.	b) 864	1.026
Portucel Internacional Trading	(5.737)	18.095
Grupo Secil Betões e Inertes	1.113.894	-
Société des Ciments de Gabès	64.791	-
Secil Martingança	(71.683)	(153.105)
Secil - Companhia de Cimento do Lobito, S.A.	(682.361)	-
Outros	452	(49.221)
	64.533.088	19.206.122

a) Alienada em 2005

b) Subsidiárias da Enersis II

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, os Interesses minoritários em Balanço detalham-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2005	31-12-2004
Portucel - Empresa de Pasta e Papel, SA	333.078.669	322.052.456
Secil - Companhia Geral de Cal e Cimento, SA	191.854.142	163.298.706
Enersis II, SGPS, SA	a) -	2.905.497
Enerflora - Produção de Energia Eléctrica, Lda.	b) -	90.255
Enerpro - Projectos de Energias Renováveis, Lda.	b) -	(451.289)
Entreventos - Energias Renováveis, S.A.	b) -	81.395
Hidrotruela - Hidroeléctrica do Tuela, S.A.	b) -	385.599
Fespect - Serviços de Consultoria, S.A.	b) -	1.118.162
Monte Agraço - Energias Alternativas, Lda.	b) -	(8.598)
PESL - Parque Eólico da Serra do Larouco, S.A.	b) -	19.895
Hidroeléctrica de Pinhel, Lda.	b) -	482.936
Hidroeléctrica do Rabaçal-Ponte, Lda.	b) -	465.019
Ribeira da Teja - Produção de Energia Eléctrica, Lda.	b) -	322.225
Telener Serviços de Telecomunicações, Lda.	b) -	15.983
Hidroólio - Hidroeléctrica do Olo, Lda.	b) -	35.703
Portucel Internacional Trading	170.796	204.875
Grupo Secil Betões e Inertes	3.801.094	3.003.876
Société des Ciments de Gabès	1.512.894	411.452
Secil Martingança	3.625.616	2.869.642
Secil - Companhia de Cimento do Lobito, S.A.	8.116.873	-
Outros	1.117.021	603.144
	543.277.105	497.906.933

a) Alienada em 2005

b) Subsidiárias da Enersis II

A movimentação dos interesses minoritários no decurso do exercício de 2005 apresenta-se conforme segue:

Valores em Euros	Pasta e Papel	Cimento e Derivados	Energia	Total
Saldo em 1 Janeiro 2005	322.257.332	170.185.843	5.463.758	497.906.933
Dividendos	(9.368.405)	(12.684.648)	-	(22.053.053)
Reserva de reavaliação	-	15.761	-	15.761
Reserva de conversão cambial	-	2.013.787	-	2.013.787
Instrumentos financeiros	(564.699)	-	-	(564.699)
Ganhos e perdas actuariais	(2.458.811)	(2.207.346)	-	(4.666.157)
Variações perímetro	-	10.799.090	(5.748.513)	5.050.577
JV activos disponíveis para venda	-	1.027.523	-	1.027.523
Outros movimentos nos CP's	(34.147)	47.492	-	13.345
Resultado do exercício	23.418.197	40.830.136	284.755	64.533.088
Saldo em 31 Dezembro 2005	333.249.467	210.027.638	-	543.277.105

14. Aplicação do resultado do exercício anterior

Valores em Euros	31-12-2004
Distribuição de dividendos	13.016.569
Reservas legais	9.103.686
Outras reservas	147.853.467
Resultados Transitados	19.445.352
Resultado líquido do exercício IFRS	189.419.074

A deliberação da aplicação dos resultados referentes ao exercício de 2004, tomada na Assembleia Geral da Semapa no dia 30 de Março de 2005, teve por base o resultado líquido do exercício de acordo com o normativo POC (Euros 182.073.722).

O diferencial de resultado entre os dois normativos, no montante de Euros 7.345.352, foi transferido para a rubrica Resultados transitados, adicionado de Euros 3.000.000 constante da deliberação referida e de Euros 9.100.000 correspondentes a prémios de desempenho contabilizados nos resultados do exercício de 2004 no normativo IFRS.

15. Goodwill

No decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, o movimento ocorrido na rubrica Goodwill, foi conforme segue:

Valores em Euros	31-12-2005	31-12-2004
Valor bruto no início do exercício	354.315.596	223.948.095
Perdas por imparidade acumuladas	(19.570.898)	(17.137.627)
Valor líquido no início do exercício	334.744.698	206.810.468
Variação de perímetro	(8.394.949)	-
Perdas por imparidade	-	(2.433.271)
Aquisições	5.159.770	135.706.876
Alienações	(197.197)	(2.749.201)
Ajustamento Cambial	190.594	(2.590.174)
Saldo Final	331.502.916	334.744.698

O Goodwill foi amortizado até 1 de Janeiro de 2004 tendo a respectiva amortização acumulada, no montante de Euros 127.226.215, sido regularizada, na data de transição, contra o valor bruto, conforme preconizado pela IFRS 1.

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, o Goodwil detalha-se como segue:

Entidade	Ano Aq.	31-12-2005	31-12-2004
Aquisições Semapa e restantes Holdings			
Secil - Companhia Geral de Cal e Cimento, SA	1997	6.766.530	6.766.530
Cimentospar, SGPS, SA	2003	81.296.931	81.296.931
Portucel - Empresa Produtora de Pasta e Papel, SA	2004	135.565.059	135.565.059
Fespect - Serviços de Consultoria, S.A.	2004	-	141.817
		223.628.520	223.770.337
Aquisições do sub-grupo Secil			
CMP - Cimentos Maceira e Pataias, S.A.	1994	48.835.643	48.835.643
Société des Ciments de Gabès	2000	38.276.980	37.944.576
Grupo Secil Betões e Inertes	2000	13.326.706	13.326.706
Sud-Béton-Société de Fabrication de Béton du Sud	2001	2.275.297	2.275.297
Tecnosecil, S.A.R.L.	2004	2.015.729	-
Macmetal - Indústrias Metal-Mecânicas da Maceira, Lda.	2004	89.353	-
IRP - Indústria de Reboco de Portugal, S.A.	2005	3.054.688	-
		107.874.396	102.382.222
Aquisições do sub-grupo Enersis a)			
ECH - Exploração de Centrais Hidroeléctricas, S.A.	1999	-	706.971
Hidrotuela - Hidroeléctrica do Tuela, S.A.	1999	-	997.432
Hidrocorgo - Hidroeléctrica do Corgo, S.A.	1999	-	1.274.585
Hidrocorgo - Hidroeléctrica do Corgo, S.A.	2000	-	319.853
Hidrotuela - Hidroeléctrica do Tuela, S.A.	2000	-	1.318.347
Hidrotuela - Hidroeléctrica do Tuela, S.A.	2001	-	511.457
Hidrocorgo - Hidroeléctrica do Corgo, S.A.	2001	-	549.315
PESL - Parque Eólico da Serra do Larouco, S.A.	2002	-	358.079
Hidroeléctrica de Penacova, Lda.	2002	-	254.530
Hidroeléctrica de Pinhel, Lda.	2002	-	624.472
Hidroeléctrica de Fagilde, Lda.	2002	-	246.604
Ribeira da Teja - Produção Energia Eléctrica, Lda.	2002	-	398.511
Freita Eólica - Energia Eólica, Lda.	2002	-	2.259
HE70 - Energias Renováveis Reunidas, SGPS, S.A.	2003	-	35.067
Hidroeléctrica da Barroca, Lda.	2003	-	37.452
Oceanergia - Proj. Prod. Energia Ondas, Lda.	2003	-	361.478
Alto Marão, Energia Eólica, Unipessoal, Lda.	2003	-	595.727
		-	8.592.139
		331.502.916	334.744.698

a) Sub-Grupo alienado em Dezembro de 2005

A redução verificada no Goodwill, referente às sociedades do sub-Grupo Enersis, decorre da variação de perímetro em resultado da alienação da totalidade da participação detida pelo Grupo, de 89,92%, neste sub-Grupo, em Dezembro de 2005.

O Goodwill é atribuído às unidades geradoras de fluxos de caixa (CGU's) do Grupo, identificadas de acordo com o país da operação e o segmento de negócio, conforme segue:

31 de Dezembro de 2005				
Valores em Euros	Cimento e derivados	Pasta e Papel	Energias	Total
Portugal	153.369.851	135.565.059	-	288.934.910
Tunísia	38.276.980	-	-	38.276.980
Outros países	4.291.026	-	-	4.291.026
	195.937.857	135.565.059	-	331.502.916
31 de Dezembro de 2004				
Valores em Euros	Cimento e derivados	Pasta e Papel	Energias	Total
Portugal	150.225.810	135.565.059	8.733.956	294.524.825
Tunísia	37.944.576	-	-	37.944.576
Outros países	2.275.297	-	-	2.275.297
	190.445.683	135.565.059	8.733.956	334.744.698

O valor recuperável das CGU's é determinado com base no valor de uso através de projecções de fluxos de caixa assentes em orçamentos financeiros aprovados pela gestão. São efectuadas extrapolações para períodos futuros nas quais se utilizam taxas de crescimento estimadas determinadas em conformidade com a performance passada e expectativas de desenvolvimento futuro do mercado. Em resultado dos cálculos efectuados, não foi identificada qualquer perda por imparidade no Goodwill.

16. Outros activos intangíveis

No decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, o movimento ocorrido na rubrica Outros activos intangíveis, foi conforme segue:

	Marcas	Despesas de investigação e de desenvolvimento	Propriedade industrial e outros direitos	Imobilizações em curso	Total
Valores em Euros					
Custo de aquisição					
Saldo em 1 de Janeiro de 2004	-	-	596.066	-	596.066
Variação de perímetro	151.488.000	5.428.336	2.431.349	1.004.885	160.352.570
Aquisições	-	-	16.535.356	-	16.535.356
Alienações	-	-	-	-	-
Regularizações, transferências e abates	-	-	183.410	(882.864)	(699.454)
Ajustamento cambial	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2004	151.488.000	5.428.336	19.746.181	122.021	176.784.538
Variação de perímetro	-	-	(30.798.355)	-	(30.798.355)
Aquisições	-	-	14.283.792	286.269	14.570.061
Alienações	-	-	-	-	-
Regularizações, transferências e abates	-	(1.137.177)	(879.028)	(408.290)	(2.424.495)
Ajustamento cambial	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2005	151.488.000	4.291.159	2.352.590	-	158.131.749
Amort. acumuladas e perdas por imparidade					
Saldo em 1 de Janeiro de 2004	-	-	(496.709)	-	(496.709)
Variação de perímetro	-	(4.591.884)	(2.131.607)	-	(6.723.491)
Amortizações e perdas por imparidade	-	(590.509)	(154.261)	-	(744.770)
Alienações	-	-	-	-	-
Regularizações, transferências e abates	-	194.315	167.697	-	362.012
Ajustamento cambial	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2004	-	(4.988.078)	(2.614.880)	-	(7.602.958)
Variação de perímetro	-	-	(8.902)	-	(8.902)
Amortizações e perdas por imparidade	-	-	(143.827)	-	(143.827)
Alienações	-	-	-	-	-
Regularizações, transferências e abates	-	696.919	444.104	-	1.141.023
Ajustamento cambial	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2005	-	(4.291.159)	(2.323.505)	-	(6.614.664)
Valor líquido em 1 de Janeiro de 2004	-	-	99.357	-	99.357
Valor líquido em 31 de Dezembro de 2004	151.488.000	440.258	17.131.301	122.021	169.181.580
Valor líquido em 31 de Dezembro de 2005	151.488.000	-	29.085	-	151.517.085

O montante de Euros 151.488.000 relevado na rubrica Marcas corresponde ao valor apurado na avaliação efectuada por uma entidade especializada e independente, às marcas Navigator e Soporset, utilizando as respectivas projecções de fluxos de caixa actualizadas a uma taxa de desconto média de 9%, na sequência da atribuição dos justos valores aos activos e passivos do sub-Grupo Portucel, o qual não se encontra sujeito a amortização por se considerar não ter vida útil definida (Nota 1.6).

A imparidade deste activo intangível é testada anualmente. O Grupo avaliou este activo no primeiro semestre de 2005 com referência a 31 de Dezembro de 2004. Adicionalmente, no decurso de 2005, não ocorreram factos que indiciem a existência de imparidade neste activo intangível em 31 de Dezembro de 2005 pelo que novo teste será efectuada no primeiro semestre de 2006.

A rubrica Propriedade industrial e outros direitos incluía, em 31 de Dezembro de 2004, um montante de Euros 16.535.356 referente a direitos e licenças em parques eólicos correspondentes, essencialmente, aos activos identificados na aquisição das sociedades Eólica dos Candeeiros, Lda., Renewable Energy Systems, S.A., Parque de Pampilhosa da Serra, S.A. e Fespect - Serviços de Consultoria, S.A., sociedades detidas pela subsidiária Enersis II, tendo sido adquiridos até 30 de Novembro de 2005 Euros 14.272.148.

Na sequência da alienação da posição de 89,92% no capital social detido pelo Grupo na subsidiária Enersis II foi desreconhecido do balanço um montante de Euros 30.807.504 correspondente ao valor destes direitos à data da venda.

17. Terrenos, edifícios e outros equipamentos

No decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, o movimento ocorrido no valor das imobilizações corpóreas, bem como nas respectivas amortizações e perdas de imparidade, foi o seguinte:

Valores em Euros	Terrenos	Edifícios e out. construções	Equipamentos	Imobilizado em curso	Adiantamentos	Total
Custo de aquisição						
Saldo em 1 de Janeiro de 2004	118.827.817	341.980.171	1.053.158.092	57.463.502	7.665.090	1.579.094.672
Variação de perímetro	99.426.731	434.815.609	2.546.874.555	126.037.491	54.068.122	3.261.222.508
Aquisições	1.421.003	8.063.071	50.064.169	153.050.096	23.128.769	235.727.108
Alienações	(240.581)	(4.065.601)	(20.225.323)	(33.281)	-	(24.564.786)
Regularizações, transferências e abates	2.094.714	13.075.785	125.591.758	(77.996.630)	(59.539.597)	3.226.030
Ajustamento cambial	(4.550.724)	(1.952.710)	(7.849.019)	(443.457)	(1.963.465)	(16.759.375)
Saldo em 31 de Dezembro de 2004	216.978.960	791.916.325	3.747.614.232	258.077.721	23.358.919	5.037.946.157
Variação de perímetro	7.744.008	(47.136.981)	(420.620.623)	(99.429.554)	(1.599.936)	(561.043.086)
Aquisições	3.734.780	7.613.689	177.897.891	140.614.274	870.097	330.730.731
Alienações	(1.112.617)	(1.748.934)	(14.557.557)	-	-	(17.419.108)
Regularizações, transferências e abates	4.227.715	8.799.346	195.997.643	(213.324.054)	(21.874.513)	(26.173.863)
Ajustamento cambial	743.640	628.672	2.127.833	76.505	224	3.576.874
Saldo em 31 de Dezembro de 2005	232.316.486	760.072.117	3.688.459.419	86.014.892	754.791	4.767.617.705
Amort. acumuladas e perdas por imparidade						
Saldo em 1 de Janeiro de 2004	(14.622.339)	(209.972.109)	(783.856.499)	-	-	(1.008.450.947)
Variação de perímetro	(185.484)	(184.024.978)	(1.517.968.742)	-	-	(1.702.179.204)
Amortizações e perdas por imparidade	(2.826.124)	(14.373.342)	(59.765.275)	-	-	(76.964.741)
Alienações	18.053	2.460.452	18.814.566	-	-	21.293.071
Regularizações, transferências e abates	(51.458)	(146.122)	8.747.395	-	-	8.549.815
Ajustamento cambial	439.796	897.505	2.218.177	-	-	3.555.478
Saldo em 31 de Dezembro de 2004	(17.227.556)	(405.158.594)	(2.331.810.378)	-	-	(2.754.196.528)
Variação de perímetro	(473.865)	13.863.913	49.177.468	-	-	62.567.516
Amortizações e perdas por imparidade	(2.994.858)	(28.157.438)	(137.784.615)	-	-	(168.936.911)
Alienações	8.041	1.455.675	13.095.163	-	-	14.558.879
Regularizações, transferências e abates	(81.561)	(76.878)	(132.477)	-	-	(290.916)
Ajustamento cambial	(56.731)	(102.006)	(617.830)	-	-	(776.567)
Saldo em 31 de Dezembro de 2005	(20.826.530)	(418.175.328)	(2.408.072.669)	-	-	(2.847.074.527)
Valor líquido em 1 de Janeiro de 2004	104.205.478	132.008.062	269.301.593	57.463.502	7.665.090	570.643.725
Valor líquido em 31 de Dezembro de 2004	199.751.404	386.757.731	1.415.803.854	258.077.721	23.358.919	2.283.749.629
Valor líquido em 31 de Dezembro de 2005	211.489.956	341.896.789	1.280.386.750	86.014.892	754.791	1.920.543.178

O investimento em activos fixos tangíveis (Terrenos, edifícios e outros equipamentos) realizado sub-Grupo Secil, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, ascendeu a Euros 59.215.981, do qual se destacam os seguintes projectos:

- requalificação visual e paisagística da Via Húmida e das pedreiras e instalação de queima de resíduos banais de na unidade fabril do Outão;
- filtros de manga para exaustão do Forno 2 e arrefecedor, remodelação da armazenagem de matérias primas para cimento branco e silo de armazenagem para clínquer branco, na Fábrica Cibra-Pataias;
- as máquinas de fundos e de tubos para a fábrica de sacos e o parque coberto para carvão da unidade fabril da Maceira-Liz; e
- aquisição de material de análise de emissões para a atmosfera.

Do investimento em activos fixos tangíveis (Terrenos, edifícios e outros equipamentos) realizado pelo sub-Grupo Portucel, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, no montante de Euros 41.397.055 destaca-se o projecto relacionado com a nova caldeira de recuperação da fábrica de pasta de Cacia.

A rubrica Imobilizado em curso corresponde, essencialmente a investimentos em equipamento básico efectuados pelo sub-Grupo Portucel, num montante de Euros 75.693.881, dos quais se destaca a nova caldeira de recuperação da fábrica de Pasta, em Cacia, no montante aproximado de Euros 25.500.000, cuja entrada em funcionamento se prevê para Fevereiro de 2006.

18. Propriedades de investimento

Em 31 de Dezembro de 2005, a rubrica Propriedades de investimento, corresponde ao custo de aquisição líquido das amortizações acumuladas de um imóvel, propriedade da subsidiária Secil, sito na Rua Conselheiro Fernando Sousa, em Lisboa, actualmente arrendado a terceiros.

19. Activos biológicos

No decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, o movimento ocorrido nos activos biológicos decompõe-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2005	31-12-2004
Justo valor em 1 de Janeiro	134.025.278	-
Variações de perímetro	-	133.135.589
Variações de justo valor	2.213.597	889.689
	136.238.875	134.025.278

O saldo da rubrica Activos Biológicos inclui, em 31 de Dezembro de 2005, um montante de Euros 12.703.490 correspondente a activos que se esperam vir a realizar num prazo de 12 meses.

Adicionalmente, no decurso do exercício de 2005 foram efectuados cortes de madeira num montante de Euros 12.460.461.

20. Investimentos em associadas

O movimento ocorrido nesta rubrica durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, foi como segue:

Valores em Euros	31-12-2005	31-12-2004
Saldo inicial	44.315.520	42.141.932
Varição de perímetro	(4.462.823)	2.088.795
Aquisições	6.465.020	-
Alienações	(1.250)	(791.534)
Resultado líquido apropriado	2.481.281	5.108.406
Dividendos recebidos	(4.646.554)	(1.413.511)
Reembolso de prestações suplementares	(200.000)	-
Ajustamento cambial	3.012.824	(903.134)
Perdas de imparidade	(385.188)	-
Transferências das subsidiárias	(440.521)	(1.338.199)
Outros ajustamentos	-	(577.235)
	46.138.309	44.315.520

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, o total de investimentos em associadas inclui um montante de Euros 3.393.092 (2004: Euros 3.133.951) referente a goodwill detalhado conforme segue:

Participadas/Associadas	Ano Aq.	Goodwill implícito	
		31-12-2005	31-12-2004
Betão Liz, S.A.	1999	542.140	542.140
Setefrete, SGPS, S.A.	2003	2.227.750	2.227.750
Carcubos - Granitos, Lda.	2004	364.061	364.061
Cimentos de Siblino, S.A.L.	2005	119.696	-
Secil Cabo Verde Comércio e Serviços, Lda.	2005	139.445	-
		3.393.092	3.133.951

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, os investimentos em associadas em balanço, incluindo o goodwill apurado na aquisição das mesmas, tinham a seguinte composição:

Participadas/Associadas	% detida	Valor contabilístico	
		31-12-2005	31-12-2004
Secil - Energia, Lda.	b)	100,00%	-
Secil Algérie, S.P.A.	b)	99,00%	-
Sobioen - Soluções de Bioenergias, S.A.	b)	51,00%	-
Betão Liz, S.A.		33,37%	9.876.096
Transecil, Lda.		33,00%	748
Cimentação, Lda.		25,00%	2.258.806
Secil Unicon - S.G.P.S., Lda.	c)	50,00%	-
Ecoresíduos, Lda.		50,00%	942.468
ICV - Inertes de Cabo Verde, Lda.		37,50%	312.895
Ciment de Siblino S.A.L.		28,12%	25.917.421
Chryso - Aditivos de Portugal, S.A.		40,00%	1.684
Setefrete, SGPS, S.A.		25,00%	3.723.813
Cimentos Madeira, Lda.		14,29%	1.822.123
Secil Cabo Verde		100,00%	547.278
Entidad Produtora de Energia, S.L.	a)	96,43%	-
Hidroeléctrica das Trutas, Lda.	a)	53,82%	-
Parque Eólico de Chiqueiro, Lda.	a)	100,00%	-
Parque Eólico de Zibreiro, Lda.	a)	100,00%	-
Parque Eólico de Marco Negro, Lda.	a)	98,09%	-
Parque Eólico da Penha da Gardunha, Lda.	a)	100,00%	-
Enerfuel - Produção Biocombustíveis, Lda.	a)	100,00%	-
Hidroeléctrica de Janeiro de Baixo, Lda.	a)	90,00%	-
Aproveitamento Hídrico Val Rovinhosa, Lda.	a)	100,00%	-
Hidroeléctrica da Mesa do Galo, Lda.	a)	71,00%	-
Parque Eólico Serra da Opa, Lda.	a)	10,00%	-
Equipar		-	32.423
Lusitaniagas		-	5.267
IBET		-	39.963
Soset		-	24.939
Portucel International Trading, SA		-	239.669
Soporgen	8,00%	4.000	4.000
TASC		-	11.223
Outros		-	377.493
		46.138.309	44.315.520

a) Sociedades alienadas do exercício de 2005

b) Sociedades inativas ou com capitais próprios negativos relevadas pelo MEP

c) Sociedades consolidadas proporcionalmente em 2005

21. Activos disponíveis para venda

O movimento ocorrido nesta rubrica durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, foi como segue:

Valores em Euros	31-12-2005	31-12-2004
Justo valor no início do exercício	24.211.343	1.414.672
Alterações de perímetro	-	46.457.280
Aquisições	16.487.255	22.797.393
Alienações	(24.211.343)	(46.457.280)
Variações de Justo valor	2.096.986	(722)
Valor de aquisição no final do exercício	18.584.241	24.211.343

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, os Activos disponíveis para venda tinham a seguinte composição:

Principais Investimentos detidos para venda	Valor contabilístico	
	31-12-2005	31-12-2004
ENCE - Empresa Nacional de Celulose, SA	-	22.797.393
Titulos da dívida pública de Angola	18.584.241	-
Titulos da dívida pública de Portugal	-	1.413.950
Valor no final do exercício	18.584.241	24.211.343

Em 31 de Dezembro de 2004 esta rubrica incluía um montante de Euros 22.797.393 relativos a uma participação de 4% no capital da ENCE – Empresa Nacional de Celulose, SA, empresa espanhola produtora de pasta celulósica. Esta participação financeira foi alienada, em Janeiro de 2005.

O montante referente a títulos da dívida de Angola, está relacionado com o facto da subsidiária Secil possuir à data da independência de Angola interesses neste país, os quais foram objecto de nacionalização em anos posteriores, conforme segue:

- (i) depósitos existentes no Banco de Crédito Comercial e Industrial e no Banco Totta Standard de Angola, transferidos para o Banco Nacional de Angola, nacionalizado em 1976;
- (ii) depósitos existentes no Banco Comercial de Angola, transferidos para o Banco de Poupança e Crédito, nacionalizado em 1976;
- (iii) Edifício em Luanda nacionalizado em 1985, (iv) saldos a receber da conta corrente e da conta de resultados na Companhia de Cimento Secil Ultramar, S.A.R.L., nacionalizada em 1985 (v) participação financeira detida na Companhia de Cimento Secil do Ultramar, S.A.R.L.; e
- (iv) participação financeira detida na Secil Marítima, S.A.R.L., nacionalizada em 1987.

Decorridos 18 anos, sobre a primeira nacionalização, os representantes da Empresa e do Governo Angolano acordaram na necessidade de proceder à avaliação dos diversos activos objecto de nacionalização, tendo para o efeito nomeado uma empresa internacional de auditoria, que concluiu a referida avaliação em 12 de Julho de 1996.

Em Abril de 2004, o Governo Angolano aprovou um memorando de entendimento no qual se previa a privatização de 51 % do capital da fábrica de cimento angolana Encime a atribuir à Secil, em compensação das responsabilidades do Estado Angolano, bem como a entrega de títulos da Dívida Pública, no montante de USD 47.525.133, cuja maturidade termina em Novembro de 2009, os quais serão entregues em 20 tranches – nos exercícios de 2005 e 2006 - de Dívida Pública Angolana denominada em dólares americanos com uma taxa de juro de 4% e com maturidade a 3 anos.

No decurso do exercício de 2005, dado o efectivo recebimento de 10 tranches de títulos e a constituição, em 29 de Novembro da nova sociedade angolana, Secil – Companhia de Cimento do Lobito, S.A., para onde foram transferidos os activos da Encime, foi decidido reconhecer o justo valor da indemnização acordada, calculada através de um modelo financeiro adequado que incorpora o risco país, o risco dos activos recebidos e os encargos assumidos para a sua cobrança, cujo valor total inicial ascende a Euros 16.006.486 (Ver nota 5).

No decurso de 2005 a flutuação do justo valor ocorrida entre o reconhecimento da indemnização e 31 de Dezembro de 2005, no montante de Euros 2.096.986, encontra-se registada em capitais próprios numa rubrica de reserva de justo valor (Ver nota 27).

22. Outros activos não correntes

Esta rubrica inclui, em 31 de Dezembro de 2005, um montante de Euros 1.181.250 relativo a adiantamentos por conta de investimentos financeiros.

23. Existências

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, as existências, tinham a seguinte composição:

Valores em Euros	31-12-2005	31-12-2004
Matérias primas	123.649.788	122.067.853
Produtos e trabalhos em curso	14.310.020	7.230.274
Sub-produtos e desperdícios	311.581	705.564
Produtos acabados e mercadorias	40.240.045	52.610.618
Mercadorias	5.162.258	4.918.022
Adiantamentos	687.453	445.849
	184.361.145	187.978.180

24. Valores a receber correntes

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, a rubrica de Valores a receber correntes, decompõe-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2005	31-12-2004
Clientes	285.021.666	289.053.983
Clientes - empresas associadas (Nota 34)	4.082.283	-
Descontos e abatimentos em vendas	(1.025.577)	(2.225.776)
Outros devedores	34.864.320	23.112.961
Acréscimo de proveitos	1.722.719	1.436.658
Custos diferidos	5.209.160	11.085.443
	329.874.571	322.463.269

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, a rubrica Outros devedores detalha-se conforme segue:

Valores em Euros	31-12-2005	31-12-2004
Accionistas e Associadas		
Empresas do grupo (Nota 34)	213.142	-
Empresas associadas (Nota 34)	3.460.973	968.847
Accionistas	621	65.881
	3.674.736	1.034.728
Outros devedores		
Adiantamentos a fornecedores	817.738	625.531
Subsídio a receber do IAPMEI	13.945.605	-
Cauções prestadas a favor de terceiros	1.281.370	1.145.041
Instrumentos Financeiros Derivados (Nota 33)	5.334.195	3.226.019
Outros devedores	11.372.025	18.310.375
	32.750.933	23.306.966
Perdas por imparidade em valores a receber	(1.561.349)	(1.228.733)
	34.864.320	23.112.961

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, as rubricas de Acréscimo de proveitos e Custos diferidos detalham-se conforme segue:

Valores em Euros	31-12-2005	31-12-2004
Acréscimos de proveitos		
Juros a receber	28.485	24.398
Descontos em compras	26.735	43.304
Indemnizações a receber	858.406	
Outros	809.093	1.368.956
	1.722.719	1.436.658
Custos diferidos		
Juros de Empréstimos bancários	152.444	2.988.165
Acordo de não concorrência	-	3.394.444
Grandes reparações	566.746	-
Seguros	124.785	324.996
Despesas a repartir no âmbito do consórcio	-	684.815
Outros	4.365.184	3.693.023
	5.209.160	11.085.444
	6.931.879	12.522.102

25. Estado

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, não existiam dívidas em situações de mora com o Estado e outros Entes Públicos. Os saldos com estas entidades detalham-se como segue:

Activos correntes

Valores em Euros	31-12-2005	31-12-2004
Estado e Outros entes Públicos		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas - IRC	13.933.712	29.153.457
Imposto sobre o Valor Acrescentado	8.750.048	12.124.974
Imposto sobre o Valor Acrescentado - Reembolsos pedidos	24.192.073	51.929.526
Restantes Impostos	1.422.033	215.164
	48.297.866	93.423.121

Passivos correntes

Valores em Euros	31-12-2005	31-12-2004
Estado e Outros entes Públicos		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas - IRC	24.556.303	25.334.390
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares - IRS	4.893.824	3.052.883
Imposto sobre o Valor Acrescentado	9.289.171	9.333.857
Contribuições para a Segurança Social	3.432.109	2.857.833
Outros	382.918	1.022.813
	42.554.324	41.601.776

Provisões para impostos em passivos correntes

A rubrica Imposto sobre o rendimento de pessoas colectivas (passivo) inclui, em 31 de Dezembro de 2005, um montante de Euros 21.521.772 (2004: Euros 20.675.278) relativos às seguintes provisões para impostos:

Sub-Grupo Portucel

Uma provisão para impostos no montante de Euros 18.556.390 referente à subsidiária Soporcel no âmbito de uma acção de fiscalização desenvolvida pelas autoridades fiscais, no decurso do primeiro semestre de 2003, que incluiu a revisão dos aspectos relacionados com a utilização do incentivo referido na nota 41.

Na sequência desta acção de fiscalização a Administração Fiscal apresentou liquidações adicionais de IRC relativas aos exercícios de 1998 a 2001, as quais foram impugnadas judicialmente pela Soporcel ainda em 2003, no montante aproximado de Euros

11.493.349, incluindo juros de mora e compensatórios, relacionadas essencialmente com as deduções efectuadas no IRC pela utilização deste incentivo fiscal.

O Conselho de Administração da Soporcel considerou ser recomendável em relação a este processo, pelo que em 31 de Dezembro de 2005 encontra-se constituída uma provisão no valor de Euros 18.556.390 (31 de Dezembro de 2004: Euros 16.033.804) para fazer face ao eventual pagamento de montantes relativos (i) às liquidações adicionais acima referidas no valor de Euros 11.493.349, (ii) à estimativa da contingência fiscal relativa aos exercícios de 2002 a 2005, no valor de Euros 4.939.526, e (iii) ao acréscimo dos juros de mora relativos às liquidações acima referidas, no montante de Euros 2.123.515.

Em consequência da impugnação judicial, a Soporcel prestou duas garantias bancárias à Direcção Geral de Contribuições e Impostos no montante de Euros 15.677.315 (ver Nota 39).

Sub-Grupo Secil

Uma provisão para impostos no montante de Euros 2.965.382 referente às seguintes situações:

Os trabalhadores e reformados da subsidiária Secil mantiveram todas as suas regalias em vigor à data da privatização, incluindo a assistência médica aos seus familiares, conforme acordo de empresa em vigor. Na fiscalização ao exercício de 2000, a Administração Fiscal considerou tais encargos, hoje objecto de contrato de seguro apropriado, como fiscalmente não dedutíveis.

Na fiscalização aos exercícios de 2001 e de 2002, a Administração Fiscal foi ainda mais longe não aceitando adicionalmente a quota-parte atribuível aos reformados corrigindo pois o lucro tributável declarado. Em face do procedimento adoptado a Empresa procedeu à constituição de adequada provisão relativa aos exercícios ainda não liquidados e/ou pagos, a partir de 2002, inclusivé. O Conselho de Administração, com o apoio dos seus consultores fiscais e advogados, entende que lhe assiste inteira razão e mantém as reclamações que apresentou contra essas liquidações na expectativa da recuperação integral dos montantes pagos.

A subsidiária Secil e as empresas participadas tributadas pelo Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades reduziram a colecta de IRC dos exercícios de 2003 e 2004 por aplicação do benefício fiscal designado de Reserva Fiscal ao Investimento, consagrado pelo Decreto-Lei nº 23/2004, de 23 de Janeiro e objecto de orientação administrativa na Circular 11/2004, de 18 de Maio. Por se tratar de reserva especial utilizável em investimento elegível em imobilizado corpóreo, a efectuar nos dois exercícios seguintes ao do exercício do direito ao benefício fiscal, tendo pois como data limite de investimento 31 de Dezembro de 2006, o Grupo mantém constituída uma provisão a este título para a contingência de não serem efectuados os investimentos adicionais relevantes necessários.

26. Capital social e acções próprias

Em 31 de Dezembro de 2005, o capital social da Semapa, encontrava-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 118.332.445 acções com o valor nominal de 1 Euro.

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 as pessoas colectivas que detinham posições relevantes no capital da sociedade detalham-se conforme segue:

Nome	Nº de Acções	%	
		31-12-2005	31-12-2004
Sodim, SGPS, S.A.	26.115.000	22,07	22,07
Credit Suisse	23.820.387	20,13	-
Longapar, SGPS, S.A.	20.000.000	16,90	16,90
Cimo - Gestão de Participações, SGPS, S.A.	14.592.300	12,33	12,33
Banco Espírito Santo, SA	7.012.006	5,93	5,93
Banco BPI, SA	7.926.800	6,70	4,92
Seminv - Investimentos, SGPS, S.A.	2.727.975	2,31	2,31
Companhia de Seguros Tranquilidade Vida, SA	2.529.248	2,14	2,14
AF Investimentos - Fundo Imobiliários, S.A.	2.468.900	2,09	2,09
Sonaca - Sociedade Nacional de Canalizações, S.A.	1.250.000	1,06	1,06
Outros accionistas com participações inferiores a 2%	9.889.829	8,36	10,24
Cimpor Portugal SGPS, S.A.	-	-	20,02
	118.332.445	100,00	100,00

Após 31 de Dezembro de 2005, e até à aprovação das presentes demonstrações financeiras consolidadas, o detalhe das participações qualificadas apresenta-se conforme segue:

Nome	Nº de Acções	%
Sodim, SGPS, SA	26.115.000	22,07
Credit Suisse	23.095.800	19,52
Longapar, SGPS, SA	20.000.000	16,90
Cimo - Gestão de Participações, SGPS, SA	14.592.300	12,33
Banco BPI, SA	11.855.974	10,02
Banco Espírito Santo, SA	7.012.006	5,93
Seminv - Investimentos, SGPS, SA	2.727.975	2,31
Companhia de Seguros Tranquilidade Vida, SA	2.529.248	2,14
AF Investimentos - Fundo Imobiliários, SA	2.468.900	2,09
Sonaca - Sociedade Nacional de Canalizações, SA	1.250.000	1,06
Outros accionistas com participações inferiores a 2%	6.685.242	5,65
	118.332.445	100,00

A sociedade Seminv Investimentos, SGPS, S.A. é uma empresa subsidiária do Grupo Semapa pelo que as 2.727.975 acções por si detidas encontram-se evidenciadas como acções próprias nas Demonstrações Financeiras consolidadas do Grupo.

27. Reserva de justo valor e outras reservas

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, a rubrica de Reserva de justo valor e Outras reservas decompõe-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2005	31-12-2004
Justo valor de instrumentos financeiros	(1.010.854)	(857.185)
Justo valor de activos disponíveis para venda	1.069.463	-
Reserva de conversão cambial	(3.619.807)	(5.799.556)
Reserva legal	22.221.077	13.117.391
Outras reservas	249.619.368	101.765.900
	268.279.247	108.226.550

Justo valor de Instrumentos financeiros

O montante de Euros 1.010.854, líquido de impostos diferidos apresentado na rubrica Justo valor de instrumentos financeiros, corresponde à quota parte apropriada do justo valor dos instrumentos financeiros classificados como de cobertura, da subsidiária Portucel, os quais, em 31 de Dezembro de 2005, estavam valorizados em Euros 3.523.036, contabilizados em conformidade com a política descrita na nota 1.13.

Justo valor de Activos disponíveis para venda

O montante de Euros 1.069.463 corresponde à apropriação pelo Grupo na variação de justo valor dos títulos da dívida de Angola conforme descrito na Nota 21.

Reserva de Conversão cambial

O montante de Euros 3.619.807, respeita à apropriação pelo Grupo das diferenças cambiais resultantes da conversão das demonstrações financeiras das sociedades que operam fora da zona Euro, essencialmente na Tunísia, Líbano e Angola.

Reservas legais

A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da sociedade, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Outras Reservas

Correspondem a reservas livres para distribuição aos accionistas constituídas através da transferência de resultados de exercícios anteriores.

28. Impostos diferidos

No exercício de 2005, o movimento ocorrido nos activos e passivos por impostos diferidos de cada sub grupo, foi o seguinte:

Valores em Euros	A 1 de Janeiro de 2005	Variação de perímetro	Ajustamento Cambial	Demonstração de resultados		Reservas e interesses minoritários	Transferências	A 31 de Dezembro de 2005
				Aumentos	Reduções			
Diferenças temporárias que originam activos por impostos diferidos								
Sub-Grupo Portucel								
Prejuízos fiscais reportáveis	1.924.144	-	-	-	(1.800.286)	-	-	123.858
Provisões tributadas	16.393.212	-	-	12.733.209	(8.419.295)	-	-	20.707.126
Ajustamento de activos imobilizados	15.512.496	-	-	524.652	(636.467)	-	-	15.400.681
Insuficiência do fundo de pensões	37.867.614	-	-	2.855.065	(17.339.628)	9.763.366	-	33.146.417
Instrumentos financeiros	-	-	-	1.164.262	-	913.662	-	2.077.924
Mais-valias diferidas contabilisticamente em transacções intra-grupo	-	-	-	4.200.155	-	-	-	4.200.155
Valorização das florestas em crescimento	183.739.291	-	-	21.247.207	(52.526.887)	-	-	152.459.611
Sub-Grupo Secil								
Provisões tributadas	11.180.981	114.074	36.075	6.250.349	(4.626.934)	-	-	12.954.545
Prejuízos fiscais reportáveis	61.918.726	426.089	-	1.096.361	(11.713.715)	-	-	51.727.461
Responsabilidade por subsídio de reforma	824.709	-	-	18.469	-	63.473	-	906.651
Responsabilidade por prémio de antiguidade	1.347.716	-	-	92.498	(104.321)	95.456	-	1.431.349
Insuficiência do fundo de pensões	2.883.057	-	-	-	(1.771.111)	3.420.909	(1.576.516)	2.956.339
Benefícios de reforma sem fundo autónomo	17.754.927	-	-	1.247.475	(1.838.737)	1.449.749	-	18.613.414
Desreconhecimento do subsídio ao investimento	674.491	-	-	3.943.786	-	-	-	4.618.277
Desreconhecimento de activos intangíveis	872.481	-	-	-	(872.481)	-	-	-
Reconhecimento de custos diferidos	640.148	-	-	-	(640.148)	-	-	-
Responsabilidade por assistência na doença	7.439.265	-	-	10.537	(2.189.999)	1.243.123	-	6.502.926
Mais-valias diferidas contabilisticamente em transacções intra-grupo	-	-	-	1.739.330	-	-	-	1.739.330
Sub-Grupo Enersis								
Prejuízos fiscais reportáveis	8.449.593	(15.804.715)	-	10.201.398	(2.846.276)	-	-	-
Instrumentos financeiros derivados	1.510.749	(3.448.854)	-	-	-	1.938.105	-	-
Subsídios ao investimento - corr. Amortizações	6.085	(18.465)	-	12.380	-	-	-	-
Encargos bancários	200.103	(200.103)	-	-	-	-	-	-
Mais-valias diferidas contabilisticamente em transacções intra-grupo	16.633.442	(26.983.547)	-	11.267.454	(917.349)	-	-	-
	387.773.230	(45.915.521)	36.075	78.604.587	(108.243.634)	18.887.843	(1.576.516)	329.566.064
Diferenças temporárias que originam passivos por impostos diferidos								
Sub-Grupo Portucel								
Reavaliação de activos imobilizados	(38.131.551)	-	-	(174.206)	4.250.370	-	-	(34.055.387)
Benefícios de reforma com fundo autónomo	(873.803)	-	-	(257.900)	-	113.674	-	(1.018.029)
Harmonização do critérios das amortizações	(10.095.378)	-	-	(4.098.095)	-	-	-	(14.193.473)
Justo valor dos activos intangíveis - Marcas	(151.488.000)	-	-	-	-	-	-	(151.488.000)
Justo valor dos activos fixos - Portucel (IPK)	(316.940.997)	-	-	(6.471.217)	-	-	-	(323.412.214)
Justo valor dos activos fixos - Soporcel (IPK)	(244.195.901)	-	-	(3.691.681)	-	-	-	(247.887.582)
Menos-valias diferidas contabilisticamente em transacções intra-grupo	-	-	-	(37.052.365)	-	-	-	(37.052.365)
Outros	(1.669.238)	-	-	-	-	1.669.238	-	-
Sub-Grupo Secil								
Reavaliação de activos imobilizados	(26.394.327)	(298.767)	-	(14.339)	4.565.180	-	-	(22.142.253)
Alteração do método de calculo das amortizações	(37.204.099)	-	(20.182)	(27.610.973)	-	-	-	(64.835.254)
Justo valor da subsidiária Soci�� des Ciments de Gab��s	(119.035.875)	(6.952.838)	(1.001.150)	-	4.636.129	-	-	(122.353.734)
Menos-valias diferidas contabilisticamente em transacções intra-grupo	-	-	-	(36.087.601)	-	-	-	(36.087.601)
Diferimento da tributação de mais-valias	(2.030.063)	(44.941)	-	(5.881.981)	481.134	-	-	(7.475.851)
Acréscimos de amortiza��es	(1.902.184)	-	(15.641)	(585.035)	-	-	-	(2.502.860)
Excesso dos fundos de pensões	(1.126.558)	-	-	(1.503.357)	1.053.399	-	1.576.516	-
Sub-Grupo Enersis								
Reavalia��o de activos imobilizados	(1.055.157)	996.146	-	-	59.011	-	-	-
Harmonização da política de amortizações intra-grupo	(6.321.584)	10.786.295	-	(4.464.711)	-	-	-	-
Menos-valias diferidas contabilisticamente em transacções intra-grupo	(181.569)	181.569	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
Mais-valias fiscais diferidas de tributação	(54.414.305)	-	-	(237.036)	-	-	-	(54.651.341)
	(1.013.060.589)	4.667.464	(1.036.973)	(128.130.497)	15.045.223	1.782.912	1.576.516	(1.119.155.944)
Valores reflectidos no balanço								
Activos por impostos diferidos	107.228.084	(12.567.790)	12.621	21.212.993	(29.519.102)	5.194.155	(424.815)	91.136.147
Passivos por impostos diferidos	(287.993.188)	1.294.774	(371.938)	(35.372.274)	4.554.186	490.303	424.815	(316.973.322)

Prejuízos fiscais reportáveis com imposto diferido activo

O Grupo reconheceu impostos diferidos activos referentes a prejuízos fiscais que podem ser deduzidos aos lucros tributáveis futuros os quais, em 31 de Dezembro de 2005, detalham-se conforme segue:

	Euros	Data limite
Secilpar, SL	47.611.020	2019
Silonor, S.A.	3.065.587	Indefinida
Secil Prebet��o, S.A.	439.476	2011
Lisconcreto – Unibetão, S.A.	411.793	2009
Tercim, S.A.	103.882	2009
Jobrita, S.A.	66.413	2011
Secil Unicon, SGPS, S.A.	15.984	2011
Serife, Lda.	13.306	2011
Sociedade de Vinhos da Herdade de Espirra	95.030	2010
Setipel – Serviços Técnicos para a Indústria Papeleira, S.A.	28.828	2009
	51.851.319	

No decurso do exercício de 2004, o movimento ocorrido nos activos e passivos por impostos diferidos de cada sub grupo, foi o seguinte:

Valores em Euros	A 1 de Janeiro de 2004	Variação de perímetro	Ajustamento Cambial	Demonstração de resultados		Reservas e interesses minoritários	Transferências	A 31 de Dezembro de 2004
	Aumentos		Reduções					
Diferenças temporárias que originam activos por impostos diferidos								
Sub-Grupo Portucel								
Prejuízos fiscais reportáveis	-	13.742.297	-	95.030	(11.913.183)	-	-	1.924.144
Provisões tributadas	-	16.393.212	-	-	-	-	-	16.393.212
Ajustamento de activos imobilizados	-	10.400.587	-	5.111.909	-	-	-	15.512.496
Insuficiência do fundo de pensões	-	41.670.695	-	-	(3.803.081)	-	-	37.867.614
Instrumentos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-
Valorização das florestas em crescimento	-	198.280.359	-	-	(14.541.068)	-	-	183.739.291
Sub-Grupo Secil								
Provisões tributadas	5.767.242	-	(208.214)	7.341.354	(1.719.401)	-	-	11.180.981
Prejuízos fiscais reportáveis	8.681.315	-	-	53.729.953	(492.542)	-	-	61.918.726
Responsabilidade por subsídio de reforma	-	-	-	59.209	(18.112)	783.612	-	824.709
Responsabilidade por prémio de antiguidade	-	-	-	128.505	(94.653)	1.313.864	-	1.347.716
Insuficiência do fundo de pensões	-	-	-	-	(2.347.665)	5.230.722	-	2.883.057
Benefícios de reforma sem fundo autónomo	17.698.796	-	-	1.160.862	(1.638.317)	533.586	-	17.754.927
Desreconhecimento do subsídio ao investimento	118.255	-	-	556.236	-	-	-	674.491
Desreconhecimento de activos intangíveis	1.142.852	-	(6.528)	208.178	(472.021)	-	-	872.481
Reconhecimento de custos diferidos	2.353.059	-	(63.245)	-	(1.649.666)	-	-	640.148
Responsabilidade por assistência na doença	7.862.261	-	-	-	(3.091.300)	2.668.304	-	7.439.265
Menos-valias diferidas contabilisticamente em transacções intra-grupo	63.720.841	-	-	31.862.486	(95.583.327)	-	-	-
Sub-Grupo Enersis								
Prejuízos fiscais reportáveis	3.484.911	-	-	8.381.633	(3.416.951)	-	-	8.449.593
Instrumentos financeiros derivados	-	-	-	328.425	-	1.182.324	-	1.510.749
Subsídios ao investimento	-	-	-	6.085	-	-	-	6.085
Encargos bancários	-	-	-	200.103	-	-	-	200.103
Menos-valias diferidas contabilisticamente em transacções intra-grupo	688.944	-	-	16.038.239	(93.741)	-	-	16.633.442
	111.518.476	280.487.149	(277.987)	125.208.207	(140.875.028)	11.712.412	-	387.773.230
Diferenças temporárias que originam passivos por impostos diferidos								
Sub-Grupo Portucel								
Reavaliação de activos imobilizados	-	(41.521.086)	-	-	3.389.535	-	-	(38.131.551)
Benefícios de reforma com fundo autónomo	-	(875.206)	-	(582.517)	583.920	-	-	(873.803)
Instrumentos financeiros	-	(22.783.119)	-	-	-	21.113.881	-	(1.669.239)
Hamornização do critérios das amortizações	-	-	-	(10.095.378)	-	-	-	(10.095.378)
Justo valor dos activos intangíveis - Marcas	-	(151.488.000)	-	-	-	-	-	(151.488.000)
Justo valor dos activos fixos - Portucel (IPK)	-	(316.940.997)	-	-	-	-	-	(316.940.997)
Justo valor dos activos fixos - Soporcel (IPK)	-	(241.441.678)	-	(2.754.223)	-	-	-	(244.195.901)
Sub-Grupo Secil								
Reavaliação de activos imobilizados	(32.543.660)	-	-	-	6.149.333	-	-	(26.394.327)
Alteração do método de calculo das amortizações	(13.546.410)	-	152.746	(23.810.435)	-	-	-	(37.204.099)
Justo valor da subsidiária Societé des Ciments de Gabés	(132.457.570)	-	9.986.952	-	5.498.579	-	(2.063.836)	(119.035.875)
Menos-valias diferidas contabilisticamente em transacções intra-grupo	(2.233.520)	-	-	1.498.610	734.910	-	-	-
Redução de provisões	(596.101)	-	-	-	596.101	-	-	-
Reconhecimento de proveitos diferidos	(89.682)	-	-	-	89.682	-	-	-
Diferimento da tributação de mais-valias	(2.714.604)	-	-	-	684.541	-	-	(2.030.063)
Acréscimos de amortizações	(1.592.455)	-	119.634	(429.363)	-	-	-	(1.902.184)
Excesso dos fundos de pensões	(2.684.035)	-	-	1.361.150	196.327	-	-	(1.126.558)
Sub-Grupo Enersis								
Reavaliação de activos imobilizados	(1.267.194)	-	-	-	212.037	-	-	(1.055.157)
Harmonização da política de amortizações intra-grupo	-	-	-	(6.321.584)	-	-	-	(6.321.584)
Menos-valias diferidas contabilisticamente em transacções intra-grupo	(181.569)	-	-	-	-	-	-	(181.569)
Outros								
Menos-valias diferidas contabilisticamente em transacções intra-grupo	(54.414.305)	-	-	-	-	-	-	(54.414.305)
	(244.321.105)	(775.050.087)	10.259.332	(41.133.740)	18.134.965	21.113.881	(2.063.836)	(1.013.060.590)
Valores reflectidos no balanço								
Activos por impostos diferidos	36.258.464	78.295.229	(188.885)	42.672.182	(52.704.680)	2.895.774	-	107.228.084
Passivos por impostos diferidos	(77.453.725)	(213.138.774)	3.486.567	(11.500.998)	5.529.767	5.806.317	(722.342)	(287.993.188)

Prejuízos fiscais reportáveis sem imposto diferido activo

Os prejuízos fiscais, em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, sobre os quais o Grupo considera não existir a capacidade de dedução a lucros tributáveis futuros, e como tal sem imposto diferido activo, detalham-se conforme segue:

	2005	2004
Semapa Investments BV	32.858.090	7.324.794
Semapa, SGPS, S.A.	21.425.514	24.985.076
Portucel Florestal, S.A.	21.306.984	23.057.464
Semapa SL	12.680.145	3.616.239
Seinpart, SGPS, S.A.	8.249.582	4.000.326
SPCG, S.A.	1.668.730	1.668.730
CMP Investments BV	208.322	188.802
Cimenpar Investments BV	55.577	35.107
	98.452.944	64.876.538

29. Pensões e outros benefícios pós-emprego

Conforme referido na Nota 1.22 o Grupo atribui aos seus trabalhadores e seus familiares diversos benefícios pós emprego.

A evolução das responsabilidades assumidas, reflectidas no balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2005, são conforme segue:

Valores em Euros	Saldo inicial	Acréscimo de responsabilidade	Pagamentos efectuados	Dotações para os fundos	Saldo final
Benefícios pós-emprego					
Responsabilidades por pensões a cargo do Grupo	17.754.928	86.724.316	(1.570.036)	-	102.909.208
Inutilidade (excesso) das fundações	38.281.988	14.148.105	(1.872.852)	(11.136.172)	39.420.359
Responsabilidades por morte e subsídios de reforma	824.709	156.612	(74.670)	-	906.651
Responsabilidades por assistência na doença	10.466.884	2.308.090	(622.605)	-	12.152.369
Responsabilidades por prémios de antiguidade	1.347.715	223.988	(140.354)	-	1.431.349
	68.675.324	103.561.111	(4.280.327)	(11.136.172)	156.819.936

Relativamente aos gastos suportados com pensões, no exercício de 2005, o detalhe é conforme segue:

Valores em Euros	Serviços correntes	Custo dos juros	Retorno esperado dos activos do plano	Ganhos por cortes nos planos	Custos com serviços passados	Impacto no resultado do exercício
Benefícios pós-emprego						
Responsabilidades por pensões a cargo do Grupo	93.428	885.415	-	-	84.295.795	85.274.638
Responsabilidades por pensões com fundo autónomo	5.677.428	8.090.200	(6.927.569)	(8.095.579)	-	(1.255.520)
Responsabilidades por morte e subsídios de reforma	49.950	42.690	-	-	-	92.640
Responsabilidades por assistência na doença	520.786	544.200	-	-	-	1.064.986
Responsabilidades por prémios de antiguidade	59.916	69.916	-	-	-	129.832
	6.400.488	9.632.121	(6.927.569)	(8.095.579)	84.295.795	85.305.256

As responsabilidades e gastos apresentadas correspondem aos diversos planos existentes no universo de empresas que constituem o Grupo os quais seguidamente se descrevem.

Semapa

A Assembleia Geral Anual de accionistas, realizada em 30 de Março de 2005, aprovou o Regulamento de reforma dos administradores da Semapa, em execução do disposto no artigo 17º dos estatutos da sociedade.

Nos termos do referido regulamento, os administradores da Semapa têm direito ao abono de uma pensão mensal vitalícia paga 12 vezes por ano, a partir dos 55 anos de idade, se tiverem, regra geral, prestado o mínimo de 8 anos de serviço à sociedade, seguidos ou interpolados, na qualidade de administradores, os quais só poderão ser exercidos quando da cessação de funções.

Não foi constituído qualquer fundo de pensões para financiamento desta responsabilidade que ficou a cargo do Grupo. A responsabilidade com serviços passados já adquirida foi reconhecida no exercício de 2005.

Sub Grupo Portucel

(i) Nos termos do Regulamento dos Benefícios Sociais em vigor, os empregados do quadro permanente da Portucel e das suas subsidiárias (com exclusão da Soporcel e das suas subsidiárias), com mais de cinco anos de serviço têm direito, após a passagem à reforma ou em situação de invalidez, a um complemento mensal de pensão de reforma ou de invalidez (Plano Portucel).

Esse complemento está definido de acordo com uma fórmula que tem em consideração a remuneração mensal líquida actualizada para a categoria profissional do empregado à data da reforma e o número de anos de serviço, no máximo de 30, sendo ainda garantidas pensões de sobrevivência ao cônjuge e a descendentes directos.

(ii) Os colaboradores da Soporcel e das suas subsidiárias com mais de dez anos de serviço têm direito, após a passagem à reforma ou em situação de invalidez, a um complemento mensal de pensão de reforma ou de invalidez, e ainda, são garantidas pensões de sobrevivência (Plano Soporcel).

Para cobrir estas responsabilidades, foram constituídos fundos de pensões autónomos, geridos por entidades externas, estando os activos dos fundos repartidos por cada uma das empresas.

Sub Grupo Secil

O Grupo Secil implementou os planos de benefícios definidos, abaixo discriminados:

(i) Planos de benefícios definidos com fundos geridos por terceiras entidades

RESPONSABILIDADES POR COMPLEMENTOS DE PENSÕES DE REFORMA E SOBREVIVÊNCIA

A subsidiária Secil e as suas subsidiárias:

- (i) CMP- Cimentos Maceira e Pataias, S.A.;
- (ii) Unibetão- Industrias de Betão Preparado, S.A.;
- (iii) Secil Betão-Indústrias de Betão, S.A.; e
- (iv) Sulbetão-Preparados de Betão, S.A., assumiram o compromisso de pagar aos seus empregados prestações pecuniárias a título de complementos de reforma por velhice, invalidez, reforma antecipada e pensões de sobrevivência.

As responsabilidades derivadas destes planos são asseguradas por fundos autónomos, administrados por terceiros.

Estes planos são avaliados semestralmente, às datas dos fechos intercalar e anuais das demonstrações financeiras, por entidades especializadas e independentes, utilizando o método de crédito da unidade projectada.

(ii) Planos de benefícios definidos a cargo do Grupo

RESPONSABILIDADES POR COMPLEMENTOS DE PENSÕES DE REFORMA E SOBREVIVÊNCIA

As responsabilidades decorrentes dos reformados da Secil, à data de constituição do Fundo de Pensões e o 14º mês dos pensionistas, bem como as diferenças entre o salário pensionável considerado pelo fundo e aquele que resulta de decisões do Conselho de Administração, desde essa data, são asseguradas directamente pela Secil.

De igual forma, as responsabilidades assumidas por várias das suas subsidiárias, em Portugal, que se dedicam à produção e comercialização de betão pronto, são asseguradas directamente por aquelas empresas.

Estes planos são igualmente avaliados semestralmente, por entidades independentes, utilizando o método de cálculo dos capitais de cobertura correspondentes aos prémios únicos das rendas vitalícias imediatas, na avaliação das responsabilidades com actuais pensionistas e o método de crédito da unidade projectada, na avaliação das responsabilidades com activos.

RESPONSABILIDADES POR SUBSÍDIOS DE REFORMA E MORTE

A subsidiária CMP - Cimentos Maceira e Pataias, S.A. assumiu com os seus trabalhadores a responsabilidade pelo pagamento de um subsídio de reforma por velhice e por invalidez. Este subsídio de reforma representa 3 meses do último salário auferido.

Adicionalmente, concede um subsídio por morte do trabalhador activo, de valor igual a 1 mês do último salário auferido.

RESPONSABILIDADES POR PRÉMIOS DE ANTIGUIDADE

As subsidiárias Secil e CMP – Cimentos Maceira e Pataias, S.A., assumiram com os seus trabalhadores a responsabilidade pelo pagamento de prémios àqueles que:

- (v) na Secil, atingem 25, 35 e 40 anos; e
- (vi) na CMP, atingem 20 e 35 anos de antiguidade nas referidas empresas, os quais são pagos no ano em que o trabalhador perfaz aquele número de anos ao serviço da Empresa.

Estas responsabilidades são asseguradas directamente pela Empresa.

PRESSUPOSTOS UTILIZADOS NA AVALIAÇÃO DAS RESPONSABILIDADES

Os estudos actuariais desenvolvidos por entidades independentes, com referência a 31 de Dezembro de 2005 e 2004, para efeitos de apuramento nessas datas das responsabilidades por serviços passados, tiveram por base os seguintes pressupostos:

	31-12-2005	31-12-2004
Tabelas de invalidez	EKV 80	EKV 80
Tabelas de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Taxa de crescimento salarial	2,50%	3,30%
Taxa de juro técnica	4,50%	5,32%
Taxa de crescimento das pensões	2,25%	2,25%
Custo médio estimado para Assistência na doença - Secil	454,14	432,51
Custo médio estimado para Assistência na doença - CMP	390,00	360,00

No último trimestre do exercício de 2005, o Grupo procedeu à alteração de alguns dos pressupostos utilizados no cálculo das responsabilidades assumidas com complementos de pensões de reforma, nomeadamente à alteração da taxa de desconto e da taxa de crescimento salarial, por considerar serem estes os pressupostos que melhor se adequam à realidade financeira e económica actual do Grupo.

Adicionalmente, conforme referido na nota 1.31.1, o Grupo adoptou a alteração introduzida à IAS 19, em Dezembro de 2005, no que concerne à opção pelo reconhecimento dos ganhos ou perdas actuariais directamente em capitais próprios com efeitos retrospectivos a 1 de Janeiro de 2004, pelo que o impacto das alterações de pressupostos acima mencionado está registado em resultados transitados.

Os impactos brutos resultantes da adopção da referida alteração detalham-se conforme segue:

Valores em Euros	Ganhos e perdas actuariais		Impacto nos Capitais próprios de 2005
	Alteração pressupostos	Outros	
Benefícios pós-emprego			
Responsabilidades por pensões a cargo do Grupo	1.449.749	-	1.449.749
Responsabilidades por pensões com fundo autónomo	17.158.682	565.991	13.668.862
Responsabilidades por morte e subsídios de reforma	63.473	-	63.473
Responsabilidades por assistência na doença	1.243.123	-	1.243.123
Responsabilidades por prémios de antiguidade	95.456	-	95.456
	20.010.483	565.991	(4.055.811)
			16.520.663

O impacto líquido no total do Capital próprio do exercício de 2005 ascende a Euros 11.977.481 correspondente ao valor líquido de impostos diferidos no montante de Euros 4.543.182. (Ver Demonstração de Rendimentos e Gastos consolidados)

Fundos afectos a planos de Benefícios com pensões

Nos exercícios de 2005 e 2004 a evolução do património dos fundos foi conforme segue

Valores em Euros	31-12-2005	31-12-2004
Valor no início do exercício	121.340.320	34.089.633
Variação de perímetro	-	80.038.272
Dotação efectuada no exercício	11.136.172	6.454.606
Rendimento esperado dos fundos no exercício	6.927.923	3.614.817
Rendimento dos fundos no exercício (em CP's)*	4.055.811	-
Pensões pagas	(4.353.897)	(2.857.008)
Outras variações	1.367.813	-
	140.474.142	121.340.320

* Diferencial entre o rendimento real e o rendimento esperado

A composição dos fundos, em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, é conforme segue:

Valores em Euros	31-12-2005	31-12-2004
Acções	34.137.111	29.937.108
Obrigações	92.360.437	80.984.115
Index Linked Bonds	2.506.082	2.402.347
Imobiliário	635.878	926.282
Liquidez	2.149.015	426.148
Outras aplicações - curto prazo	8.685.619	6.664.320
	140.474.142	121.340.320

Responsabilidades com planos de Benefícios com pensões

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 a responsabilidade do Grupo com planos de pensões de reforma e sobrevivência, era conforme segue

Valores reflectidos no Balanço	31-12-2005			31-12-2004		
	Fundo autónomo	Assumido pelo Grupo	Total	Fundo autónomo	Assumido pelo Grupo	Total
Valores em Euros						
Responsabilidades por serviços passados						
- Activos	122.742.938	87.494.483	210.237.421	110.249.590	2.680.160	112.929.750
- Aposentados	57.151.560	15.414.728	72.566.288	49.371.818	15.074.767	64.446.585
Valor de mercado dos fundos	(140.474.142)	-	(140.474.142)	(121.340.320)	-	(121.340.320)
Insuficiência / (excesso)	39.420.356	102.909.211	142.329.567	38.281.088	17.754.927	56.036.015

Valores reflectidos na Demonstração dos Resultados	31-12-2005			31-12-2004		
	Fundo autónomo	Assumido pelo Grupo	Total	Fundo autónomo	Assumido pelo Grupo	Total
Valores em Euros						
Serviços correntes	5.677.428	93.428	5.770.856	1.400.064	106.272	1.506.336
Custo dos juros	8.090.200	885.415	8.975.615	4.060.730	978.436	5.039.166
Retorno esperado dos activos do plano	(6.927.569)	-	(6.927.569)	(3.570.981)	-	(3.570.981)
Ganhos por cortes nos planos	(8.095.579)	-	(8.095.579)	-	-	-
Custos com serviços passados	-	84.295.795	84.295.795	-	-	-
	(1.255.520)	85.274.638	84.019.118	1.889.813	1.084.708	2.974.521

Evolução das responsabilidades reflectidas em Balanço	31-12-2005			31-12-2004		
	Fundo autónomo	Assumido pelo Grupo	Total	Fundo autónomo	Assumido pelo Grupo	Total
Valores em Euros						
Responsabilidades no início do período	159.621.408	17.754.927	177.376.335	31.405.597	17.698.798	49.104.395
Variação de perímetro	-	-	-	121.513.971	-	121.513.971
Custo/(Proveito) reconhecidos	5.436.195	85.274.638	90.710.833	5.449.233	226.588	5.675.821
Ajustamentos de alteração pressupostos (em CP's)	17.158.682	1.449.749	18.608.431	4.109.615	1.413.930	5.523.545
Pensões pagas no período	(4.353.899)	(1.570.103)	(5.924.002)	(2.857.008)	(1.584.389)	(4.441.397)
Outras variações	2.032.112	-	2.032.112	-	-	-
	179.894.498	102.909.211	282.803.709	159.621.408	17.754.927	177.376.335

Responsabilidades com outros benefícios pós emprego

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 a responsabilidade das empresas com subsídios de reforma e morte, assistência na doença bem como prémios de antiguidade, era como segue:

Valores reflectidos no Balanço	31-12-2005				31-12-2004			
	Assistência na doença	Reforma e morte	Prémio de antiguidade	Total	Assistência na doença	Reforma e morte	Prémio de antiguidade	Total
Valores em Euros								
Responsabilidades por serviços passados								
- Activos	4.619.501	906.651	1.431.349	6.957.501	3.696.046	824.708	1.347.716	5.868.470
- Aposentados	7.532.868	-	-	7.532.868	6.770.839	-	-	6.770.839
	12.152.369	906.651	1.431.349	14.490.369	10.466.885	824.708	1.347.716	12.639.309

Valores reflectidos na Demonstração dos Resultados	31-12-2005				31-12-2004			
	Assistência na doença	Reforma e morte	Prémio de antiguidade	Total	Assistência na doença	Reforma e morte	Prémio de antiguidade	Total
Valores em Euros								
Serviços correntes	520.766	49.950	58.916	629.632	113.414	24.013	59.774	197.201
Custo dos juros	544.200	42.690	69.616	656.506	429.858	35.195	68.731	533.784
	1.064.966	92.640	128.532	1.286.138	543.272	59.208	128.505	730.985

Evolução das responsabilidades reflectidas em Balanço	31-12-2005				31-12-2004			
	Assistência na doença	Reforma e morte	Prémio de antiguidade	Total	Assistência na doença	Reforma e morte	Prémio de antiguidade	Total
Valores em Euros								
Responsabilidades no início do período	10.466.885	824.708	1.347.716	12.639.309	7.862.261	-	-	7.862.261
Custo/(Proveito) reconhecidos	1.064.966	92.640	128.532	1.286.138	2.747.028	802.039	1.385.951	4.935.018
Ajustamentos de alteração pressupostos (e	1.243.123	63.473	95.456	1.402.052	464.548	40.781	56.418	561.747
Benefícios pagos no período	(622.605)	(74.671)	(139.854)	(837.130)	(606.952)	(18.112)	(94.653)	(719.717)
	12.152.369	906.150	1.431.850	14.490.369	10.466.885	824.708	1.347.716	12.639.309

30. Provisões

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, realizaram-se os seguintes movimentos nas rubricas de provisões:

Valores em Euros	Processos Judiciais	Recuperação Ambiental	Outras	Total
Saldo inicial em 1 de Janeiro de 2004	-	-	1.242.499	1.242.499
Variações de perímetro	840.581	-	153.146	993.727
Aumentos	124.691	555.109	1.731.972	2.411.772
Utilizações	-	(31.349)	260.314	228.965
Reposições	-	-	(187.630)	(187.630)
Ajustamento Cambial	-	-	(34.424)	(34.424)
Saldo final em 31 de Dezembro de 2004	965.272	523.760	3.165.877	4.654.909
Variação de perímetro	-	75.623	(189.338)	(113.715)
Aumentos	1.498.515	331.212	2.092.329	3.922.056
Utilizações	(625.755)	(111.035)	(96.436)	(833.226)
Reposições	(37.168)	(124.547)	(27.539)	(189.254)
Ajustamento Cambial	-	-	29.761	29.761
Saldo em 31 de Dezembro de 2005	1.800.864	695.013	4.974.654	7.470.531

A rubrica Outras provisões inclui um montante de Euros 1.899.844 referente a provisões para fazer face a capitais próprios negativos de empresas associadas por se considerar que existem responsabilidades assumidas nessas sociedades que justificam o reconhecimento destas perdas.

31. Passivos remunerados

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, a dívida líquida do Grupo detalha-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2005	31-12-2004
Dívida a terceiros sujeita a juros		
Não Corrente	1.289.105.052	1.853.345.209
Corrente	146.631.770	386.308.614
	1.435.736.822	2.239.653.823
Caixa e seus equivalentes		
Numerário	306.555	475.228
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	129.545.136	63.184.964
Outras aplicações de tesouraria	83.500.000	70.525.116
	213.351.691	134.185.308
Dívida líquida remunerada	1.222.385.131	2.105.468.515

Dívida remunerada não corrente

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, a dívida remunerada não corrente detalha-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2005	31-12-2004
Não correntes		
Empréstimos por obrigações	712.580.268	30.130.324
Empréstimos bancários	572.098.704	1.817.631.075
Locação Financeira	682.479	7.619.436
Outros empréstimos - POE's	10.960.982	12.029.087
Encargos com emissão de empréstimos	(7.217.381)	(14.064.713)
	1.289.105.052	1.853.345.209

A rubrica Empréstimos bancários de médio e longo prazo inclui, em 31 de Dezembro de 2005, um montante de Euros 326.090.562 referente ao empréstimo sindicato (2004: Euros 700.561.863 dos quais Euros 119.000.000 em dívida remunerada corrente) contraído pelas subsidiárias Semapa BV e Semapa SL em virtude da aquisição da subsidiária Portucel, em 2004. No âmbito deste financiamento foram constituídos penhores conforme descrito na nota 40.

O montante evidenciado em Outros empréstimos – POE's corresponde a empréstimos reembolsáveis recebidos pelo Grupo, no âmbito do programa SIME (Sistema de Incentivo à Modernização Empresarial) remunerados à taxa zero.

Empréstimos por obrigações

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, os empréstimos por obrigações não correntes detalham-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2005	31-12-2004
Empréstimos por obrigações		
Portucel 2005 / 2010	300.000.000	-
Portucel 2005 / 2013	200.000.000	-
Portucel 2005 / 2012	150.000.000	-
Portucel 2005 / 2008	25.000.000	-
Portucel 2005 / 2010 II	25.000.000	-
Semapa 1998 / 2008	7.841.688	13.467.543
CMP 1997 / 2007	4.660.829	16.585.030
Unibetão/ Secil Britas 1996 / 2006	77.751	77.751
	712.580.268	30.130.324

Valores em Euros	Montante	Vencimento	Indexante	Spread
Empréstimos por obrigações				
Portucel 2005 / 2010	300.000.000	Março 2010	Euribor 6m	1,000%
Portucel 2005 / 2013	200.000.000	Maio 2013	Euribor 6m	0,875%
Portucel 2005 / 2012	150.000.000	Outubro 2012	Euribor 6m	1,100%
Portucel 2005 / 2008	25.000.000	Dezembro 2008	Euribor 6m	0,700%
Portucel 2005 / 2010 II	25.000.000	Dezembro 2010	Euribor 6m	0,950%
Semapa 1998 / 2008	7.841.688	Março 2007/2008	Euribor 6m	1,250%
CMP 1997 / 2007	4.660.829	Variável	Euribor 3m	1,250%
Unibetão/ Secil Britas 1996 / 2006	77.751	Julho 2006	Lisbor 6m	0,250%
	712.580.268			

No decurso do exercício de 2005, o sub-Grupo Portucel contraiu cinco empréstimos obrigacionistas, por subscrição privada, num montante total de Euros 700.000.000, os quais serão reembolsados numa única prestação.

Em 9 de Março de 1998 a Semapa emitiu um empréstimo por obrigações, através da emissão de 4.800.000 obrigações, cotado na Euronext Lisbon, com o valor nominal de mEsc. 1 cada, por um prazo de 10 anos.

Posteriormente, durante o ano de 2001, foi efectuada a redenominação para o montante total da emissão de Euros 23.942.299, correspondente a 2.394.229.906 obrigações com o valor nominal de 0,01 euro cada.

Após o reembolso antecipado e os programados no 12º e 14º cupões, ambos de 20%, ocorridos em 9 de Março de 2004 e 2005, o montante do empréstimo obrigacionista ascende actualmente a Euros 13.467.543 (Euros 7.841.688 classificados em médio e longo prazo) correspondendo a 2.244.590.447 obrigações com o valor nominal de 0,006 euro cada, não sendo já possível qualquer reembolso antecipado por decisão da Assembleia Geral de obrigacionistas de 5 de Março de 2004.

O "Empréstimo por obrigações CMP/ 97", foi contraído integralmente pela subsidiária CMP, em 14 de Julho de 1997 pelo montante global de mEsc. 9.500.000 (Euros 47.385.800). Poderá ainda ser solicitado o reembolso antecipado, caso a CMP deixe de ser detida pela Secil em menos de 51%.

O “*Empréstimo por obrigações Unibetão/ Secil Britas /96*” foi contraído em 5 de Julho de 1996 e o último cupão vence-se em 5 de Julho de 2006, tendo já sido exercido o reembolso antecipado por alguns subscritores.

Os prazos de reembolso relativamente ao saldo registado em empréstimos bancários, outros empréstimos e empréstimos obrigacionistas de médio e longo prazo detalham-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2005	31-12-2004
1 a 2 anos	72.435.155	694.749.451
2 a 3 anos	108.091.722	263.455.884
3 a 4 anos	328.702.267	108.984.199
4 a 5 anos	409.514.773	561.056.971
Mais de 5 anos	376.896.037	238.935.031
	1.295.639.954	1.867.181.536

Dívida remunerada corrente

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, a dívida remunerada corrente detalha-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2005	31-12-2004
Correntes		
Empréstimos por obrigações	17.535.678	16.811.248
Empréstimos bancários	118.926.636	340.529.412
Empréstimos de curto prazo de accionistas	6.965.127	6.883.458
Locação Financeira	617.910	2.628.025
Outros empréstimos	2.586.419	19.456.471
	146.631.770	386.308.614

Dívida referente a locações financeiras

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, os planos de reembolso da dívida do Grupo referente a locações financeiras detalha-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2005	31-12-2004
A menos de 1 ano	617.910	2.628.025
1 a 2 anos	415.948	1.829.285
2 a 3 anos	247.928	1.651.062
3 a 4 anos	112.364	922.890
4 a 5 anos	-	665.870
Mais de 5 anos	-	3.543.444
	1.394.149	11.240.577
Juros futuros-a deduzir	(93.760)	(993.116)
Valor actual das responsabilidades por locação financeira	1.300.389	10.247.461

Em 31 de Dezembro de 2005 o Grupo utiliza os seguintes bens adquiridos em Locação financeira:

Valores em Euros	31-12-2005	
	Valor aquisição	Valor líquido contabilístico
Edifícios e outras construções	233.597	(46.100)
Equipamento básico	443.115	(237.891)
Equipamentos de transporte	2.028.292	(1.142.769)
	2.705.004	(1.426.760)
		1.278.244

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, os créditos bancários concedidos e não sacados, ascendiam a Euros 415.035.635 e Euros 231.461.698, respectivamente.

Financial Covenants

Para determinado tipo de operações de financiamento, existem compromissos de manutenção de certos rácios financeiros cujos limites se encontram previamente negociados.

32. Valores a pagar correntes

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, a rubrica de Valores a pagar correntes decompõe-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2005	31-12-2004
Fornecedores c/c	162.793.642	187.922.729
Fornecedores - empresas associadas	2.827.094	-
Fornecedores de Imobilizado c/c	10.603.737	36.823.721
Instrumentos Financeiros Derivados (Nota 33)	2.803.831	404.415
Outros credores	10.928.479	12.068.320
Acréscimos de custos	52.225.110	45.444.498
Proveitos diferidos	7.194.580	22.328.300
	249.376.473	304.991.983

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, as rubricas de Acréscimos de custos e Proveitos diferidos decompõe-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2005	31-12-2004
Acréscimo de custos		
Seguros	147.042	288.118
Custos com o pessoal	35.439.197	30.845.860
Juros a pagar	7.563.264	7.486.927
Periodificação de gastos com energia	1.170.967	615.699
Serviços de transporte	1.112.734	230.891
Serviços de assistência técnica Angola	2.072.850	-
Accionistas	-	399.160
Outros	4.719.056	5.577.843
	52.225.110	45.444.498
Proveitos diferidos		
Subsídios ao investimento	21.654.812	19.894.419
Indemnização de seguros	-	1.750.000
Outros	1.815.923	683.881
	23.470.735	22.328.300

A rubrica Custos com pessoal inclui um montante de Euros 10.360.652 (2004: Euros 9.100.000) correspondente a prémios de desempenho atribuídos aos membros do Conselho de Administração da Semapa.

33. Instrumentos financeiros derivados

No decurso de 2005 e com o objectivo de gerir o risco de taxa de juro associado aos empréstimos obrigacionistas, a subsidiária Portucel contratou diversos *swaps* de taxa de juro e um *Cap*.

Com o objectivo de gerir o risco cambial associado aos recebimentos dos saldos de clientes em 31 de Dezembro de 2005, foram contratados *forwards* que se vencem ao longo do 1º semestre de 2006. Nos finais de 2005 foram negociadas opções destinadas a gerir o risco cambial das vendas previstas para o ano de 2006.

Em 2005, por forma a reduzir o risco associado às flutuações dos preços da pasta das vendas previstas até Abril de 2006, foram contratados *forwards* que se vencem ao longo do período.

Em resultado do tratamento contabilístico aplicado aos instrumentos financeiros derivados que qualificam como de cobertura contabilística, encontra-se registado, em 31 de Dezembro de 2005, na reserva de justo valor um montante de Euros 1.010.854, líquido de impostos diferidos.

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, o justo valor dos Instrumentos financeiros derivados, provenientes dos sub-grupos Portucel e Secil, decompõe-se como segue:

Valores em Euros	Notional		31-12-2005		31-12-2004	
	Moeda	Montante	Positivos	Negativos	Líquido	Líquido
Cobertura						
Swaps de taxa de juro (SWAP's)	EUR	150.000.000	158.769	(342.839)	(184.070)	(195.502)
Forwards cambiais (vendas e pasta)	EUR	273.238.959	5.013.388	(1.306.282)	3.707.106	-
Cobertura de taxa de juro (CAP's)		-	-	-	-	1.215.821
		423.238.959	5.172.157	(1.649.121)	3.523.036	1.020.318
Negociação						
Cobertura de taxa de juro (CAP's)	EUR	150.000.000	-	(5.703)	(5.703)	1.252.155
Forwards cambiais	EUR	76.526.850	-	(793.640)	(793.640)	549.130
Opções sobre taxa de juro	EUR	29.678.475	156.408	(244.115)	(87.707)	-
Swaps de taxa de juro (SWAP's)	EUR	29.678.475	-	(96.232)	(96.232)	-
		285.883.800	156.408	(1.139.690)	(983.282)	1.801.285
Negociação						
Opções cambiais	USD	800.000	5.630	(9.850)	(4.220)	-
Forwards cambiais	USD	800.000	-	(5.170)	(5.170)	-
		1.600.000	5.630	(15.020)	(9.390)	-
			5.334.195	(2.803.831)	2.530.364	2.821.603

Em 31 de Dezembro de 2005 o justo valor dos instrumentos financeiros derivados encontra-se incluído na rubrica de Valores a pagar correntes (Nota 32), quando negativos e na rubrica Valores a receber correntes (Nota 24), quando positivo.

34. Saldos e transacções com partes relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2005, os saldos com partes relacionadas decompõe-se como segue:

Valores em Euros	Divida remunerada corrente	
	31-12-2005	31-12-2004
Accionistas		
Cimo - Gestão de Participações, SGPS, SA	3.835.959	3.888.777
Longapar, SGPS, SA	2.176.149	2.026.737
Sonaca - Sociedade Nacional de Canalizações, SA	953.019	967.944
	6.965.127	6.883.458

Valores em Euros	31-12-2005		
	Cientes	Outros devedores	Fornecedores
Associadas			
Betão Liz, S.A.	195.967	95.388	-
Cimentos Madeira, Lda	1.946.616	357	-
Cimentação - Cimentos dos Açores, Lda	771	69	-
Viroc Portugal - Indústria de Madeira e Cimento, S.A.	425.517	2.170.590	450
Secil Unicon - S.G.P.S., Lda	-	625	-
ICV - Inertes de Cabo Verde, Lda.	-	99.668	-
Chryso Portugal, S.A.	-	102.329	564.025
Ecoresíduos, Lda	-	7.355	177.120
Astakos Domika Alouminouha	-	151.350	-
Secil Prébetão - Pré-Fabricados de Betão, S.A.	39.790	21.111	16.778
Asip, ACE	1.162.512	-	1.478.599
Afocelca, ACE	400	431.931	47.698
Soporgen	-	319.992	-
Cutpaper	310.710	58.704	542.424
Soporcel2000	-	(1.239)	-
TASC	-	2.743	-
	4.082.283	3.460.973	2.827.094

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, as transacções ocorridas entre partes relacionadas decompõe-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2005	
	Compras de activos	Compras de serviços
Accionistas		
Cimianto - Gestão de Participações, SA (SGPS)	-	107.740
Cimo - Gestão de Participações, SGPS, SA	-	-
Longapar, SGPS, SA	-	-
Sonaca - Sociedade Nacional de Canalizações, SA	-	-
	-	107.740
Orgãos sociais de outras empresas do Grupo		
Aquisição de 4,999% da sociedade Telener	6.000.000	-
	6.000.000	107.740

Valores em Euros	31-12-2005		
	Compras de serviços	Prestação de serviços	Proveitos operacionais
Associadas			
Betão Liz, S.A.	-	2.929.140	229.129
Cimentos Madeira, Lda	-	21.513.312	25.722
Cimentação - Cimentos dos Açores, Lda	-	107.397	470
Viroc Portugal, S.A.	-	1.184.113	1.667
Secil Unicon - S.G.P.S., Lda	-	-	2.510
Chryso Portugal, S.A.	1.196.150	-	84.569
Ecoresíduos, Lda	140.690	-	28.168
Secil Prébetão, S.A.	64.717	743.652	123.999
Cimentos de Sibine, S.A.L.	-	-	106.925
Asip, ACE	8.817.906	3.797.688	-
Afocelca, ACE	98.790	1.696.034	-
Cutpaper	537.756	3.001.490	-
	10.856.009	34.972.826	603.159

35. Alterações no perímetro de consolidação

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, verificaram-se as seguintes alterações no perímetro de consolidação:

Entradas no perímetro – exercício de 2005

Hewboll, SGPS, Lda., com sede no Funchal, adquirida em 11 de Janeiro de 2005, sendo o seu capital detido a 100% pela subsidiária Secil;

Jobritas – Industria Extractiva, S.A., com sede em Lisboa, adquirida em 7 de Fevereiro de 2005, sendo o seu capital detido a 93,66% pela subsidiária Secil;

IRP – Indústrias de Rebocos de Portugal, S.A. e Lusocil – Sociedade Portuguesa de Cimento Cola, S.A., adquirida em 20 de Abril de 2005, sendo o seu capital detido a 70% pela subsidiária Secil, existindo uma opção de compra dos restantes 30%, num período decorrente entre o final do terceiro ano e o final do sétimo ano, contados da data de aquisição;

Adicionalmente passou a ser aplicado o método de consolidação proporcional para os seguintes empreendimentos conjuntos (Nota 15):

Secil Prébetão, S.A., com sede no Montijo, adquirida em 7 de Março de 1994, sendo o seu capital detido a 42,5%, pela subsidiária Secil;

Secil Unicon, S.G.P.S., S.A., com sede em Lisboa, constituída em 29 de Julho de 1991, sendo o seu capital detido a 50% pela subsidiária Secil.

MICEP – Manutenção Industrial de Celulose e Papel, ACE com sede em Setúbal, sendo o seu capital detido a 40% pela subsidiária Portucel.

Cutpaper – Transformação, Corte e Embalagem de Papel, ACE com sede na Figueira da Foz, sendo o seu capital detido a 50% pela subsidiária Portucel.

No decurso do exercício de 2005, as principais aquisições resultaram num incremento patrimonial consolidado do Grupo conforme segue:

Valores em Euros	Total	Empreendimentos conjuntos a)	Subsidiárias adquiridas b)
Activos intangíveis	48.940	48.230	710
Terrenos, edifícios e equipamentos	11.611.010	3.506.307	8.104.703
Existências	1.807.449	1.635.081	172.368
Valores a receber	4.386.724	2.379.015	2.007.709
Depósitos bancários e caixa	174.027	150.672	23.355
Provisões	(105.378)	(29.755)	(75.623)
Valores a pagar	(6.199.486)	(2.529.952)	(3.669.534)
Total adquirido / integrado	11.723.286	5.159.598	6.563.688
Diferença de aquisição positiva	3.054.689	-	3.054.689
Diferença de aquisição negativa	(2.845.571)	-	(2.845.571)
Custo de aquisição líquido	11.932.404	5.159.598	6.772.806
Caixa e equivalentes de caixa	2.562.600	-	2.562.600
Património líquido adquirido / integrado	14.495.004	5.159.598	9.335.406

a) Aquisição das sociedades Secil Prêbetão e Secil Unicon (Nota 35)

b) Aquisições das sociedades IRP e Jobritas (Nota 35)

Entradas no perímetro - exercício de 2004

No decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2004 e no âmbito da segunda fase de reprivatização do capital social da Portucel – Empresa Produtora de Pasta e Papel, S.A., conforme Resolução do Conselho de Ministros nº 62-A/2004, de 18 de Maio e subsequentes OPA e aquisições no mercado, o Grupo Semapa adquiriu 67,1% do capital social desta subsidiária.

O valor global de aquisição ascendeu a Euros 789.031.373 (incluindo um montante de Euros 13.864.603 relativos a custos de transacção) ao qual correspondeu um Goodwill apurado de Euros 135.565.059 calculado conforme segue:

Valores em Euros	Seinpart SGPS	Semapa BV	Total
Data de referência das aquisições	31-05-2004	30-09-2004	31-10-2004
Valor de aquisição	339.864.387	368.035.802	81.131.184
% adquirida	30,00%	30,37%	6,73%
Capitais próprios Portucel	1.003.281.597	1.015.488.680	1.016.718.939
Ajustamentos efectuados - líquidos de impostos diferidos			
Harmonização do método das amortizações	241.984	1.430.810	1.612.563
Desreconhecimento do Goodwill da Soporcel	(376.756.384)	(376.756.384)	(376.756.384)
Justo valor dos activos corpóreos adquiridos	229.782.223	229.782.223	229.782.223
Justo valor das marcas adquiridas	109.828.800	109.828.800	109.828.800
Capitais próprios Portucel - ajustados	966.378.220	979.774.129	981.186.141
% adquirida sobre capitais próprios ajustados	289.913.466	297.518.926	66.033.922
Goodwill apurado na aquisição	49.950.921	70.516.876	15.097.262
			135.565.059

Os activos líquidos adquiridos, com referência a 30 de Setembro de 2004 (data em que o Grupo Semapa adquiriu o controlo efectivo e que corresponde à data em que ocorre a variação de perímetro) detalham-se como segue:

Valores em Euros	Justo Valor atribuído	Valor Líquido Contabilístico na adquirida
Caixa e equivalentes de caixa	64.441.147	64.441.147
Activos fixos tangíveis	1.543.952.313	1.225.037.785
Marcas (Incluído nos activos intangível) (Nota 16)	151.488.000	-
Outros activos intangíveis	2.146.288	378.902.672
Investimentos em associadas	719.811	719.811
Activos disponíveis para venda	46.457.280	46.457.280
Activos biológicos	133.135.589	133.135.589
Imposto diferido activos	77.133.966	77.133.966
Existências	158.771.491	158.771.491
Valores a receber correntes	244.829.169	244.829.169
Valores a pagar correntes	(201.895.803)	(201.895.803)
Benefícios de reforma	(41.475.699)	(41.475.699)
Dívida remunerada	(985.067.421)	(985.067.421)
Provisões	(993.727)	(993.727)
Imposto diferido passivos	(213.681.495)	(84.320.800)
Interesses minoritários	(186.780)	(186.780)
Activos Líquidos	979.774.129	1.015.488.680
Custo de aquisição	789.031.373	
Caixa e seus equivalentes na subsidiária adquirida	64.441.147	
Fluxo de saída de caixa na aquisição	724.590.226	-

Saídas do perímetro

Em Dezembro de 2005 a subsidiária CMP BV alienou a posição detida, de 89,92%, no capital social da Enersis II, S.A., sub-holding do segmento de energia, pelo que, em 31 de Dezembro de 2005, o Grupo não possui qualquer participação no capital da referida sociedade.

A variação de perímetro, correspondente ao desreconhecimento de activos e passivos da referida subsidiária, com referência a de 30 de Novembro de 2005, bem como ao apuramento da mais valia na venda, detalha-se conforme segue:

Valores em Euros	Enersis II 30-11-2005
Activos não correntes	564.036.175
Activos correntes	70.398.950
Passivos não correntes	(474.639.463)
Passivos correntes	(125.370.768)
Capital próprio total	34.424.894
Capital e reservas	31.634.993
Interesses minoritários	2.789.901
Capital próprio total	34.424.894
% detida pela CMP BV	89,92%
Capitais próprios detidos na Enersis	28.446.186
Participação detida na sociedade Telener	6.000.000
Valor total das participações alienadas	34.446.186
Reciclagem do JV Instrumentos financeiros para RL*	1.788.197
Valor das participações para apuramento da MV	36.234.383
Valor de venda	420.841.500
Mais valia apurada na venda	384.607.117
Prémios de gestão associados - Custos com pessoal	(7.250.000)
Mais valia líquida	377.357.117

* Registado em Reservas de justo valor (CP's) de acordo com a IAS 39

36. Dispêndios em matérias ambientais

O Grupo no âmbito do desenvolvimento da sua actividade incorre em diversos encargos de carácter ambiental, os quais, dependendo das suas características, estão a ser capitalizados ou reconhecidos como um custo nos resultados operacionais do período. Os dispêndios de carácter ambiental incorridos para preservar recursos ou para evitar ou reduzir danos futuros, e que se considera que permitem prolongar a vida ou aumentar a capacidade ou melhorar a segurança ou eficiência de outros activos detidos pelo Grupo, são capitalizados.

Os dispêndios capitalizados e reconhecidos em gastos do período, no exercício de 2005, têm a seguintes discriminação:

Dominios	Imputados a custos	Capitalizados	Total
Emissões para a atmosfera	1.955.400	12.020.756	13.976.156
Gestão das águas residuais	16.978	-	16.978
Gestão dos resíduos	919.575	4.301.832	5.221.407
Protecção dos solos e das águas subterrâneas	101.576	379.028	480.604
Caldeira de recuperação	-	26.874.031	26.874.031
Tratamento de efluentes líquidos	5.848.607	-	5.848.607
Reciclagem de materiais	538.797	-	538.797
Despesas com electrofiltros	420.726	-	420.726
Rede de esgotos	99.201	-	99.201
Aterro de resíduos sólidos	303.637	-	303.637
Outras actividades de protecção do ambiente	869.604	13.126.187	13.995.791
	11.074.101	56.701.834	67.775.935

Licenças de emissão de CO2

No âmbito do Protocolo de Quioto, a União Europeia comprometeu-se a reduzir a emissão de gases com efeito de estufa.

Neste contexto foi já emitida uma Directiva Comunitária que prevê a comercialização dos chamados “Direitos de emissão de CO2” e que será aplicável, entre outras, às indústrias cimenteira e de produção de pasta e papel, a partir de 1 de Janeiro de 2005 até 31 de Dezembro de 2007, tendo as empresas do Grupo do segmento dos cimentos e da pasta e papel recebido 2.772.901 toneladas e 563.986 toneladas de CO2 equivalentes, respectivamente.

A entrega das “Licenças de emissão de CO2”, correspondente às emissões reais realizadas num exercício, é efectuada no início do ano seguinte, estando os valores apresentados pelas empresas relativos às emissões reais sujeitos a certificação por uma entidade independente. No exercício de 2005 estima-se que as emissões realizadas de CO2 sejam inferiores às licenças atribuídas ao Grupo. Assim, não se estimam encargos significativos para o Grupo no exercício de 2005 em consequência da entrada em vigor desta legislação.

A alocação dos “Direitos de emissão de CO2” posteriormente a esta data, na eventualidade de não serem atribuídos valores idênticos às actuais emissões, poderá implicar custos para as empresas, quer através da aquisição de direitos, quer através do investimento em equipamentos potenciadores de redução de emissão de gases de efeito de estufa, sob pena de ficarem sujeita a penalizações.

37. Custos suportados com auditoria e revisão legal de contas

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, os dispêndios com serviços de revisão legal de contas e auditorias, decompõem-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2005	31-12-2004
Serviços de Revisão Legal de Contas	521.762	320.290
Outros serviços de garantia de fiabilidade	32.344	200.325
Serviços de assessoria fiscal	299.481	283.991
Outros serviços que não de Revisão Legal de Contas	28.120	7.177
	881.707	811.783

O valor apresentado na rubrica Serviços de assessoria fiscal inclui um montante de Euros 82.909 relativos a prestações de serviços efectuadas por diversos consultores não pertencentes à PricewaterhouseCoopers (auditores do Grupo Semapa).

38. Número médio de pessoal

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, o número médio de colaboradores ao serviço das diversas empresas do Grupo, repartidos por segmento de negócio, detalha-se conforme segue:

Segmento	2005	2004
Pasta e Papel	1.986	2.182
Cimento e Derivados	2.294	1.978
Energia	-	97
Holdings	23	13
	4.303	4.270

As entradas no perímetro de consolidação ocorridas no exercício de 2005 contribuíram com um aumento para o número médio de pessoal em 442 colaboradores.

39. Compromissos

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, as garantias prestadas pelo Grupo decompõem-se como segue:

Entidade	31-12-2005	31-12-2004
Garantias prestadas		
DGT - Direcção Geral do Tesouro	50.000.000	50.000.000
IAPMEI (âmbito do POE)	11.021.574	17.685.102
DGCI - Direcção Geral dos Impostos	15.677.315	15.677.315
Vestas	a) -	13.005.292
EDP	a) -	4.189.930
Direcção Geral de Energia	a) -	3.319.808
Financiamento Soporgen	2.000.000	2.000.000
Câmara Municipal de Setúbal	964.904	956.275
APSS - Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra	943.138	557.295
Direcção Geral de Alfândegas	598.557	698.317
OMMP e Elfouladh	581.358	305.711
Simria	514.361	514.361
Instituto de Conservação da Natureza - Arrábida	332.005	332.005
IFADAP	201.744	201.744
INGA - Instituto Nacional de Garantia Agrícola	150.000	-
IAPMEI (âmbito do PEDIP)	99.760	77.872
Sociedade Empr. Alto Tâmega e Barroso, S.A.	a) -	250.000
Outras	1.407.401	866.691
	84.492.117	110.637.718
Outros compromissos		
De compra	8.110.808	17.260.000
Outros	-	313.728
	8.110.808	17.573.728
	92.602.925	128.211.446

a) Garantias relativas ao sub-Grupo Enersis

A subsidiária Seinpart – Participações, SGPS, S.A. prestou uma garantia bancária, no exercício de 2004, a favor da Direcção Geral do Tesouro, no valor de Euros 50.000.000, a manter durante um período de cinco anos e destinada a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas por esta subsidiária, nos termos fixados no capítulo IV do caderno de encargos aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 194/2003, de 30 de Dezembro, relativa à privatização da Portucel.

O montante de Euros 15.677.315 corresponde a duas garantias prestadas a favor da Direcção Geral dos Impostos (DGCI) pela subsidiária Soporcel, em consequência da impugnação judicial efectuada, durante o primeiro semestre de 2004, no âmbito do processo de incentivo fiscal em sede de IRC considerado na aquisição da segunda máquina de papel e referido na Nota 25.

Em 3 de Maio de 2000 a subsidiária Soporcel celebrou com uma instituição financeira um contrato de garantia conjunta e não solidária pela qual a Soporcel garante, àquela instituição financeira, o cumprimento pontual e integral de todas as obrigações financeiras e pecuniárias assumidas pela Soporgen – Sociedade Portuguesa de Geração de Electricidade e Calor, S.A., na percentagem de 8% do que for devido, sempre que a garantia for accionada.

Em 31 de Dezembro de 2005 a totalidade deste financiamento havia sido já utilizada no montante de Euros 25.000.000, pelo que a garantia prestada pela Soporcel ascende a Euros 2.000.000.

Os compromissos de compra assumidos com fornecedores referem-se essencialmente à aquisição de bens para o imobilizado corpóreo.

40. Outros compromissos assumidos pelas empresas do Grupo

Promessas de Penhor

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, as filiais Semapa Inversiones S.L. e Semapa Investments B.V. contraíram conjuntamente com a Semapa, SGPS, S.A., junto de um sindicato bancário, um financiamento para a aquisição, através da Seinpart – Participações, SGPS, S.A. e da Semapa Investments B.V., de uma participação de 67,1% do capital social da sociedade Portucel – Empresa Produtora de Pasta e Papel, S.A..

No âmbito deste financiamento foram constituídos penhores sobre as partes de capital e prestações acessórias de capital detidas directa e indirectamente pela Semapa nas sociedades Semapa Inversiones, S.L., Semapa Investments B.V., Seinpart – Participações, SGPS, S.A., Portucel – Empresa Produtora de Pasta e Papel, S.A., CMP Investments B.V. e Enersis II, SGPS, S.A. bem como sobre 23,023% das acções representativas do capital social da Secil, as quais correspondem a 25% dos respectivos direitos de voto.

Em Dezembro de 2005, foi concedido um *waiver* para a alienação pela subsidiária CMP, BV da participação detida na Enersis II, sendo que do valor de alienação foram utilizados Euros 350.000.000 para redução da dívida.

A subsidiária Secil, no exercício de 2000, contraiu junto de instituições bancárias, financiamentos, com maturidade em 2010, tendo em vista a aquisição da subsidiária Sociétè des Ciments de Gabès, na Tunísia. No âmbito desses financiamentos a subsidiária Secil entregou uma procuração irrevogável às instituições financeiras, permitindo-lhes constituir, em caso de incumprimento das suas obrigações, penhor sobre as acções da referida sociedade tunisina.

A subsidiária Sociétè des Ciments de Gabès, contraiu junto de uma instituição bancária tunisina um financiamento no montante de TND 15.000.000 (Euros 9.291.378), para aquisição de equipamento básico para a sua unidade fabril.

No âmbito desse financiamento a subsidiária Sociétè des Ciments de Gabès, entregou uma procuração irrevogável à instituição financeira, permitindo-lhe constituir, em caso de incumprimento das suas obrigações, penhor sobre o referido equipamento.

A subsidiária Secil Martingança, Lda., em Abril de 2005, contraiu junto de uma instituição bancária um financiamento, com maturidade em 2012, para aquisição das subsidiárias IRP – Industrias de Rebocos de Portugal, S.A. e Lusocil – Sociedade Portuguesa de Cimento Cola, S.A.. No âmbito desse financiamento a subsidiária Secil Martingança entregou uma procuração irrevogável à instituição financeira, permitindo-lhe constituir, em caso de incumprimento das suas obrigações, penhor sobre as acções das referidas sociedades.

Cartas Conforto

A subsidiária Secil emitiu a favor de uma instituição financeira uma Carta Conforto como garantia de cumprimento da obrigação com financiamentos contraídos: pela associada Viroc Portugal, S.A., no montante de Euros 2.574.082, encontrando-se esta responsabilidade provisionada, pelo valor de Euros 1.786.967.

Investimento numa nova fábrica em Angola

Nos termos do memorandum de entendimento celebrado entre o Governo de Angola e a subsidiária Secil em Abril de 2004, foi constituída em 29 de Novembro de 2005 a Secil – Companhia de Cimento do Lobito, S.A. detida a 51% pelo Grupo Secil e os restantes 49% pelo Estado Angolano, a qual começará a operar a partir de 1 de Janeiro de 2006, cessando assim o contrato de cessão de exploração da unidade fabril Encime do Lobito, celebrado entre o Estado Angolano e a Tecnosecil em vigor desde Setembro de 2000.

O capital social da Secil Lobito de USD 21.274.286 foi realizado através da transferência dos activos tangíveis e intangíveis da Tecnosecil e da Encime U.E.E. respectivamente pelo Grupo Secil e pelo Governo de Angola, pelo valor resultante da avaliação efectuada em Outubro de 2003 por uma empresa de auditoria internacional independente, o qual poderá ser ajustado com referência a 31 de Dezembro de 2005, conforme trabalho em curso pela mesma entidade.

Num horizonte de 36 meses contados desde a data de realização do respectivo capital social, a Secil Lobito irá instalar uma fábrica de cimento no Lobito com capacidade para 400 mil toneladas.

41. Activos contingentes

A subsidiária Secil candidatou-se, no ano de 2000, ao Incentivo Fiscal à Internacionalização, previsto no Decreto-Lei 401/99 de 14 de Outubro, no âmbito da aquisição da Société des Ciments de Gabés.

O incentivo consiste numa dedução à colecta de 10% do Investimento, efectuada na aquisição da participação no valor máximo de Euros 5.985.575.

A referida candidatura, embora com parecer favorável do ICEP foi recusada pela Administração Fiscal, tendo a Empresa recorrido judicialmente da decisão, reclamando os valores de imposto sobre o rendimento, pagos em excesso, nos exercícios de 2000 a 2004, que ascendem a Euros 4.987.979, que acresce Euros 997.596 do ano de 2005.

A acção judicial já teve início no Tribunal Administrativo - Fiscal de Almada em 2004 e foi já indeferida de acordo com a notificação de 10 de Fevereiro de 2006 com base na inodoneidade do meio processual utilizado. A Empresa vai recorrer da decisão.

A subsidiária Secil procedeu, no exercício de 1995, à reavaliação dos seus activos ao abrigo do Decreto-Lei 22/92 de 14 de Fevereiro, com referência ao imobilizado corpóreo existente à data de 31 de Dezembro de 1993. As matérias colectáveis dos exercícios de 1995 a 1999, foram corrigidas nos montantes referentes às amortizações, alegadamente em excesso, relativas à quota parte virtual assignada ao exercício de 1994, dando lugar a liquidações adicionais de IRC, recebidas e pagas integralmente ao Estado. É convicção da Administração da Empresa, de que terá sucesso na presente contestação, cujo efeito total ascende a Euros 2.235.907.

A empresa perdeu a acção relativamente a 1995 (Euros 820.148), tendo recorrido para o Tribunal Central Administrativo que anulou a decisão do Tribunal de 1ª instância e ordenou o reinício do processo relativamente a 1995, tendo todavia para 1996 (Euros 795.311) confirmado o entendimento do Tribunal de 1ª Instância. Em face da contradição de acordãos e de não ter sido concedida igualdade de defesa ao Fisco e à Secil a empresa irá recorrer desta última decisão. Os processos de 1997 (Euros 282.262), 1998 (Euros 327.323) e 1999 (Euros 10.464) já tiveram

o seu início em 2004, no Tribunal de 1ª Instância, encontrando-se pendentes de decisão.

A subsidiária Secil registou nas suas demonstrações financeiras, no exercício findo em 31 de Dezembro de 1995, o montante de Euros 5.598.358, a receber do Estado Português, o qual se encontra totalmente ajustado.

A Administração da subsidiária Secil, apresentou, em 16 de Setembro de 1999, um processo judicial contra o Estado Português, reclamando o pagamento daquele montante e respectivos juros, que aguarda decisão do Tribunal Administrativo, tendo-se iniciado no último trimestre de 2004 a fase de produção de prova.

A subsidiária Secilpar, SL com sede em Madrid deteve de Dezembro de 2000 a Abril de 2004 acções representativas de cerca de 10% do capital social da Cimpor, SGPS, S.A., tendo recebido dividendos de 2001 a 2003 no montante de Euros 25.960.429 os quais foram sujeitos a retenção na fonte em Portugal no montante de Euros 3.039.491 os quais deveriam ser deduzidos ao imposto a pagar em Espanha.

Dado a Secilpar ter apurado resultados negativos nesses exercícios tal dedução não pode ser efectuada, sendo contudo convicção da Secil que esse crédito de imposto por dupla tributação internacional é reportável para os dez exercícios seguintes respectivamente de 2011 a 2013.

Adicionalmente a subsidiária Secilpar interpôs impugnação judicial em Portugal no que respeita às retenções na fonte relativas aos dividendos de 2002 e 2003 respectivamente de Euros 1.481.263 e Euros 1.159.154 por entender tratar-se de disposição discriminatória - ao abrigo do Tratado da União Europeia - a existência de taxas diversas de retenção na fonte relativamente a residentes e não residentes sedeados na União Europeia, matéria apenas corrigida pelo legislador pela publicação do Decreto-Lei nº 192/2005, de 7 de Novembro.

Relativamente ao sub-Grupo Secil, a subsidiária Secilpar interpôs impugnação judicial em Espanha em 5 de Abril de 2002 reclamando a restituição do imposto de capital de Euros 1.602.167 pago em Outubro de 2001 quando da conversão do prémio de emissão de acções no montante de Euros 320.433.400 em capital social por entender ser contrário à directiva europeia de reunião de capitais.

A ENCE – Empresa Nacional de Celulose, SA, sociedade na qual a subsidiária Portucel deteve 8% do capital social até 2004, pagou, entre 2001 e 2004, dividendos no montante global de Euros 3.444.862, os quais foram sujeitos a retenção na fonte no montante de Euros 516.729. O valor retido foi contestado pela subsidiária Portucel, junto da Administração Tributária espanhola, com fundamento na violação do direito de livre estabelecimento consagrado no Tratado de Roma (os mesmos dividendos pagos a uma entidade residente em Espanha não seriam sujeitos a qualquer retenção na fonte).

A subsidiária Soporcel no âmbito de um contrato assinado, em 1998, com Estado Português relativo a um incentivo fiscal, o qual se traduz na redução à colecta do IRC dos exercícios de 1998 a 2007 de determinados montantes apurados e escalonados em função do esforço financeiro com os investimentos industriais que para o efeito foram considerados elegíveis. O montante deduzido pela Soporcel na estimativa de imposto sobre o rendimento do exercício findo em 31 de Dezembro de 2005 foi de Euros 1.459.954 (31 de Dezembro de 2004: Euros 2.919.908).

Na sequência do apuramento do valor final do investimento, foi determinada uma diferença de Euros 2.453.785 entre o valor do incentivo fiscal deduzido provisoriamente até ao exercício de 2000 e aquele que seria dedutível com base no valor final do investimento.

Esta diferença, a partir do exercício de 2002, está a ser compensada em base sistemática, nas deduções do incentivo a efectuar até ao exercício de 2007, ascendendo a Euros 445.961 a parcela por regularizar em 31 de Dezembro de 2005. Em 31 de Dezembro de 2005, o incentivo fiscal ainda por utilizar ascende a Euros 2.919.908, líquido da parcela a regularizar.

42. Passivos contingentes

A subsidiária Secil – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A. viu recentemente finalizada a inspecção tributária em base individual ao IRC dos exercícios de 2001 e 2002 iniciada em Agosto de 2004, tendo apenas sido encerrado o exercício de 2001 no que respeita ao IRC apurado em base agregada - ao abrigo do Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades - com a liquidação adicional de Euros 293.480, já paga e para a qual existia provisão adequada. Resta assim por encerrar o IRC agregado de 2002, tendo todavia a subsidiária Secil sido já notificada das correcções propostas pelos Serviços de Inspecção Tributária ao seu lucro tributável individual que ascendem a Euros 25.408.367, a que corresponderá uma liquidação estimada de imposto de Euros 9.795.367.

O Conselho de Administração da subsidiária Secil suportado no parecer dos seus advogados e reputados Professores de Direito Fiscal entende que lhe assiste inteira razão no procedimento adoptado no cumprimento das suas obrigações fiscais pelo que procederá ao exercício do seu legítimo direito de contestação, se e quando for destinatária de qualquer liquidação adicional de IRC. Em particular no que respeita à consideração pela Administração Fiscal do montante de Euros 24.950.000 como liberalidade, aquando da alienação da Secil Investimentos, SGPS, S.A., na parte de capital que resulta do aumento do capital social efectuado nesse ano para cobertura dos capitais próprios negativos da sociedade, a que corresponde imposto no montante de Euros 9.618.659, por considerar inexistir qualquer validade, racionalidade económica e fundamento na interpretação da Administração Fiscal.

43. Cotações utilizadas

Os activos e passivos das subsidiárias e associadas estrangeiras foram convertidos para contra-valores em euros, ao câmbio de 31 de Dezembro de 2005. As rubricas de resultados do exercício foram convertidas ao câmbio médio do período. As diferenças resultantes da aplicação destas taxas comparativamente aos valores anteriores foram reflectidas na rubrica “Reservas de conversão cambial” no capital próprio.

As cotações utilizadas à data de 31 de Dezembro de 2005 e 2004, face ao Euro, foram as seguintes:

	2005	2004	Valorização/ (desvalorização)
TND (dinar tunisino)			
Câmbio médio do exercício	1,6124	1,5478	(4,17%)
Câmbio de fim do exercício	1,6144	1,6279	0,83%
LBN (libra libanesa)			
Câmbio médio do exercício	1.884,35	1.871,11	(0,71%)
Câmbio de fim do exercício	1.793,26	2.012,86	10,91%
USD (dólar americano)			
Câmbio médio do exercício	1,2441	1,2439	(0,02%)
Câmbio de fim do exercício	1,1797	1,3621	13,39%

44. Eventos subsequentes

Em 23 de Fevereiro de 2006, foi tornado público que o Conselho de Administração do sub-Grupo Portucel Soporcel deliberou a construção em Setúbal de uma nova fábrica de papel, com um investimento estimado na ordem dos Euros 490.000.000, conjuntamente com a celebração de contratos de investimento com a API, relativos ao plano em curso de desenvolvimento e modernização tecnológica e de redução de impacto ambiental do Grupo Portucel, com investimentos totais da ordem dos Euros 900.000.000 e em que aquela fábrica se insere.

A execução de parte substancial destes investimentos está, todavia, dependente da verificação de alguns dos pressupostos em que a decisão se baseou, nomeadamente a formalização dos contratos de investimento acima mencionados.

Adicionalmente, na sequência do reembolso parcial dos empréstimos bancários, por parte das subsidiárias Semapa BV e Semapa SL, o Grupo encontra-se a renegociar a sua dívida prevendo-se a emissão de papel comercial e de um empréstimo obrigacionista.

45. Empresas incluídas na consolidação

Denominação Social	Sede	% directa e indirecta do capital detido pela Semapa		
		Directa	Indirecta	Total
Empresa-mãe:				
Semapa - Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A.	Lisboa	-	-	-
Subsidiárias:				
Seminv, SGPS, S.A.	Lisboa	100,00	-	100,00
Cimenpar Investments, B.V.	Amesterdão	-	100,00	100,00
Cimentospar - Participações Sociais, SGPS, Lda.	Lisboa	-	100,00	100,00
Betopal, S.L.	Madrid	100,00	-	100,00
Seinpar Investments, B.V.	Amesterdão	100,00	-	100,00
Semapa Investments B.V.	Amesterdão	100,00	-	100,00
Semapa Inversiones S.L.	Madrid	100,00	-	100,00
Seinpart, SGPS, S.A.	Lisboa	51,00	49,00	100,00
CMP Investments, B.V.	Amesterdão	100,00	-	100,00

Empresas subsidiárias do sub Grupo Portucel

Denominação Social	Sede	% directa e indirecta do capital detido pela subsidiária Portucel			% do capital efectivamente detido pela Semapa
		Directa	Indirecta	Total	
Portucel – Empresa Produtora de Pasta e Papel, SA	Setúbal	-	-	-	67,07
Subsidiárias:					
Soporcel - Sociedade Portuguesa de Papel, SA	Figueira da Foz	100,00	-	100,00	67,07
Tecnipapel – Sociedade de Transformação e Distribuição de Papel, Lda	Setúbal	100,00	-	100,00	67,07
Portucel Pasta y Papel, SA	Espanha	100,00	-	100,00	67,07
Soporcel España, SA	Espanha	-	100,00	100,00	67,07
Soporcel International, BV	Holanda	-	100,00	100,00	67,07
Soporcel France, EURL	França	-	100,00	100,00	67,07
Soporcel United Kingdom, Ltd	Reino Unido	-	100,00	100,00	67,07
Soporcel Italia, SRL	Itália	-	100,00	100,00	67,07
Soporcel 2000 - Serviços Comerciais de Papel, Soc. Unipessoal, Lda	Figueira da Foz	-	100,00	100,00	67,07
Soporcel North America Inc.	EUA	-	100,00	100,00	67,07
Soporcel Deutschland, GmbH	Alemanha	-	100,00	100,00	67,07
Soporcel Handels, GmbH	Austria	-	100,00	100,00	67,07
Portucel Florestal – Empresa de Desenvolvimento Agro-Florestal, SA	Lisboa	-	100,00	100,00	67,07
Aliança Florestal – Sociedade para o Desenvolvimento Agro-Florestal, SA	Lisboa	-	100,00	100,00	67,07
Arboser – Serviços Agro-Industriais, SA	Setúbal	100,00	-	100,00	67,07
PortucelSoporcel Abastecimento - Empresa de Abastecimento, Logística e Comercialização de Madeiras, SA *	Setúbal	-	100,00	100,00	67,07
Sociedade de Vinhos da Herdade de Espirra - Produção e Comercialização de Vinhos, SA	Lisboa	-	100,00	100,00	67,07
Viveiros Aliança - Empresa Produtora de Plantas, SA	Lisboa	-	100,00	100,00	67,07
Aflomec - Empresa de Exploração Florestal, SA	Lisboa	-	100,00	100,00	67,07
Cofotrans - Empresa de Exploração Florestal, SA	Figueira da Foz	-	100,00	100,00	67,07
SPCG – Sociedade Portuguesa de Co-Geração Eléctrica, SA	Setúbal	100,00	-	100,00	67,07
Enerpulp – Cogeração Energética de Pasta, SA	Lisboa	100,00	-	100,00	67,07
Setipel – Serviços Técnicos para a Indústria Papeleira, SA	Lisboa	100,00	-	100,00	67,07
Empremédia - Corretores de Seguros, Lda	Lisboa	-	100,00	100,00	67,07
Socortel - Sociedade de Corte de Papel, SA	Figueira da Foz	50,00	50,00	100,00	67,07
PortucelSoporcel Papel - Sales e Marketing, ACE	Figueira da Foz	50,00	50,00	100,00	67,07
Raiz - Instituto de Investigação da Floresta e Papel	Eixo	43,00	51,00	94,00	63,04
Soporcel - Gestão de Participações Sociais, SGPS, SA	Figueira da Foz	50,00	50,00	100,00	67,07
Aflotrans - Empresa de Exploração Florestal, Lda	Figueira da Foz	-	100,00	100,00	67,07
EMA21 - Engenharia de Manutenção Industrial Século XXI, S.A.	Setúbal	100,00	-	100,00	67,07

Empresas do sub Grupo Portucel incluídas na consolidação pelo método proporcional

Denominação Social	Sede	% directa e indirecta do capital detido pela subsidiária Portucel			% do capital efectivamente detido pela Semapa
		Directa	Indirecta	Total	
MICEP - Manutenção Industrial de Celulose e Papel, ACE	Setúbal	-	40,00	40,00	26,83
Cutpaper - Transformação, Corte e Embalagem de Papel, ACE	Figueira da Foz	-	50,00	50,00	33,53

Empresas subsidiárias do sub Grupo Secil

Denominação Social	Sede	% directa e indirecta do capital detido pela subsidiária Secil			% do capital efectivamente detido pela Semapa
		Directa	Indirecta	Total	
Secil - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.	Setúbal	-	-	-	51,00
Subsidiárias:					
Parcim Investments, B.V.	Amesterdão	100,00	-	100,00	51,00
Secilpar, SL	Madrid	-	100,00	100,00	51,00
Hewbol, SGPS, Lda.	Funchal	-	100,00	100,00	51,00
Florimar- Gestão e Participações, SGPS, Lda.	Funchal	100,00	-	100,00	51,00
Somera Trading Inc.	Panamá	-	100,00	100,00	51,00
Seciment Investments, B.V.	Amesterdão	100,00	-	100,00	51,00
Serife - Sociedade de Estudos e Realizações Industriais e de Fornecimento de Equipamento, Lda.	Lisboa	58,40	-	58,40	29,78
Parsecil, SL	Madrid	100,00	-	100,00	51,00
Société des Ciments de Gabès	Tunis	98,72	-	98,72	50,35
Sud- Béton- Société de Fabrication de Béton du Sud	Tunis	-	98,72	98,72	50,35
Zarzis Béton	Tunis	-	78,97	78,97	40,28
Phaistos, S.A.	Luxemburgo	100,00	-	100,00	51,00
Silonor, S.A.	Dunkerque	-	100,00	100,00	51,00
Tercim- Terminais de Cimento, S.A.	Lisboa	100,00	-	100,00	51,00
Tecnosecil Investimentos e Participações, SARL	Luanda	100,00	-	100,00	51,00
Secil - Companhia de Cimento do Lobito, S.A.	Lobito	-	51,00	51,00	26,01
Secil, Betões e Inertes, S.G.P.S., S.A. e Subsidiárias	Setúbal	93,66	-	93,66	47,77
Secil Betão - Indústrias de Betão, S.A.	Setúbal	-	93,66	93,66	47,77
Britobetão - Central de Betão, Lda.	Évora	-	68,37	68,37	34,87
Sulbetão - Preparados de Betão, S.A.	Albufeira	-	93,66	93,66	47,77
Unibetão - Indústrias de Betão Preparado, S.A.	Lisboa	-	93,66	93,66	47,77
Secil Britas, S.A.	Penafiel	-	93,66	93,66	47,77
Pedreiral - Pedreiras de Almoher, S.A.	Santarém	-	93,66	93,66	47,77
ECOB - Empresas de Construção e Britas, S.A.	Albufeira	-	93,66	93,66	47,77
Jobritas - Indústria Extractiva, S.A.	Lisboa	-	93,66	93,66	47,77
Lisconcreto Unibetão, S.A.	Leiria	-	93,66	93,66	47,77
Camilo Lopez, Lda.	Alcochete	-	93,66	93,66	47,77
H.I.- Hotelaria e Imobiliária, S.A.	Albufeira	-	93,66	93,66	47,77
Secil Martingança - Aglomerantes e Novos Materiais para a Construção, Lda.	Leiria	51,00	0,19	51,19	26,11
Macmetal - Indústrias Metal-Mecânicas da Maceira, Lda.	Lisboa	-	51,19	51,19	26,11
IRP - Industria de Rebocos de Portugal, S.A.	Lisboa	-	51,19	51,19	26,11
Lusocil - Sociedade Portuguesa de Cimento Cola, S.A.	Lisboa	-	51,19	51,19	26,11
Condind - Conservação e Desenvolvimento Industrial, Lda.	Setúbal	50,00	50,00	100,00	51,00
Ciminpart - Investimentos e Participações, SGPS, S.A.	Lisboa	100,00	-	100,00	51,00
Parseinges - Gestão de Investimentos, SGPS, S.A.	Lisboa	100,00	-	100,00	51,00
Argibetão - Sociedade de Novos Produtos de Argila e Betão, S.A.	Lisboa	-	90,87	90,87	46,34
Ave- Gestão Ambiental e Valorização Energética, S.A.	Lisboa	-	51,00	51,00	26,01
CMP - Cimentos Maceira e Pataias, S.A. ("CMP")	Leiria	100,00	-	100,00	51,00
CMPartin - Inverciones y Participaciones Empresariales, S.L.	Madrid	100,00	-	100,00	51,00

Empresas do sub Grupo Secil incluídas na consolidação pelo método proporcional

Denominação Social	Sede	% directa e indirecta do capital detido pela subsidiária Secil			% do capital efectivamente detido pela Semapa
		Directa	Indirecta	Total	
Secil Unicon - S.G.P.S., Lda.	Lisboa	50,00	-	50,00	25,50
Secil Prébetão, S.A.	Montijo	-	42,50	42,50	21,68

46. Empresas excluídas da consolidação

Denominação Social	Sede	Percentagem directa e indirecta do capital detido por Empresas do Grupo			% do capital efectivamente detido pela Semapa
		Directa	Indirecta	Total	
Portucel International Trading, SA	Luxemburgo	80,00	80,00	80,00	53,66
Portucel Brasil	Brasil	99,00	99,00	99,00	66,40
Secil Energia, Lda.	Setúbal	95,00	5,00	100,00	51,00
Secil Algérie, S.P.A.	Algéria	94,00	4,00	98,00	49,98
Sobioen- Soluções de Bioenergia, S.A.	Lisboa	0,00	51,00	51,00	26,01
Secil Cabo Verde Comércio e Serviços, Lda.	Praia	0,00	100,00	100,00	51,00
Carcubos - Calcários, Lda.	Satão	0,00	93,66	93,66	47,77

Estas empresas não foram consolidadas pelo método da consolidação integral ou proporcional, mas esse efeito é considerado materialmente irrelevante para a apresentação de uma imagem fiel e verdadeira da situação financeira e resultados das operações do Grupo.

47. Impactos nas demonstrações financeiras do exercício de 2004 resultantes da transição para o normativo IFRS

Reconciliação dos capitais próprios consolidados e do resultado líquido consolidado do exercício de 2004

Valores em Euros	31-12-2004		
	Resultado líquido	Outras rubricas de capital	Capital Próprio
POC	182.073.722	202.350.976	384.424.698
Ajustamento na Mais valia na venda de 49% da Saeil	16.137.076	-	16.137.076
Atualização cambial do Justo valor	(284.361)	(7.938.994)	(8.223.355)
Atualização cambial do Goodwill	(330.847)	(5.423.852)	(5.754.699)
Impacto da anulação de amortizações de Goodwill	6.252.132	-	6.252.132
Alteração critério amortizações	9.187.954	12.208.585	21.396.539
Imparidade na subsidiária SC Gábes	6.917.171	(17.031.707)	(10.114.536)
Write-off de impostos diferidos	(4.363.001)	-	(4.363.001)
Gratificação de balanço	(9.100.000)	-	(9.100.000)
Mais valia na venda da participação detida na Cimpor	(21.797.108)	21.797.108	-
Justos valor de Instrumentos financeiros Derivados	-	(857.185)	(857.185)
Outros ajustamentos	822.835	(4.487.071)	(3.664.236)
IFRS	185.525.574	200.617.860	386.143.434
Efeitos da adopção da emenda à IAS 19 (Nota 1.31)	3.893.500	(3.893.500)	-
IFRS	189.419.074	196.724.360	386.143.434

Opções tomadas na transição para o normativo IFRS

Concentrações de Actividades Empresariais

O Grupo optou por não alterar a relevação contabilística das aquisições efectuadas anteriormente à data de transição para os IFRS's (1 de Janeiro de 2004), pelo que não procedeu a qualquer alteração ao valor líquido contabilístico dos activos e passivos identificados na data da aquisição e relevados pelo seu justo valor, nem do excesso do valor pago face a esses valores (goodwill), excepto os que resultem da aplicação das IAS 36 – Imparidade de Activos e IAS 21 – Os efeitos de alterações em Taxas de Câmbio, à data da transição.

Justo Valor ou Revalorização como custo considerado

O Grupo optou por continuar a relatar os seus activos fixos tangíveis e intangíveis ao seu custo histórico reavaliado com base nos princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, o qual constituirá o seu "deemed cost" ou custo depreciado para futuro, declinando assim a possibilidade de proceder em IFRS's à revalorização destes activos ao seu justo valor à data da transição com o consequente aumento dos seus capitais próprios.

Benefícios dos Empregados

O Grupo optou por não adoptar o método do "corridor", segundo o qual só são reconhecidos em resultados os desvios actuariais em excesso a 10% do valor das responsabilidades ou dos activos, dos dois o maior.

Em conformidade com a opção tomada, e para efeitos da determinação dos justos valores dos activos e passivos adquiridos e do goodwill gerado na aquisição da Portucel, foi harmonizado o procedimento do Grupo Portucel com o da Semapa, anulando-se as perdas

actuariais acumuladas ainda não reconhecidas em resultados.

Adicionalmente, e conforme previsto na IAS 19 revista descrita na nota 1.31.1, o Grupo optou por aplicar retrospectivamente, com efeitos a 1 de Janeiro de 2004, o método do reconhecimento dos desvios actuariais directamente em capitais próprios.

Diferenças de Transposição Cumulativas

O Grupo optou por transferir para resultados transitados o valor acumulado, à data da transição, da Reserva de Conversão Cambial, após a actualização para a taxa de câmbio de fecho do Goodwill e dos Justos Valores dos activos e passivos de subsidiárias em moeda estrangeira adquiridos em concentrações empresariais. De salientar que esta decisão não tem qualquer impacto nos capitais próprios reportados.

Aplicação da IAS 32 e IAS 39

De acordo com a isenção prevista na IFRS 1, a adopção das IAS acima referidas podia ser diferida para o exercício com início em Janeiro de 2005, sem necessidade de apresentação de comparativos.

O Grupo não utilizou esta isenção, tendo aplicado a IAS 32 e IAS 39 com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2004, sendo que os principais efeitos desta adopção são a valorização ao justo valor de títulos negociáveis e de instrumentos financeiros derivados (relativos a cobertura de taxa de juro e de câmbio) e a utilização do método da taxa efectiva para os passivos financeiros.

As restantes isenções previstas na IFRS 1, designadamente as relativas a instrumentos financeiros compostos, activos e passivos de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos, a designação de instrumentos financeiros previamente reconhecidos, transacções de pagamento com base em acções, e contratos de seguro não eram aplicáveis ao Grupo na data da transição.

Reservas de Reavaliação

A reserva de reavaliação evidenciada em separado nas demonstrações financeiras consolidadas no normativo POC foi integralmente transferida para a rubrica Resultados transitados em 1 de Janeiro de 2004.

Impactos na transição (1 de Janeiro de 2004)

O Grupo, em conformidade com as regulamentações emitidas pela CMVM e pela Comissão Europeia de Reguladores de Valores Mobiliários relativamente à informação a prestar sobre o processo de transição para as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) adoptadas na União Europeia, identificou as principais diferenças de tratamento contabilístico entre as normas contabilísticas geralmente aceites em Portugal (POC), aplicadas nas demonstrações financeiras de 2004, e os IFRS que serão adoptados em 2005. Estas diferenças resumem-se como segue:

Justo valor de títulos negociáveis/Instrumentos derivados

As participações em empresas (essencialmente Cimpor) em que o Grupo não exerce (ou exercia, se já alienadas) controlo foram classificadas como títulos negociáveis e registadas ao seu justo valor (cotação de mercado ainda que superior ao custo de aquisição), com impacto positivo nos capitais próprios já que se encontravam contabilizadas ao menor do preço de custo ou de mercado.

Adicionalmente, na abertura, foram registados ao Justo valor os instrumentos derivados utilizados para cobertura de risco de taxa de juro e de câmbio, por contrapartida de reservas de Justo valor no capital próprio.

Método de amortização dos activos fixos tangíveis

À data de transição para as IFRS, foi revisto o método das quotas degressivas que até aí vinha sendo aplicado para determinadas categorias de activos fixos tangíveis, passando a ser adoptado o método das quotas constantes por duodécimos.

Desreconhecimento de activos e passivos

De acordo com as IFRS's não qualificam como activos e passivos determinados activos e passivos como tal considerados nas demonstrações financeiras preparadas nas normas locais, designadamente activos intangíveis, como despesas de constituição e de investigação e desenvolvimentos, custos diferidos como despesas de conservação e reparação e encargos de financiamentos, bem como proveitos diferidos como "badwill", os quais devem ser levados directamente a resultados do exercício quando ocorridos ou deduzidos às componentes de capital próprio e passivo a que respeitam.

Consolidação de entidades excluídas

Ao contrário das normas nacionais as IFRS's não prevêem a dispensa de consolidação de entidades dominadas que prossigam objecto diverso (Enersis, com impactos relevantes no aumento dos activos e passivos consolidados) ou por existirem restrições que podem prejudicar a transferência de fundos para o Grupo (Tecnosecil em Angola). Desta forma, estas duas entidades foram incluídas pelo método da consolidação integral com referência à data de transição para o normativo IFRS.

Alterações de câmbio no Goodwill e Justo valor de subsidiárias estrangeiras

De acordo com a IAS 21 – Os efeitos de alterações em taxas de câmbio o goodwill e os justos valores dos activos e passivos adquiridos em resultados de concentração de actividades empresariais ocorridas com subsidiárias estrangeiras devem ser tratados como activos da sociedade adquirida e expressos na respectiva moeda local e como tal convertidas para euros, à data de encerramento de cada exercício, sendo as correspondentes diferenças cambiais registadas em conta apropriada de capitais próprios.

Gratificações de balanço

As gratificações de balanço aprovadas pelos accionistas em Assembleia Geral de aprovação de contas e de aplicação de resultados são relevadas como reduções aos capitais próprios no exercício seguinte aquele a que respeitam os serviços prestados pela Administração e pelos colaboradores das empresas, devendo de acordo com as IFRS's serem registadas como custos dos exercícios a que respeitam os serviços prestados através da constituição do correspondente passivo.

Descontinuidade da Amortização do Goodwill e perdas por imparidade

De acordo com a IFRS 3, o goodwill resultante de concentrações de actividades empresariais deixa de ser objecto de amortização linear, conforme previsto nas normas nacionais, passando a ser sujeito a testes de imparidade, com periodicidade anual ou sempre que existam sinais de imparidade.

Reexpressão de mais valias na alienação de investimentos em subsidiárias

Decorrente das diferenças supra referidas os capitais próprios à data da alienação parcial de investimentos em subsidiárias viriam reduzidos face ao valor a que ascendiam em POC pelo que, a mais valia correspondente foi ajustada positivamente.

Interesses minoritários

Os interesses minoritários nas demonstrações financeiras preparadas de acordo com as IFRS's são considerados como uma componente dos capitais próprios ao contrário do entendimento face às normas nacionais em que é considerado como uma categoria intermédia entre os capitais próprios e o passivo.

Impactos nas demonstrações financeiras do exercício de 2004 resultantes da transição para o normativo IFRS

Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2004

Valores em Euros	POC 31-12-2004	Impactos e Reclassificações	IFRS 31-12-2004
ACTIVO			
Activos não correntes			
Goodwill	642.123.594	(307.378.896)	334.744.698
Outros activos intangíveis	63.112.406	106.069.174	169.181.580
Terrenos, edifícios e equipamentos	1.588.106.634	695.642.995	2.283.749.629
Propriedades de investimento	395.899	-	395.899
Activos biológicos	118.594.851	15.430.427	134.025.278
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	100.035.058	(55.719.538)	44.315.520
Activos disponíveis para venda	-	24.211.343	24.211.343
Activos por impostos diferidos	94.025.981	13.202.103	107.228.084
Outros activos não correntes	24.259.912	(23.558.481)	701.431
	2.630.654.335	468.411.072	3.099.065.407
Activos correntes			
Existências	218.642.100	(30.663.920)	187.978.180
Valores a receber correntes	305.313.257	17.150.012	322.463.269
Estado	64.155.058	29.268.063	93.423.121
Caixa e seus equivalentes	130.273.852	3.911.456	134.185.308
	718.384.267	19.665.611	738.049.878
Activo total	3.349.038.602	488.076.683	3.837.115.285
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital e reservas			
Capital social	118.332.445	-	118.332.445
Acções próprias	(10.399.412)	-	(10.399.412)
Prémios de emissão de acções	3.923.459	-	3.923.459
Reservas de justo valor e outras Reservas	95.627.923	12.598.627	108.226.550
Lucros retidos	(5.133.439)	(18.225.243)	(23.358.682)
Lucros retidos do exercício	182.073.722	7.345.352	189.419.074
Capital Próprio do Grupo	384.424.698	1.718.736	386.143.434
Interesses minoritários	507.596.390	(9.689.457)	497.906.933
Capital Próprio total	892.021.088	(7.970.721)	884.050.367
Passivos não correntes			
Passivos por impostos diferidos	155.446.545	132.546.643	287.993.188
Pensões e outros benefícios pós-emprego	17.754.927	50.920.397	68.675.324
Provisões	43.607.902	(38.952.993)	4.654.909
Passivos remunerados	1.607.481.026	253.255.233	1.860.736.259
Outros passivos	1.259.891	4.234.024	5.493.915
	1.825.550.291	402.003.304	2.227.553.595
Passivos correntes			
Passivos remunerados	313.445.605	65.471.959	378.917.564
Valores a pagar correntes	304.623.210	368.773	304.991.983
Estado	13.398.408	28.203.368	41.601.776
	631.467.223	94.044.100	725.511.323
Passivo total	2.457.017.514	496.047.404	2.953.064.918
Capital Próprio e passivo total	3.349.038.602	488.076.683	3.837.115.285

Demonstração dos resultados consolidados em 31 de Dezembro de 2004

Valores em Euros	POC 31-12-2004	Impactos e Reclassificações	IFRS 31-12-2004
Réditos	699.960.972	36.816.160	736.777.132
Outros proveitos operacionais			
Ganhos na alienação de activos não correntes	-	175.474.162	175.474.162
Outros proveitos operacionais	6.708.208	28.131.812	34.840.020
Gastos e perdas			
Inventários consumidos e vendidos	(212.168.836)	(9.436.368)	(221.605.204)
Materiais e serviços consumidos	(214.305.205)	(381.544)	(214.686.749)
Gastos com o pessoal	(106.303.684)	(675.369)	(106.979.053)
Outros gastos e perdas	(3.771.734)	(46.539.301)	(50.311.035)
Depreciações, amortizações e perdas por imparidade	(98.032.297)	20.322.787	(77.709.510)
Provisões*	(12.016.710)	12.016.710	-
Resultados operacionais	60.070.714	215.729.049	275.799.763
Apropriação de resultados em empresas associadas	8.684.614	(592.770)	8.091.844
Custos financeiros (v líquido)	(36.415.155)	485.666	(35.929.489)
Resultados antes de impostos	32.340.173	215.621.945	247.962.118
Resultados extraordinários	195.896.716	(195.896.716)	-
Imposto sobre o rendimento	(31.477.404)	(7.859.518)	(39.336.922)
Lucros retidos do exercício	196.759.485	11.865.711	208.625.196
Lucros retidos do exercício			
Atribuível aos accionistas da Semapa	182.073.722	7.345.352	189.419.074
Atribuível a interesses minoritários	14.685.763	4.520.359	19.206.122
Resultados por acção			
Resultados básicos por acção, Eur	1,575	0,064	1,639
Resultados diluídos por acção, Eur	1,575	0,064	1,639

* Reclassificadas para Gastos e perdas operacionais no normativo IFRS

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Pedro Mendonça de Queiroz Pereira
Presidente

Maria Maude Mendonça de Queiroz Pereira Lagos
Vogal

Carlos Eduardo Coelho Alves
Vogal

José Alfredo de Almeida Honório
Vogal

Frederico José da Cunha Mendonça e Meneses
Vogal

Fransisco José de Melo e Castro Guedes
Vogal

Luis Manuel Pego Todo Bom
Vogal